

## **INTERVENÇÃO NO ATO DE POSSE, 9 DE AGOSTO 2013**

Emídio Gomes

Presidente da CCDR-N

---

Começo por **saudar muito especialmente os Senhores Ministros** e o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

A vossa presença constitui uma honra e um estímulo aos níveis pessoal e institucional. Mas é felizmente muito mais do que isso.

A vossa presença é também, e sobretudo, um **sinal inequívoco da importância que o Governo reconhece, no actual contexto**, à política de desenvolvimento regional em Portugal e a esta instituição, em particular.

O Norte não é uma região qualquer e a CCDR-N não é só, nem nunca quis ser só, uma simples direcção-geral da Administração do Estado.

Agradeço, pois, a confiança que em mim é depositada, mas saúdo também a estabilidade que é conferida à liderança desta “instituição-chave” no Norte e no país.

Quero também **saudar e agradecer a presença da minha família, de muitas personalidades e amigos**, que se juntam neste momento que é simbólico, e que marca o meu início público de funções como presidente da CCDR-N.

Não sou indiferente à presença de alguns dos **antigos e históricos presidentes** desta casa. O Professor Valente de Oliveira, o Eng.º Luís Braga da Cruz e o Dr. Carlos Lage. O significado da sua presença é-me particularmente honroso e grato.

Quero ainda de forma simbólica **saudar todos os senhores autarcas**, na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, a quem me ligam laços de profunda amizade, que remontam à minha infância.

De forma ainda simbólica, **na cidade de Vila Real e na freguesia de Soutelo do Douro, São João da Pesqueira, saúdo toda a região.**

Aos vice-presidentes da CCDR-N, quero agradecer a forma muito dedicada como asseguraram este período de transição. Sei que deram o seu melhor.

Agradeço também as inúmeras mensagens que recebi de pessoas que se encontram longe e em férias.

Procurarei transformar todo o capital de confiança e estima que recebo numa “**energia positiva**”, como agora se diz, para toda a equipa da CCDR-N e para a Região Norte.

O medo e o pessimismo são sempre improdutivos. A confiança e a esperança são, em contrapartida, mobilizadores e transformadores.

**Nasci e cresci no Porto.** Guardo, aliás, da minha infância, uma memória longínqua mas quase intacta desta casa e da sua propriedade, de cariz quase rural, que se estendia pela atual Faculdade de Letras, e ocupava ainda a parte a norte, onde são hoje edifícios de escritórios e clínicas médicas.

Mas todos os que me conhecem sabem que **sinto como meu cada pedaço da minha região** e do meu país.

Tenho um enorme orgulho nas minhas raízes profundas ligadas ao Norte. Os meus filhos têm sangue transmontano e sou do Douro por adoção.

**Estou aqui porque quis e quero estar.** E porque tenho a ambição de poder ajudar o meu país e a minha região. O projeto mais importante da minha vida é sempre o que vivo em cada momento.

Sou profissional da Universidade do Porto, mas colaborei com honra e orgulho com a Universidade Católica durante os últimos dois anos. Presidi ao Conselho Geral da UTAD, pertenci ao Conselho Estratégico da Universidade do Minho e colaboro em projetos da Universidade de Aveiro, e dos Institutos Politécnicos do Porto e de Bragança.

Não tenho a presunção de dizer que sou um “cidadão do mundo”, mas terei pelo menos o à vontade de dizer que sou **“um cidadão do Norte”**.

Devo e quero, aliás, agradecer ao atual e aos anteriores reitores da Universidade do Porto o apoio que sempre me têm dado, nas iniciativas que abraço em prol da região. A liberdade de pensamento e ação na Universidade do Porto é também aquilo que fez o que ela é hoje na região, em Portugal e no espaço europeu.

Não sou também um estranho aos senhores presidentes dos municípios da Região. Sou conhecido, na minha forma de ser e de estar. E os senhores autarcas sabem que, para mim, cada projeto é sempre o mais importante – seja no Porto, Gaia, Matosinhos, São João da Madeira, Guimarães, Vila Real ou Bragança.

**Assumo funções num tempo especialmente exigente.**

O Norte é a melhor região do país, mas é também aquela que enfrenta desafios mais difíceis, e onde os impactos da crise económica e social se fazem sentir de forma mais intensa.

Curiosa e paradoxalmente, as grandes questões nacionais concentram-se, em larga medida, aqui.

**O Norte é a região-motora das exportações nacionais e o pulmão industrial do país.**

A região representa 38% das exportações nacionais, apresenta um *superavit* de 5 mil milhões de euros na sua balança comercial e é uma economia integrada no espaço ibérico, e com vocação europeia e transatlântica.

Em bom rigor, as respostas aos grandes desafios nacionais passam pela Região Norte e pela sua força humana e produtiva.

Reptos como o aumento das nossas exportações, a inovação e internacionalização das PME, a qualificação das pessoas ou a valorização sustentável dos recursos do território, falharão no país senão tiverem uma resposta suficiente no Norte.

**Uma visão niilista da economia nacional seria, por isso, trágica.**

A conversão do nosso modelo competitivo terá de ter no Norte uma expressão nuclear. Aqui há *know-how* industrial, experiência internacional e qualificações.

Temos aqui o que há de melhor na universidade portuguesa, na capacidade de empreender desafios e de encarar a inovação como o caminho certo para o futuro.

**Também em sectores como o turismo**, onde a Região não tinha quase expressão há duas décadas, **o Norte soube**, contra a corrente, **construir uma oferta qualificada e plural**, feita de autenticidade.

Uma oferta que vai da cidade do Porto ao Vale do Douro Vinhateiro Património da Humanidade; do coração verde do Alto Minho às culturas de sequeiro de Trás-os-Montes; das milenares e vivas cidades de Braga e Guimarães aos fascinantes santuários paleolíticos do Vale do Côa.

**Uma oferta que tem hoje um papel fundamental na economia regional, no emprego e na coesão do nosso território.**

Potenciar os valores de que dispomos e dar-lhes dimensão internacional é um objetivo que não podemos perder de vista.

Apesar do que significa para o país, **o Norte persiste como a região mais pobre de Portugal.** O seu PIB “per capita” situa-se a cerca de 20 p.p. da média nacional, a quase 38 p.p. da média comunitária e a 42 p.p. de Lisboa.

Esta imagem não corresponde ao ADN do Norte e ao potencial da Região, mas o Norte não tem conseguido alcançar uma rota de convergência em relação ao país e à Europa, apesar da melhoria relativa dos últimos anos.

O processo de ajustamento económico tem sido particularmente exigente para a Região, altamente exposta às crises europeias e aos impactos do alargamento, da União Monetária e da abertura aos mercados asiáticos.

Também por isso o **Norte enfrenta um dramático problema de desemprego**, registando taxas superiores à média nacional.

Os dados divulgados esta semana são um sinal positivo de estancamento da hemorragia do desemprego, mas há um longo percurso pela frente.

**A recuperação e a qualificação do emprego são o maior dos desafios que temos que superar.** Todos em conjunto, com confiança e determinação.

O nível territorial deve assumir um papel na promoção do emprego qualificado e de emprego local que, em Portugal, nunca foi concretizado.

A prioridade económica e social anunciada para o futuro QREN deverá ter, por isso, um justo reflexo no próximo Programa Operacional Regional.

Não é razoável que se anunciem sempre as macropolíticas de forma correta, sem que *à posteriori* haja a correspondente aplicação nos diferentes territórios e a sua dotação nos programas operacionais regionais.

A Região Norte regista também níveis salariais inferiores à média nacional, em aproximadamente 7 p.p.. A qualificação dos recursos humanos e a aposta num modelo regional de competitividade baseado no conhecimento são fundamentais para corrigir esta assimetria de riqueza e de oportunidades de vida.

É preciso uma orientação territorial das políticas económicas e sociais mais forte, mais clara, mais consequente.

**A Política de Coesão Europeia pode ter aplicações diversas, mas um único desígnio final:** assegurar a convergência real das regiões mais pobres relativamente à média comunitária. Nenhum interesse se pode colocar acima da letra e do espírito deste princípio.

Os instrumentos da Política de Coesão na Região Norte devem eleger como prioridade uma “agenda da competitividade” e uma “agenda social e de emprego”.

Estamos perto do fim do quarto QCA. E o que a sua avaliação nos revela é que, para alcançarmos crescimento e convergência real, não basta nem uma excelente estratégia, nem um programa operacional regional. Para esse objetivo é também fundamental uma organização territorial dos instrumentos de política e uma descentralização da sua gestão.

Decisões longínquas são, frequentemente, decisões cegas.

Os próximos tempos serão decisivos na definição do modelo de organização do próximo ciclo de fundos comunitários, para 2014-2020.

As opções de política irão condicionar o futuro coletivo do país e da Região do Norte. Existe pois, hoje, uma janela de oportunidade, irrepetível nos próximos sete anos, para se mudar a tradicional forma centralizada de programação, organização e gestão da Política de Coesão em Portugal.

Sádam-se os sinais que o Governo tem publicamente assumido, recusando a tendência para modelos de programação de base vertical e sectorial, que nada dizem aos territórios e às economias regionais.

As forças políticas representadas na Assembleia da República deram também um sinal de amplo consenso sobre esta matéria, em Julho passado.

De forma unânime, os Partidos reconheceram *“que as regiões portuguesas apresentam uma significativa diversidade de problemas”* e que há *“a necessidade de diferenciar, na aplicação dos fundos comunitários, os objetivos a prosseguir”*, tendo afirmado também ser *“importante que estes meios sejam efetivamente aplicados nas correspondentes regiões, essencialmente através de Programas Operacionais Regionais fortemente consolidados”*.

**A Região Norte pode, por isso, aspirar a ter uma voz e uma parte correspondente ao seu peso social e económico nos futuros instrumentos do “Novo QREN”. Na promoção da competitividade, no emprego e inclusão social, e na valorização e sustentabilidade dos recursos e do território.**

Uma visão territorial do Novo QREN é, neste contexto, fundamental.

A Região aspira a ter um papel no desenho destes instrumentos e na sua gestão. Quer no plano do futuro Programa Operacional Regional, quer no dos Programas Operacionais Temáticos Nacionais.

**Atrevo-me, por isso, a deixar aqui um desafio ao Governo de Portugal.**

Após o sinal encorajador anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro de sediar no Norte a nova instituição financeira de apoio ao desenvolvimento, ousou sugerir hoje ao Governo que **fixe também na região a estrutura de gestão do futuro programa operacional de apoio à competitividade.**

A ser tomada, esta será uma **decisão lógica, consequente e de inteira justiça para com a região.**

Se houver a coragem de tomar esta opção, como sinceramente acalento, o Governo dará **um dos maiores sinais de mudança das últimas décadas em Portugal.** E, devo dizer, com muito mais eficácia do que as **simbólicas sedes vazias de alguns organismos da administração central.**

**Os territórios devem ser atores de uma “agenda da competitividade”.**



O futuro Programa Operacional Regional deve dispor, por isso, de um **volante económico forte**, e não ser reduzido a funções clássicas de apoio a equipamentos ou infra-estruturas, nomeadamente das que dependem de políticas nacionais.

A escala regional deve estar munida de instrumentos para as PME, para uma **“estratégia de especialização inteligente”**, para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, e para a valorização dos recursos territoriais, que no Norte são tão expressivos e singulares: no Mar e no Ambiente, no Turismo, na Cultura, nas Industrias Criativas, para citar apenas alguns.

As atribuições de Ambiente e Ordenamento do Território da CCDR-N devem também interagir numa acção de desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, só se pode esperar que o futuro Programa Operacional Regional seja económica e socialmente relevante, financeiramente robusto e territorialmente inclusivo.

As novas figuras das “Intervenções Territoriais Integradas” e das “Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano” colocam novas oportunidades num racional territorial de desenvolvimento. O papel das Comunidades Intermunicipais e da Área Metropolitana do Porto deve ganhar aqui todo o relevo.

**Não iludo e não esqueço, porém, o muito que está por fazer no atual QREN,** ainda muito longe do termo da sua execução.

Garantir a total absorção dos recursos disponíveis e uma execução qualificada dos investimentos são responsabilidades que necessitam de resposta ainda em 2013, e que depende de muitos.

No ON.2, darei prioridade a uma monitorização cuidada e a uma gestão fina das disponibilidades, contando com o saber e a experiência dos meus colegas da Comissão Diretiva do Programa.

Contaremos nessa tarefa, e no objetivo de uma transição inteligente entre os dois ciclos de financiamento, com a solidariedade dos principais atores regionais, a começar pelos municípios.

**O relançamento de uma cooperação estratégica com as vizinhas regiões da Galiza e de Castela e Leão** é também parte integrante da missão que hoje recebo do Governo e da Região.

A euro-região Galiza/Norte de Portugal é hoje, apesar da crise, uma realidade pujante e consolidada. Somos uma economia integrada e com trocas intensas. Partilhamos infra-estruturas e redes de conhecimento. As populações de fronteira interagem de forma solidária, regular e natural. E dispomos de instrumentos institucionais, como o “Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial”.

Revisitar os termos e os objetivos da cooperação do noroeste peninsular, num contexto de revitalização económica, é uma prioridade do meu mandato.

**Quero terminar com duas referências que me são particularmente caras.** Aos colaboradores desta nobre instituição e ao Conselho Regional, enquanto seu órgão político.

Boa parte da minha experiência académica e profissional foi dedicada a criar, gerir e mobilizar equipas e vontades colectivas. Sei da importância decisiva de criar sentidos de pertença, laços de confiança e motivação em torno de objectivos comuns.

Aos quadros desta instituição quero garantir a minha genuína disposição em renovar os vínculos de identidade e o sentido orgulho de trabalhar nesta casa e em prol de uma Região tão relevante como o Norte de Portugal.

**Ajudar a reabilitar a dignidade da política regional e honrar a melhor tradição de excelência técnica desta casa é também a missão do seu Presidente, e encaro-a com sentido de prioridade e responsabilidade.**

**Finalmente, quero afirmar o meu compromisso numa cooperação estratégica com o Conselho Regional da CCDR-N.**

A participação dos atores regionais é uma condição indispensável para criarmos um racional e uma voz que junte forças e anime vontades, numa rede mais inteligente e mais solidária de interesses, objectivos e projetos.

Se o diálogo regional tem que ter uma base, esta instituição é o seu centro natural.

É este trabalho que desejo fazer com a Região: com os municípios, os centros de conhecimento, o tecido económico e empresarial, e com a solidariedade do Governo.

Não são tempos fáceis nem desafios simples, mas é também isto que faz deles desafios e tempos tão interessantes e tão importantes.

Muito obrigado.

## **INTERVENÇÃO NO ATO DE POSSE, 9 DE AGOSTO 2013**

Emídio Gomes

Presidente da CCDR-N

---

Começo por **saudar muito especialmente os Senhores Ministros** e o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

A vossa presença constitui uma honra e um estímulo aos níveis pessoal e institucional. Mas é felizmente muito mais do que isso.

A vossa presença é também, e sobretudo, um **sinal inequívoco da importância que o Governo reconhece, no actual contexto**, à política de desenvolvimento regional em Portugal e a esta instituição, em particular.

O Norte não é uma região qualquer e a CCDR-N não é só, nem nunca quis ser só, uma simples direcção-geral da Administração do Estado.

Agradeço, pois, a confiança que em mim é depositada, mas saúdo também a estabilidade que é conferida à liderança desta “instituição-chave” no Norte e no país.

Quero também **saudar e agradecer a presença da minha família, de muitas personalidades e amigos**, que se juntam neste momento que é simbólico, e que marca o meu início público de funções como presidente da CCDR-N.

Não sou indiferente à presença de alguns dos **antigos e históricos presidentes** desta casa. O Professor Valente de Oliveira, o Eng.º Luís Braga da Cruz e o Dr. Carlos Lage. O significado da sua presença é-me particularmente honroso e grato.

Quero ainda de forma simbólica **saudar todos os senhores autarcas**, na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, a quem me ligam laços de profunda amizade, que remontam à minha infância.

De forma ainda simbólica, **na cidade de Vila Real e na freguesia de Soutelo do Douro, São João da Pesqueira, saúdo toda a região.**

Aos vice-presidentes da CCDR-N, quero agradecer a forma muito dedicada como asseguraram este período de transição. Sei que deram o seu melhor.

Agradeço também as inúmeras mensagens que recebi de pessoas que se encontram longe e em férias.

Procurarei transformar todo o capital de confiança e estima que recebo numa “**energia positiva**”, como agora se diz, para toda a equipa da CCDR-N e para a Região Norte.

O medo e o pessimismo são sempre improdutivos. A confiança e a esperança são, em contrapartida, mobilizadores e transformadores.

**Nasci e cresci no Porto.** Guardo, aliás, da minha infância, uma memória longínqua mas quase intacta desta casa e da sua propriedade, de cariz quase rural, que se estendia pela atual Faculdade de Letras, e ocupava ainda a parte a norte, onde são hoje edifícios de escritórios e clínicas médicas.

Mas todos os que me conhecem sabem que **sinto como meu cada pedaço da minha região** e do meu país.

Tenho um enorme orgulho nas minhas raízes profundas ligadas ao Norte. Os meus filhos têm sangue transmontano e sou do Douro por adoção.

**Estou aqui porque quis e quero estar.** E porque tenho a ambição de poder ajudar o meu país e a minha região. O projeto mais importante da minha vida é sempre o que vivo em cada momento.

Sou profissional da Universidade do Porto, mas colaborei com honra e orgulho com a Universidade Católica durante os últimos dois anos. Presidi ao Conselho Geral da UTAD, pertenci ao Conselho Estratégico da Universidade do Minho e colaboro em projetos da Universidade de Aveiro, e dos Institutos Politécnicos do Porto e de Bragança.

Não tenho a presunção de dizer que sou um “cidadão do mundo”, mas terei pelo menos o à vontade de dizer que sou **“um cidadão do Norte”**.

Devo e quero, aliás, agradecer ao atual e aos anteriores reitores da Universidade do Porto o apoio que sempre me têm dado, nas iniciativas que abraço em prol da região. A liberdade de pensamento e ação na Universidade do Porto é também aquilo que fez o que ela é hoje na região, em Portugal e no espaço europeu.

Não sou também um estranho aos senhores presidentes dos municípios da Região. Sou conhecido, na minha forma de ser e de estar. E os senhores autarcas sabem que, para mim, cada projeto é sempre o mais importante – seja no Porto, Gaia, Matosinhos, São João da Madeira, Guimarães, Vila Real ou Bragança.

**Assumo funções num tempo especialmente exigente.**

O Norte é a melhor região do país, mas é também aquela que enfrenta desafios mais difíceis, e onde os impactos da crise económica e social se fazem sentir de forma mais intensa.

Curiosa e paradoxalmente, as grandes questões nacionais concentram-se, em larga medida, aqui.

**O Norte é a região-motora das exportações nacionais e o pulmão industrial do país.**

A região representa 38% das exportações nacionais, apresenta um *superavit* de 5 mil milhões de euros na sua balança comercial e é uma economia integrada no espaço ibérico, e com vocação europeia e transatlântica.

Em bom rigor, as respostas aos grandes desafios nacionais passam pela Região Norte e pela sua força humana e produtiva.

Reptos como o aumento das nossas exportações, a inovação e internacionalização das PME, a qualificação das pessoas ou a valorização sustentável dos recursos do território, falharão no país senão tiverem uma resposta suficiente no Norte.

**Uma visão niilista da economia nacional seria, por isso, trágica.**

A conversão do nosso modelo competitivo terá de ter no Norte uma expressão nuclear. Aqui há *know-how* industrial, experiência internacional e qualificações.

Temos aqui o que há de melhor na universidade portuguesa, na capacidade de empreender desafios e de encarar a inovação como o caminho certo para o futuro.

**Também em sectores como o turismo**, onde a Região não tinha quase expressão há duas décadas, **o Norte soube**, contra a corrente, **construir uma oferta qualificada e plural**, feita de autenticidade.

Uma oferta que vai da cidade do Porto ao Vale do Douro Vinhateiro Património da Humanidade; do coração verde do Alto Minho às culturas de sequeiro de Trás-os-Montes; das milenares e vivas cidades de Braga e Guimarães aos fascinantes santuários paleolíticos do Vale do Côa.

**Uma oferta que tem hoje um papel fundamental na economia regional, no emprego e na coesão do nosso território.**

Potenciar os valores de que dispomos e dar-lhes dimensão internacional é um objetivo que não podemos perder de vista.

Apesar do que significa para o país, **o Norte persiste como a região mais pobre de Portugal.** O seu PIB “per capita” situa-se a cerca de 20 p.p. da média nacional, a quase 38 p.p. da média comunitária e a 42 p.p. de Lisboa.

Esta imagem não corresponde ao ADN do Norte e ao potencial da Região, mas o Norte não tem conseguido alcançar uma rota de convergência em relação ao país e à Europa, apesar da melhoria relativa dos últimos anos.

O processo de ajustamento económico tem sido particularmente exigente para a Região, altamente exposta às crises europeias e aos impactos do alargamento, da União Monetária e da abertura aos mercados asiáticos.

Também por isso o **Norte enfrenta um dramático problema de desemprego**, registando taxas superiores à média nacional.

Os dados divulgados esta semana são um sinal positivo de estancamento da hemorragia do desemprego, mas há um longo percurso pela frente.



**A recuperação e a qualificação do emprego são o maior dos desafios que temos que superar.** Todos em conjunto, com confiança e determinação.

O nível territorial deve assumir um papel na promoção do emprego qualificado e de emprego local que, em Portugal, nunca foi concretizado.

A prioridade económica e social anunciada para o futuro QREN deverá ter, por isso, um justo reflexo no próximo Programa Operacional Regional.

Não é razoável que se anunciem sempre as macropolíticas de forma correta, sem que *à posteriori* haja a correspondente aplicação nos diferentes territórios e a sua dotação nos programas operacionais regionais.

A Região Norte regista também níveis salariais inferiores à média nacional, em aproximadamente 7 p.p.. A qualificação dos recursos humanos e a aposta num modelo regional de competitividade baseado no conhecimento são fundamentais para corrigir esta assimetria de riqueza e de oportunidades de vida.

É preciso uma orientação territorial das políticas económicas e sociais mais forte, mais clara, mais consequente.

**A Política de Coesão Europeia pode ter aplicações diversas, mas um único desígnio final:** assegurar a convergência real das regiões mais pobres relativamente à média comunitária. Nenhum interesse se pode colocar acima da letra e do espírito deste princípio.

Os instrumentos da Política de Coesão na Região Norte devem eleger como prioridade uma “agenda da competitividade” e uma “agenda social e de emprego”.

Estamos perto do fim do quarto QCA. E o que a sua avaliação nos revela é que, para alcançarmos crescimento e convergência real, não basta nem uma excelente estratégia, nem um programa operacional regional. Para esse objetivo é também fundamental uma organização territorial dos instrumentos de política e uma descentralização da sua gestão.

Decisões longínquas são, frequentemente, decisões cegas.

Os próximos tempos serão decisivos na definição do modelo de organização do próximo ciclo de fundos comunitários, para 2014-2020.

As opções de política irão condicionar o futuro coletivo do país e da Região do Norte. Existe pois, hoje, uma janela de oportunidade, irrepetível nos próximos sete anos, para se mudar a tradicional forma centralizada de programação, organização e gestão da Política de Coesão em Portugal.

Sádam-se os sinais que o Governo tem publicamente assumido, recusando a tendência para modelos de programação de base vertical e sectorial, que nada dizem aos territórios e às economias regionais.

As forças políticas representadas na Assembleia da República deram também um sinal de amplo consenso sobre esta matéria, em Julho passado.

De forma unânime, os Partidos reconheceram *“que as regiões portuguesas apresentam uma significativa diversidade de problemas”* e que há *“a necessidade de diferenciar, na aplicação dos fundos comunitários, os objetivos a prosseguir”*, tendo afirmado também ser *“importante que estes meios sejam efetivamente aplicados nas correspondentes regiões, essencialmente através de Programas Operacionais Regionais fortemente consolidados”*.

**A Região Norte pode, por isso, aspirar a ter uma voz e uma parte correspondente ao seu peso social e económico nos futuros instrumentos do “Novo QREN”. Na promoção da competitividade, no emprego e inclusão social, e na valorização e sustentabilidade dos recursos e do território.**

Uma visão territorial do Novo QREN é, neste contexto, fundamental.

A Região aspira a ter um papel no desenho destes instrumentos e na sua gestão. Quer no plano do futuro Programa Operacional Regional, quer no dos Programas Operacionais Temáticos Nacionais.

**Atrevo-me, por isso, a deixar aqui um desafio ao Governo de Portugal.**

Após o sinal encorajador anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro de sediar no Norte a nova instituição financeira de apoio ao desenvolvimento, ousou sugerir hoje ao Governo que **fixe também na região a estrutura de gestão do futuro programa operacional de apoio à competitividade.**

A ser tomada, esta será uma **decisão lógica, consequente e de inteira justiça para com a região.**

Se houver a coragem de tomar esta opção, como sinceramente acalento, o Governo dará **um dos maiores sinais de mudança das últimas décadas em Portugal.** E, devo dizer, com muito mais eficácia do que as **simbólicas sedes vazias de alguns organismos da administração central.**

**Os territórios devem ser atores de uma “agenda da competitividade”.**

O futuro Programa Operacional Regional deve dispor, por isso, de um **volante económico forte**, e não ser reduzido a funções clássicas de apoio a equipamentos ou infra-estruturas, nomeadamente das que dependem de políticas nacionais.

A escala regional deve estar munida de instrumentos para as PME, para uma **“estratégia de especialização inteligente”**, para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, e para a valorização dos recursos territoriais, que no Norte são tão expressivos e singulares: no Mar e no Ambiente, no Turismo, na Cultura, nas Industrias Criativas, para citar apenas alguns.

As atribuições de Ambiente e Ordenamento do Território da CCDR-N devem também interagir numa acção de desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, só se pode esperar que o futuro Programa Operacional Regional seja económica e socialmente relevante, financeiramente robusto e territorialmente inclusivo.

As novas figuras das “Intervenções Territoriais Integradas” e das “Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano” colocam novas oportunidades num racional territorial de desenvolvimento. O papel das Comunidades Intermunicipais e da Área Metropolitana do Porto deve ganhar aqui todo o relevo.

**Não iludo e não esqueço, porém, o muito que está por fazer no atual QREN,** ainda muito longe do termo da sua execução.

Garantir a total absorção dos recursos disponíveis e uma execução qualificada dos investimentos são responsabilidades que necessitam de resposta ainda em 2013, e que depende de muitos.

No ON.2, darei prioridade a uma monitorização cuidada e a uma gestão fina das disponibilidades, contando com o saber e a experiência dos meus colegas da Comissão Diretiva do Programa.

Contaremos nessa tarefa, e no objetivo de uma transição inteligente entre os dois ciclos de financiamento, com a solidariedade dos principais atores regionais, a começar pelos municípios.

**O relançamento de uma cooperação estratégica com as vizinhas regiões da Galiza e de Castela e Leão** é também parte integrante da missão que hoje recebo do Governo e da Região.

A euro-região Galiza/Norte de Portugal é hoje, apesar da crise, uma realidade pujante e consolidada. Somos uma economia integrada e com trocas intensas. Partilhamos infra-estruturas e redes de conhecimento. As populações de fronteira interagem de forma solidária, regular e natural. E dispomos de instrumentos institucionais, como o “Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial”.

Revisitar os termos e os objetivos da cooperação do noroeste peninsular, num contexto de revitalização económica, é uma prioridade do meu mandato.

**Quero terminar com duas referências que me são particularmente caras.** Aos colaboradores desta nobre instituição e ao Conselho Regional, enquanto seu órgão político.

Boa parte da minha experiência académica e profissional foi dedicada a criar, gerir e mobilizar equipas e vontades colectivas. Sei da importância decisiva de criar sentidos de pertença, laços de confiança e motivação em torno de objectivos comuns.

Aos quadros desta instituição quero garantir a minha genuína disposição em renovar os vínculos de identidade e o sentido orgulho de trabalhar nesta casa e em prol de uma Região tão relevante como o Norte de Portugal.

**Ajudar a reabilitar a dignidade da política regional e honrar a melhor tradição de excelência técnica desta casa é também a missão do seu Presidente, e encaro-a com sentido de prioridade e responsabilidade.**

**Finalmente, quero afirmar o meu compromisso numa cooperação estratégica com o Conselho Regional da CCDR-N.**

A participação dos atores regionais é uma condição indispensável para criarmos um racional e uma voz que junte forças e anime vontades, numa rede mais inteligente e mais solidária de interesses, objectivos e projetos.

Se o diálogo regional tem que ter uma base, esta instituição é o seu centro natural.

É este trabalho que desejo fazer com a Região: com os municípios, os centros de conhecimento, o tecido económico e empresarial, e com a solidariedade do Governo.

Não são tempos fáceis nem desafios simples, mas é também isto que faz deles desafios e tempos tão interessantes e tão importantes.

Muito obrigado.

## **INTERVENÇÃO NO ATO DE POSSE, 9 DE AGOSTO 2013**

Emídio Gomes

Presidente da CCDR-N

---

Começo por **saudar muito especialmente os Senhores Ministros** e o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

A vossa presença constitui uma honra e um estímulo aos níveis pessoal e institucional. Mas é felizmente muito mais do que isso.

A vossa presença é também, e sobretudo, um **sinal inequívoco da importância que o Governo reconhece, no actual contexto**, à política de desenvolvimento regional em Portugal e a esta instituição, em particular.

O Norte não é uma região qualquer e a CCDR-N não é só, nem nunca quis ser só, uma simples direcção-geral da Administração do Estado.

Agradeço, pois, a confiança que em mim é depositada, mas saúdo também a estabilidade que é conferida à liderança desta “instituição-chave” no Norte e no país.

Quero também **saudar e agradecer a presença da minha família, de muitas personalidades e amigos**, que se juntam neste momento que é simbólico, e que marca o meu início público de funções como presidente da CCDR-N.

Não sou indiferente à presença de alguns dos **antigos e históricos presidentes** desta casa. O Professor Valente de Oliveira, o Eng.º Luís Braga da Cruz e o Dr. Carlos Lage. O significado da sua presença é-me particularmente honroso e grato.

Quero ainda de forma simbólica **saudar todos os senhores autarcas**, na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, a quem me ligam laços de profunda amizade, que remontam à minha infância.

De forma ainda simbólica, **na cidade de Vila Real e na freguesia de Soutelo do Douro, São João da Pesqueira, saúdo toda a região.**

Aos vice-presidentes da CCDR-N, quero agradecer a forma muito dedicada como asseguraram este período de transição. Sei que deram o seu melhor.

Agradeço também as inúmeras mensagens que recebi de pessoas que se encontram longe e em férias.

Procurarei transformar todo o capital de confiança e estima que recebo numa “**energia positiva**”, como agora se diz, para toda a equipa da CCDR-N e para a Região Norte.

O medo e o pessimismo são sempre improdutivos. A confiança e a esperança são, em contrapartida, mobilizadores e transformadores.

**Nasci e cresci no Porto.** Guardo, aliás, da minha infância, uma memória longínqua mas quase intacta desta casa e da sua propriedade, de cariz quase rural, que se estendia pela atual Faculdade de Letras, e ocupava ainda a parte a norte, onde são hoje edifícios de escritórios e clínicas médicas.

Mas todos os que me conhecem sabem que **sinto como meu cada pedaço da minha região** e do meu país.

Tenho um enorme orgulho nas minhas raízes profundas ligadas ao Norte. Os meus filhos têm sangue transmontano e sou do Douro por adoção.



**Estou aqui porque quis e quero estar.** E porque tenho a ambição de poder ajudar o meu país e a minha região. O projeto mais importante da minha vida é sempre o que vivo em cada momento.

Sou profissional da Universidade do Porto, mas colaborei com honra e orgulho com a Universidade Católica durante os últimos dois anos. Presidi ao Conselho Geral da UTAD, pertenci ao Conselho Estratégico da Universidade do Minho e colaboro em projetos da Universidade de Aveiro, e dos Institutos Politécnicos do Porto e de Bragança.

Não tenho a presunção de dizer que sou um “cidadão do mundo”, mas terei pelo menos o à vontade de dizer que sou **“um cidadão do Norte”**.

Devo e quero, aliás, agradecer ao atual e aos anteriores reitores da Universidade do Porto o apoio que sempre me têm dado, nas iniciativas que abraço em prol da região. A liberdade de pensamento e ação na Universidade do Porto é também aquilo que fez o que ela é hoje na região, em Portugal e no espaço europeu.

Não sou também um estranho aos senhores presidentes dos municípios da Região. Sou conhecido, na minha forma de ser e de estar. E os senhores autarcas sabem que, para mim, cada projeto é sempre o mais importante – seja no Porto, Gaia, Matosinhos, São João da Madeira, Guimarães, Vila Real ou Bragança.

**Assumo funções num tempo especialmente exigente.**

O Norte é a melhor região do país, mas é também aquela que enfrenta desafios mais difíceis, e onde os impactos da crise económica e social se fazem sentir de forma mais intensa.

Curiosa e paradoxalmente, as grandes questões nacionais concentram-se, em larga medida, aqui.

**O Norte é a região-motora das exportações nacionais e o pulmão industrial do país.**

A região representa 38% das exportações nacionais, apresenta um *superavit* de 5 mil milhões de euros na sua balança comercial e é uma economia integrada no espaço ibérico, e com vocação europeia e transatlântica.

Em bom rigor, as respostas aos grandes desafios nacionais passam pela Região Norte e pela sua força humana e produtiva.

Reptos como o aumento das nossas exportações, a inovação e internacionalização das PME, a qualificação das pessoas ou a valorização sustentável dos recursos do território, falharão no país senão tiverem uma resposta suficiente no Norte.

**Uma visão niilista da economia nacional seria, por isso, trágica.**

A conversão do nosso modelo competitivo terá de ter no Norte uma expressão nuclear. Aqui há *know-how* industrial, experiência internacional e qualificações.

Temos aqui o que há de melhor na universidade portuguesa, na capacidade de empreender desafios e de encarar a inovação como o caminho certo para o futuro.

**Também em sectores como o turismo**, onde a Região não tinha quase expressão há duas décadas, **o Norte soube**, contra a corrente, **construir uma oferta qualificada e plural**, feita de autenticidade.

Uma oferta que vai da cidade do Porto ao Vale do Douro Vinhateiro Património da Humanidade; do coração verde do Alto Minho às culturas de sequeiro de Trás-os-Montes; das milenares e vivas cidades de Braga e Guimarães aos fascinantes santuários paleolíticos do Vale do Côa.

**Uma oferta que tem hoje um papel fundamental na economia regional, no emprego e na coesão do nosso território.**

Potenciar os valores de que dispomos e dar-lhes dimensão internacional é um objetivo que não podemos perder de vista.

Apesar do que significa para o país, **o Norte persiste como a região mais pobre de Portugal.** O seu PIB “per capita” situa-se a cerca de 20 p.p. da média nacional, a quase 38 p.p. da média comunitária e a 42 p.p. de Lisboa.

Esta imagem não corresponde ao ADN do Norte e ao potencial da Região, mas o Norte não tem conseguido alcançar uma rota de convergência em relação ao país e à Europa, apesar da melhoria relativa dos últimos anos.

O processo de ajustamento económico tem sido particularmente exigente para a Região, altamente exposta às crises europeias e aos impactos do alargamento, da União Monetária e da abertura aos mercados asiáticos.

Também por isso o **Norte enfrenta um dramático problema de desemprego**, registando taxas superiores à média nacional.

Os dados divulgados esta semana são um sinal positivo de estancamento da hemorragia do desemprego, mas há um longo percurso pela frente.

**A recuperação e a qualificação do emprego são o maior dos desafios que temos que superar.** Todos em conjunto, com confiança e determinação.

O nível territorial deve assumir um papel na promoção do emprego qualificado e de emprego local que, em Portugal, nunca foi concretizado.

A prioridade económica e social anunciada para o futuro QREN deverá ter, por isso, um justo reflexo no próximo Programa Operacional Regional.

Não é razoável que se anunciem sempre as macropolíticas de forma correta, sem que *à posteriori* haja a correspondente aplicação nos diferentes territórios e a sua dotação nos programas operacionais regionais.

A Região Norte regista também níveis salariais inferiores à média nacional, em aproximadamente 7 p.p.. A qualificação dos recursos humanos e a aposta num modelo regional de competitividade baseado no conhecimento são fundamentais para corrigir esta assimetria de riqueza e de oportunidades de vida.

É preciso uma orientação territorial das políticas económicas e sociais mais forte, mais clara, mais consequente.

**A Política de Coesão Europeia pode ter aplicações diversas, mas um único desígnio final:** assegurar a convergência real das regiões mais pobres relativamente à média comunitária. Nenhum interesse se pode colocar acima da letra e do espírito deste princípio.

Os instrumentos da Política de Coesão na Região Norte devem eleger como prioridade uma “agenda da competitividade” e uma “agenda social e de emprego”.

Estamos perto do fim do quarto QCA. E o que a sua avaliação nos revela é que, para alcançarmos crescimento e convergência real, não basta nem uma excelente estratégia, nem um programa operacional regional. Para esse objetivo é também fundamental uma organização territorial dos instrumentos de política e uma descentralização da sua gestão.

Decisões longínquas são, frequentemente, decisões cegas.

Os próximos tempos serão decisivos na definição do modelo de organização do próximo ciclo de fundos comunitários, para 2014-2020.

As opções de política irão condicionar o futuro coletivo do país e da Região do Norte. Existe pois, hoje, uma janela de oportunidade, irrepetível nos próximos sete anos, para se mudar a tradicional forma centralizada de programação, organização e gestão da Política de Coesão em Portugal.

Sádam-se os sinais que o Governo tem publicamente assumido, recusando a tendência para modelos de programação de base vertical e sectorial, que nada dizem aos territórios e às economias regionais.

As forças políticas representadas na Assembleia da República deram também um sinal de amplo consenso sobre esta matéria, em Julho passado.

De forma unânime, os Partidos reconheceram *“que as regiões portuguesas apresentam uma significativa diversidade de problemas”* e que há *“a necessidade de diferenciar, na aplicação dos fundos comunitários, os objetivos a prosseguir”*, tendo afirmado também ser *“importante que estes meios sejam efetivamente aplicados nas correspondentes regiões, essencialmente através de Programas Operacionais Regionais fortemente consolidados”*.

**A Região Norte pode, por isso, aspirar a ter uma voz e uma parte correspondente ao seu peso social e económico nos futuros instrumentos do “Novo QREN”. Na promoção da competitividade, no emprego e inclusão social, e na valorização e sustentabilidade dos recursos e do território.**

Uma visão territorial do Novo QREN é, neste contexto, fundamental.

A Região aspira a ter um papel no desenho destes instrumentos e na sua gestão. Quer no plano do futuro Programa Operacional Regional, quer no dos Programas Operacionais Temáticos Nacionais.

**Atrevo-me, por isso, a deixar aqui um desafio ao Governo de Portugal.**

Após o sinal encorajador anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro de sediar no Norte a nova instituição financeira de apoio ao desenvolvimento, ousar sugerir hoje ao Governo que **fixe também na região a estrutura de gestão do futuro programa operacional de apoio à competitividade.**

A ser tomada, esta será uma **decisão lógica, consequente e de inteira justiça para com a região.**

Se houver a coragem de tomar esta opção, como sinceramente acalento, o Governo dará **um dos maiores sinais de mudança das últimas décadas em Portugal.** E, devo dizer, com muito mais eficácia do que as **simbólicas sedes vazias de alguns organismos da administração central.**

**Os territórios devem ser atores de uma “agenda da competitividade”.**

O futuro Programa Operacional Regional deve dispor, por isso, de um **volante económico forte**, e não ser reduzido a funções clássicas de apoio a equipamentos ou infra-estruturas, nomeadamente das que dependem de políticas nacionais.

A escala regional deve estar munida de instrumentos para as PME, para uma **“estratégia de especialização inteligente”**, para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, e para a valorização dos recursos territoriais, que no Norte são tão expressivos e singulares: no Mar e no Ambiente, no Turismo, na Cultura, nas Industrias Criativas, para citar apenas alguns.

As atribuições de Ambiente e Ordenamento do Território da CCDR-N devem também interagir numa acção de desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, só se pode esperar que o futuro Programa Operacional Regional seja económica e socialmente relevante, financeiramente robusto e territorialmente inclusivo.

As novas figuras das “Intervenções Territoriais Integradas” e das “Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano” colocam novas oportunidades num racional territorial de desenvolvimento. O papel das Comunidades Intermunicipais e da Área Metropolitana do Porto deve ganhar aqui todo o relevo.

**Não iludo e não esqueço, porém, o muito que está por fazer no atual QREN,** ainda muito longe do termo da sua execução.

Garantir a total absorção dos recursos disponíveis e uma execução qualificada dos investimentos são responsabilidades que necessitam de resposta ainda em 2013, e que depende de muitos.

No ON.2, darei prioridade a uma monitorização cuidada e a uma gestão fina das disponibilidades, contando com o saber e a experiência dos meus colegas da Comissão Diretiva do Programa.

Contaremos nessa tarefa, e no objetivo de uma transição inteligente entre os dois ciclos de financiamento, com a solidariedade dos principais atores regionais, a começar pelos municípios.

**O relançamento de uma cooperação estratégica com as vizinhas regiões da Galiza e de Castela e Leão** é também parte integrante da missão que hoje recebo do Governo e da Região.

A euro-região Galiza/Norte de Portugal é hoje, apesar da crise, uma realidade pujante e consolidada. Somos uma economia integrada e com trocas intensas. Partilhamos infra-estruturas e redes de conhecimento. As populações de fronteira interagem de forma solidária, regular e natural. E dispomos de instrumentos institucionais, como o “Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial”.

Revisitar os termos e os objetivos da cooperação do noroeste peninsular, num contexto de revitalização económica, é uma prioridade do meu mandato.

**Quero terminar com duas referências que me são particularmente caras.** Aos colaboradores desta nobre instituição e ao Conselho Regional, enquanto seu órgão político.

Boa parte da minha experiência académica e profissional foi dedicada a criar, gerir e mobilizar equipas e vontades colectivas. Sei da importância decisiva de criar sentidos de pertença, laços de confiança e motivação em torno de objectivos comuns.



Aos quadros desta instituição quero garantir a minha genuína disposição em renovar os vínculos de identidade e o sentido orgulho de trabalhar nesta casa e em prol de uma Região tão relevante como o Norte de Portugal.

**Ajudar a reabilitar a dignidade da política regional e honrar a melhor tradição de excelência técnica desta casa é também a missão do seu Presidente, e encaro-a com sentido de prioridade e responsabilidade.**

**Finalmente, quero afirmar o meu compromisso numa cooperação estratégica com o Conselho Regional da CCDR-N.**

A participação dos atores regionais é uma condição indispensável para criarmos um racional e uma voz que junte forças e anime vontades, numa rede mais inteligente e mais solidária de interesses, objectivos e projetos.

Se o diálogo regional tem que ter uma base, esta instituição é o seu centro natural.

É este trabalho que desejo fazer com a Região: com os municípios, os centros de conhecimento, o tecido económico e empresarial, e com a solidariedade do Governo.

Não são tempos fáceis nem desafios simples, mas é também isto que faz deles desafios e tempos tão interessantes e tão importantes.

Muito obrigado.

## **INTERVENÇÃO NO ATO DE POSSE, 9 DE AGOSTO 2013**

Emídio Gomes

Presidente da CCDR-N

---

Começo por **saudar muito especialmente os Senhores Ministros** e o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

A vossa presença constitui uma honra e um estímulo aos níveis pessoal e institucional. Mas é felizmente muito mais do que isso.

A vossa presença é também, e sobretudo, um **sinal inequívoco da importância que o Governo reconhece, no actual contexto**, à política de desenvolvimento regional em Portugal e a esta instituição, em particular.

O Norte não é uma região qualquer e a CCDR-N não é só, nem nunca quis ser só, uma simples direcção-geral da Administração do Estado.

Agradeço, pois, a confiança que em mim é depositada, mas saúdo também a estabilidade que é conferida à liderança desta “instituição-chave” no Norte e no país.

Quero também **saudar e agradecer a presença da minha família, de muitas personalidades e amigos**, que se juntam neste momento que é simbólico, e que marca o meu início público de funções como presidente da CCDR-N.

Não sou indiferente à presença de alguns dos **antigos e históricos presidentes** desta casa. O Professor Valente de Oliveira, o Eng.º Luís Braga da Cruz e o Dr. Carlos Lage. O significado da sua presença é-me particularmente honroso e grato.

Quero ainda de forma simbólica **saudar todos os senhores autarcas**, na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, a quem me ligam laços de profunda amizade, que remontam à minha infância.

De forma ainda simbólica, **na cidade de Vila Real e na freguesia de Soutelo do Douro, São João da Pesqueira, saúdo toda a região.**

Aos vice-presidentes da CCDR-N, quero agradecer a forma muito dedicada como asseguraram este período de transição. Sei que deram o seu melhor.

Agradeço também as inúmeras mensagens que recebi de pessoas que se encontram longe e em férias.

Procurarei transformar todo o capital de confiança e estima que recebo numa “**energia positiva**”, como agora se diz, para toda a equipa da CCDR-N e para a Região Norte.

O medo e o pessimismo são sempre improdutivos. A confiança e a esperança são, em contrapartida, mobilizadores e transformadores.

**Nasci e cresci no Porto.** Guardo, aliás, da minha infância, uma memória longínqua mas quase intacta desta casa e da sua propriedade, de cariz quase rural, que se estendia pela atual Faculdade de Letras, e ocupava ainda a parte a norte, onde são hoje edifícios de escritórios e clínicas médicas.

Mas todos os que me conhecem sabem que **sinto como meu cada pedaço da minha região** e do meu país.

Tenho um enorme orgulho nas minhas raízes profundas ligadas ao Norte. Os meus filhos têm sangue transmontano e sou do Douro por adoção.

**Estou aqui porque quis e quero estar.** E porque tenho a ambição de poder ajudar o meu país e a minha região. O projeto mais importante da minha vida é sempre o que vivo em cada momento.

Sou profissional da Universidade do Porto, mas colaborei com honra e orgulho com a Universidade Católica durante os últimos dois anos. Presidi ao Conselho Geral da UTAD, pertenci ao Conselho Estratégico da Universidade do Minho e colaboro em projetos da Universidade de Aveiro, e dos Institutos Politécnicos do Porto e de Bragança.

Não tenho a presunção de dizer que sou um “cidadão do mundo”, mas terei pelo menos o à vontade de dizer que sou **“um cidadão do Norte”**.

Devo e quero, aliás, agradecer ao atual e aos anteriores reitores da Universidade do Porto o apoio que sempre me têm dado, nas iniciativas que abraço em prol da região. A liberdade de pensamento e ação na Universidade do Porto é também aquilo que fez o que ela é hoje na região, em Portugal e no espaço europeu.

Não sou também um estranho aos senhores presidentes dos municípios da Região. Sou conhecido, na minha forma de ser e de estar. E os senhores autarcas sabem que, para mim, cada projeto é sempre o mais importante – seja no Porto, Gaia, Matosinhos, São João da Madeira, Guimarães, Vila Real ou Bragança.

**Assumo funções num tempo especialmente exigente.**

O Norte é a melhor região do país, mas é também aquela que enfrenta desafios mais difíceis, e onde os impactos da crise económica e social se fazem sentir de forma mais intensa.

Curiosa e paradoxalmente, as grandes questões nacionais concentram-se, em larga medida, aqui.

**O Norte é a região-motora das exportações nacionais e o pulmão industrial do país.**

A região representa 38% das exportações nacionais, apresenta um *superavit* de 5 mil milhões de euros na sua balança comercial e é uma economia integrada no espaço ibérico, e com vocação europeia e transatlântica.

Em bom rigor, as respostas aos grandes desafios nacionais passam pela Região Norte e pela sua força humana e produtiva.

Reptos como o aumento das nossas exportações, a inovação e internacionalização das PME, a qualificação das pessoas ou a valorização sustentável dos recursos do território, falharão no país senão tiverem uma resposta suficiente no Norte.

**Uma visão niilista da economia nacional seria, por isso, trágica.**

A conversão do nosso modelo competitivo terá de ter no Norte uma expressão nuclear. Aqui há *know-how* industrial, experiência internacional e qualificações.

Temos aqui o que há de melhor na universidade portuguesa, na capacidade de empreender desafios e de encarar a inovação como o caminho certo para o futuro.

**Também em sectores como o turismo**, onde a Região não tinha quase expressão há duas décadas, **o Norte soube**, contra a corrente, **construir uma oferta qualificada e plural**, feita de autenticidade.

Uma oferta que vai da cidade do Porto ao Vale do Douro Vinhateiro Património da Humanidade; do coração verde do Alto Minho às culturas de sequeiro de Trás-os-Montes; das milenares e vivas cidades de Braga e Guimarães aos fascinantes santuários paleolíticos do Vale do Côa.

**Uma oferta que tem hoje um papel fundamental na economia regional, no emprego e na coesão do nosso território.**

Potenciar os valores de que dispomos e dar-lhes dimensão internacional é um objetivo que não podemos perder de vista.

Apesar do que significa para o país, **o Norte persiste como a região mais pobre de Portugal.** O seu PIB “per capita” situa-se a cerca de 20 p.p. da média nacional, a quase 38 p.p. da média comunitária e a 42 p.p. de Lisboa.

Esta imagem não corresponde ao ADN do Norte e ao potencial da Região, mas o Norte não tem conseguido alcançar uma rota de convergência em relação ao país e à Europa, apesar da melhoria relativa dos últimos anos.

O processo de ajustamento económico tem sido particularmente exigente para a Região, altamente exposta às crises europeias e aos impactos do alargamento, da União Monetária e da abertura aos mercados asiáticos.

Também por isso o **Norte enfrenta um dramático problema de desemprego**, registando taxas superiores à média nacional.

Os dados divulgados esta semana são um sinal positivo de estancamento da hemorragia do desemprego, mas há um longo percurso pela frente.

**A recuperação e a qualificação do emprego são o maior dos desafios que temos que superar.** Todos em conjunto, com confiança e determinação.

O nível territorial deve assumir um papel na promoção do emprego qualificado e de emprego local que, em Portugal, nunca foi concretizado.

A prioridade económica e social anunciada para o futuro QREN deverá ter, por isso, um justo reflexo no próximo Programa Operacional Regional.

Não é razoável que se anunciem sempre as macropolíticas de forma correta, sem que *à posteriori* haja a correspondente aplicação nos diferentes territórios e a sua dotação nos programas operacionais regionais.

A Região Norte regista também níveis salariais inferiores à média nacional, em aproximadamente 7 p.p.. A qualificação dos recursos humanos e a aposta num modelo regional de competitividade baseado no conhecimento são fundamentais para corrigir esta assimetria de riqueza e de oportunidades de vida.

É preciso uma orientação territorial das políticas económicas e sociais mais forte, mais clara, mais consequente.

**A Política de Coesão Europeia pode ter aplicações diversas, mas um único desígnio final:** assegurar a convergência real das regiões mais pobres relativamente à média comunitária. Nenhum interesse se pode colocar acima da letra e do espírito deste princípio.

Os instrumentos da Política de Coesão na Região Norte devem eleger como prioridade uma “agenda da competitividade” e uma “agenda social e de emprego”.

Estamos perto do fim do quarto QCA. E o que a sua avaliação nos revela é que, para alcançarmos crescimento e convergência real, não basta nem uma excelente estratégia, nem um programa operacional regional. Para esse objetivo é também fundamental uma organização territorial dos instrumentos de política e uma descentralização da sua gestão.

Decisões longínquas são, frequentemente, decisões cegas.

Os próximos tempos serão decisivos na definição do modelo de organização do próximo ciclo de fundos comunitários, para 2014-2020.

As opções de política irão condicionar o futuro coletivo do país e da Região do Norte. Existe pois, hoje, uma janela de oportunidade, irrepetível nos próximos sete anos, para se mudar a tradicional forma centralizada de programação, organização e gestão da Política de Coesão em Portugal.

Sádam-se os sinais que o Governo tem publicamente assumido, recusando a tendência para modelos de programação de base vertical e sectorial, que nada dizem aos territórios e às economias regionais.

As forças políticas representadas na Assembleia da República deram também um sinal de amplo consenso sobre esta matéria, em Julho passado.

De forma unânime, os Partidos reconheceram *“que as regiões portuguesas apresentam uma significativa diversidade de problemas”* e que há *“a necessidade de diferenciar, na aplicação dos fundos comunitários, os objetivos a prosseguir”*, tendo afirmado também ser *“importante que estes meios sejam efetivamente aplicados nas correspondentes regiões, essencialmente através de Programas Operacionais Regionais fortemente consolidados”*.



**A Região Norte pode, por isso, aspirar a ter uma voz e uma parte correspondente ao seu peso social e económico nos futuros instrumentos do “Novo QREN”. Na promoção da competitividade, no emprego e inclusão social, e na valorização e sustentabilidade dos recursos e do território.**

Uma visão territorial do Novo QREN é, neste contexto, fundamental.

A Região aspira a ter um papel no desenho destes instrumentos e na sua gestão. Quer no plano do futuro Programa Operacional Regional, quer no dos Programas Operacionais Temáticos Nacionais.

**Atrevo-me, por isso, a deixar aqui um desafio ao Governo de Portugal.**

Após o sinal encorajador anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro de sediar no Norte a nova instituição financeira de apoio ao desenvolvimento, ousar sugerir hoje ao Governo que **fixe também na região a estrutura de gestão do futuro programa operacional de apoio à competitividade.**

A ser tomada, esta será uma **decisão lógica, consequente e de inteira justiça para com a região.**

Se houver a coragem de tomar esta opção, como sinceramente acalento, o Governo dará **um dos maiores sinais de mudança das últimas décadas em Portugal.** E, devo dizer, com muito mais eficácia do que as **simbólicas sedes vazias de alguns organismos da administração central.**

**Os territórios devem ser atores de uma “agenda da competitividade”.**

O futuro Programa Operacional Regional deve dispor, por isso, de um **volante económico forte**, e não ser reduzido a funções clássicas de apoio a equipamentos ou infra-estruturas, nomeadamente das que dependem de políticas nacionais.

A escala regional deve estar munida de instrumentos para as PME, para uma **“estratégia de especialização inteligente”**, para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, e para a valorização dos recursos territoriais, que no Norte são tão expressivos e singulares: no Mar e no Ambiente, no Turismo, na Cultura, nas Industrias Criativas, para citar apenas alguns.

As atribuições de Ambiente e Ordenamento do Território da CCDR-N devem também interagir numa acção de desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, só se pode esperar que o futuro Programa Operacional Regional seja económica e socialmente relevante, financeiramente robusto e territorialmente inclusivo.

As novas figuras das “Intervenções Territoriais Integradas” e das “Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano” colocam novas oportunidades num racional territorial de desenvolvimento. O papel das Comunidades Intermunicipais e da Área Metropolitana do Porto deve ganhar aqui todo o relevo.

**Não iludo e não esqueço, porém, o muito que está por fazer no atual QREN,** ainda muito longe do termo da sua execução.

Garantir a total absorção dos recursos disponíveis e uma execução qualificada dos investimentos são responsabilidades que necessitam de resposta ainda em 2013, e que depende de muitos.

No ON.2, darei prioridade a uma monitorização cuidada e a uma gestão fina das disponibilidades, contando com o saber e a experiência dos meus colegas da Comissão Diretiva do Programa.

Contaremos nessa tarefa, e no objetivo de uma transição inteligente entre os dois ciclos de financiamento, com a solidariedade dos principais atores regionais, a começar pelos municípios.

**O relançamento de uma cooperação estratégica com as vizinhas regiões da Galiza e de Castela e Leão** é também parte integrante da missão que hoje recebo do Governo e da Região.

A euro-região Galiza/Norte de Portugal é hoje, apesar da crise, uma realidade pujante e consolidada. Somos uma economia integrada e com trocas intensas. Partilhamos infra-estruturas e redes de conhecimento. As populações de fronteira interagem de forma solidária, regular e natural. E dispomos de instrumentos institucionais, como o “Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial”.

Revisitar os termos e os objetivos da cooperação do noroeste peninsular, num contexto de revitalização económica, é uma prioridade do meu mandato.

**Quero terminar com duas referências que me são particularmente caras.** Aos colaboradores desta nobre instituição e ao Conselho Regional, enquanto seu órgão político.

Boa parte da minha experiência académica e profissional foi dedicada a criar, gerir e mobilizar equipas e vontades colectivas. Sei da importância decisiva de criar sentidos de pertença, laços de confiança e motivação em torno de objectivos comuns.

Aos quadros desta instituição quero garantir a minha genuína disposição em renovar os vínculos de identidade e o sentido orgulho de trabalhar nesta casa e em prol de uma Região tão relevante como o Norte de Portugal.

**Ajudar a reabilitar a dignidade da política regional e honrar a melhor tradição de excelência técnica desta casa é também a missão do seu Presidente, e encaro-a com sentido de prioridade e responsabilidade.**

**Finalmente, quero afirmar o meu compromisso numa cooperação estratégica com o Conselho Regional da CCDR-N.**

A participação dos atores regionais é uma condição indispensável para criarmos um racional e uma voz que junte forças e anime vontades, numa rede mais inteligente e mais solidária de interesses, objectivos e projetos.

Se o diálogo regional tem que ter uma base, esta instituição é o seu centro natural.

É este trabalho que desejo fazer com a Região: com os municípios, os centros de conhecimento, o tecido económico e empresarial, e com a solidariedade do Governo.

Não são tempos fáceis nem desafios simples, mas é também isto que faz deles desafios e tempos tão interessantes e tão importantes.

Muito obrigado.

## **INTERVENÇÃO NO ATO DE POSSE, 9 DE AGOSTO 2013**

Emídio Gomes

Presidente da CCDR-N

---

Começo por **saudar muito especialmente os Senhores Ministros** e o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

A vossa presença constitui uma honra e um estímulo aos níveis pessoal e institucional. Mas é felizmente muito mais do que isso.

A vossa presença é também, e sobretudo, um **sinal inequívoco da importância que o Governo reconhece, no actual contexto,** à política de desenvolvimento regional em Portugal e a esta instituição, em particular.

O Norte não é uma região qualquer e a CCDR-N não é só, nem nunca quis ser só, uma simples direcção-geral da Administração do Estado.

Agradeço, pois, a confiança que em mim é depositada, mas saúdo também a estabilidade que é conferida à liderança desta “instituição-chave” no Norte e no país.

Quero também **saudar e agradecer a presença da minha família, de muitas personalidades e amigos,** que se juntam neste momento que é simbólico, e que marca o meu início público de funções como presidente da CCDR-N.

Não sou indiferente à presença de alguns dos **antigos e históricos presidentes** desta casa. O Professor Valente de Oliveira, o Eng.º Luís Braga da Cruz e o Dr. Carlos Lage. O significado da sua presença é-me particularmente honroso e grato.

Quero ainda de forma simbólica **saudar todos os senhores autarcas**, na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, a quem me ligam laços de profunda amizade, que remontam à minha infância.

De forma ainda simbólica, **na cidade de Vila Real e na freguesia de Soutelo do Douro, São João da Pesqueira, saúdo toda a região.**

Aos vice-presidentes da CCDR-N, quero agradecer a forma muito dedicada como asseguraram este período de transição. Sei que deram o seu melhor.

Agradeço também as inúmeras mensagens que recebi de pessoas que se encontram longe e em férias.

Procurarei transformar todo o capital de confiança e estima que recebo numa “**energia positiva**”, como agora se diz, para toda a equipa da CCDR-N e para a Região Norte.

O medo e o pessimismo são sempre improdutivos. A confiança e a esperança são, em contrapartida, mobilizadores e transformadores.

**Nasci e cresci no Porto.** Guardo, aliás, da minha infância, uma memória longínqua mas quase intacta desta casa e da sua propriedade, de cariz quase rural, que se estendia pela atual Faculdade de Letras, e ocupava ainda a parte a norte, onde são hoje edifícios de escritórios e clínicas médicas.

Mas todos os que me conhecem sabem que **sinto como meu cada pedaço da minha região** e do meu país.

Tenho um enorme orgulho nas minhas raízes profundas ligadas ao Norte. Os meus filhos têm sangue transmontano e sou do Douro por adoção.

**Estou aqui porque quis e quero estar.** E porque tenho a ambição de poder ajudar o meu país e a minha região. O projeto mais importante da minha vida é sempre o que vivo em cada momento.

Sou profissional da Universidade do Porto, mas colaborei com honra e orgulho com a Universidade Católica durante os últimos dois anos. Presidi ao Conselho Geral da UTAD, pertenci ao Conselho Estratégico da Universidade do Minho e colaboro em projetos da Universidade de Aveiro, e dos Institutos Politécnicos do Porto e de Bragança.

Não tenho a presunção de dizer que sou um “cidadão do mundo”, mas terei pelo menos o à vontade de dizer que sou **“um cidadão do Norte”**.

Devo e quero, aliás, agradecer ao atual e aos anteriores reitores da Universidade do Porto o apoio que sempre me têm dado, nas iniciativas que abraço em prol da região. A liberdade de pensamento e ação na Universidade do Porto é também aquilo que fez o que ela é hoje na região, em Portugal e no espaço europeu.

Não sou também um estranho aos senhores presidentes dos municípios da Região. Sou conhecido, na minha forma de ser e de estar. E os senhores autarcas sabem que, para mim, cada projeto é sempre o mais importante – seja no Porto, Gaia, Matosinhos, São João da Madeira, Guimarães, Vila Real ou Bragança.

**Assumo funções num tempo especialmente exigente.**

O Norte é a melhor região do país, mas é também aquela que enfrenta desafios mais difíceis, e onde os impactos da crise económica e social se fazem sentir de forma mais intensa.

Curiosa e paradoxalmente, as grandes questões nacionais concentram-se, em larga medida, aqui.

**O Norte é a região-motora das exportações nacionais e o pulmão industrial do país.**

A região representa 38% das exportações nacionais, apresenta um *superavit* de 5 mil milhões de euros na sua balança comercial e é uma economia integrada no espaço ibérico, e com vocação europeia e transatlântica.

Em bom rigor, as respostas aos grandes desafios nacionais passam pela Região Norte e pela sua força humana e produtiva.

Reptos como o aumento das nossas exportações, a inovação e internacionalização das PME, a qualificação das pessoas ou a valorização sustentável dos recursos do território, falharão no país senão tiverem uma resposta suficiente no Norte.

**Uma visão niilista da economia nacional seria, por isso, trágica.**

A conversão do nosso modelo competitivo terá de ter no Norte uma expressão nuclear. Aqui há *know-how* industrial, experiência internacional e qualificações.

Temos aqui o que há de melhor na universidade portuguesa, na capacidade de empreender desafios e de encarar a inovação como o caminho certo para o futuro.

**Também em sectores como o turismo**, onde a Região não tinha quase expressão há duas décadas, **o Norte soube**, contra a corrente, **construir uma oferta qualificada e plural**, feita de autenticidade.



Uma oferta que vai da cidade do Porto ao Vale do Douro Vinhateiro Património da Humanidade; do coração verde do Alto Minho às culturas de sequeiro de Trás-os-Montes; das milenares e vivas cidades de Braga e Guimarães aos fascinantes santuários paleolíticos do Vale do Côa.

**Uma oferta que tem hoje um papel fundamental na economia regional, no emprego e na coesão do nosso território.**

Potenciar os valores de que dispomos e dar-lhes dimensão internacional é um objetivo que não podemos perder de vista.

Apesar do que significa para o país, **o Norte persiste como a região mais pobre de Portugal.** O seu PIB “per capita” situa-se a cerca de 20 p.p. da média nacional, a quase 38 p.p. da média comunitária e a 42 p.p. de Lisboa.

Esta imagem não corresponde ao ADN do Norte e ao potencial da Região, mas o Norte não tem conseguido alcançar uma rota de convergência em relação ao país e à Europa, apesar da melhoria relativa dos últimos anos.

O processo de ajustamento económico tem sido particularmente exigente para a Região, altamente exposta às crises europeias e aos impactos do alargamento, da União Monetária e da abertura aos mercados asiáticos.

Também por isso o **Norte enfrenta um dramático problema de desemprego**, registando taxas superiores à média nacional.

Os dados divulgados esta semana são um sinal positivo de estancamento da hemorragia do desemprego, mas há um longo percurso pela frente.

**A recuperação e a qualificação do emprego são o maior dos desafios que temos que superar.** Todos em conjunto, com confiança e determinação.

O nível territorial deve assumir um papel na promoção do emprego qualificado e de emprego local que, em Portugal, nunca foi concretizado.

A prioridade económica e social anunciada para o futuro QREN deverá ter, por isso, um justo reflexo no próximo Programa Operacional Regional.

Não é razoável que se anunciem sempre as macropolíticas de forma correta, sem que *à posteriori* haja a correspondente aplicação nos diferentes territórios e a sua dotação nos programas operacionais regionais.

A Região Norte regista também níveis salariais inferiores à média nacional, em aproximadamente 7 p.p.. A qualificação dos recursos humanos e a aposta num modelo regional de competitividade baseado no conhecimento são fundamentais para corrigir esta assimetria de riqueza e de oportunidades de vida.

É preciso uma orientação territorial das políticas económicas e sociais mais forte, mais clara, mais consequente.

**A Política de Coesão Europeia pode ter aplicações diversas, mas um único desígnio final:** assegurar a convergência real das regiões mais pobres relativamente à média comunitária. Nenhum interesse se pode colocar acima da letra e do espírito deste princípio.

Os instrumentos da Política de Coesão na Região Norte devem eleger como prioridade uma “agenda da competitividade” e uma “agenda social e de emprego”.

Estamos perto do fim do quarto QCA. E o que a sua avaliação nos revela é que, para alcançarmos crescimento e convergência real, não basta nem uma excelente estratégia, nem um programa operacional regional. Para esse objetivo é também fundamental uma organização territorial dos instrumentos de política e uma descentralização da sua gestão.

Decisões longínquas são, frequentemente, decisões cegas.

Os próximos tempos serão decisivos na definição do modelo de organização do próximo ciclo de fundos comunitários, para 2014-2020.

As opções de política irão condicionar o futuro coletivo do país e da Região do Norte. Existe pois, hoje, uma janela de oportunidade, irrepetível nos próximos sete anos, para se mudar a tradicional forma centralizada de programação, organização e gestão da Política de Coesão em Portugal.

Sádam-se os sinais que o Governo tem publicamente assumido, recusando a tendência para modelos de programação de base vertical e sectorial, que nada dizem aos territórios e às economias regionais.

As forças políticas representadas na Assembleia da República deram também um sinal de amplo consenso sobre esta matéria, em Julho passado.

De forma unânime, os Partidos reconheceram *“que as regiões portuguesas apresentam uma significativa diversidade de problemas”* e que há *“a necessidade de diferenciar, na aplicação dos fundos comunitários, os objetivos a prosseguir”*, tendo afirmado também ser *“importante que estes meios sejam efetivamente aplicados nas correspondentes regiões, essencialmente através de Programas Operacionais Regionais fortemente consolidados”*.

**A Região Norte pode, por isso, aspirar a ter uma voz e uma parte correspondente ao seu peso social e económico nos futuros instrumentos do “Novo QREN”. Na promoção da competitividade, no emprego e inclusão social, e na valorização e sustentabilidade dos recursos e do território.**

Uma visão territorial do Novo QREN é, neste contexto, fundamental.

A Região aspira a ter um papel no desenho destes instrumentos e na sua gestão. Quer no plano do futuro Programa Operacional Regional, quer no dos Programas Operacionais Temáticos Nacionais.

**Atrevo-me, por isso, a deixar aqui um desafio ao Governo de Portugal.**

Após o sinal encorajador anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro de sediar no Norte a nova instituição financeira de apoio ao desenvolvimento, ousou sugerir hoje ao Governo que **fixe também na região a estrutura de gestão do futuro programa operacional de apoio à competitividade.**

A ser tomada, esta será uma **decisão lógica, consequente e de inteira justiça para com a região.**

Se houver a coragem de tomar esta opção, como sinceramente acalento, o Governo dará **um dos maiores sinais de mudança das últimas décadas em Portugal.** E, devo dizer, com muito mais eficácia do que as **simbólicas sedes vazias de alguns organismos da administração central.**

**Os territórios devem ser atores de uma “agenda da competitividade”.**

O futuro Programa Operacional Regional deve dispor, por isso, de um **volante económico forte**, e não ser reduzido a funções clássicas de apoio a equipamentos ou infra-estruturas, nomeadamente das que dependem de políticas nacionais.

A escala regional deve estar munida de instrumentos para as PME, para uma **“estratégia de especialização inteligente”**, para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, e para a valorização dos recursos territoriais, que no Norte são tão expressivos e singulares: no Mar e no Ambiente, no Turismo, na Cultura, nas Industrias Criativas, para citar apenas alguns.

As atribuições de Ambiente e Ordenamento do Território da CCDR-N devem também interagir numa acção de desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, só se pode esperar que o futuro Programa Operacional Regional seja económica e socialmente relevante, financeiramente robusto e territorialmente inclusivo.

As novas figuras das “Intervenções Territoriais Integradas” e das “Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano” colocam novas oportunidades num racional territorial de desenvolvimento. O papel das Comunidades Intermunicipais e da Área Metropolitana do Porto deve ganhar aqui todo o relevo.

**Não iludo e não esqueço, porém, o muito que está por fazer no atual QREN**, ainda muito longe do termo da sua execução.

Garantir a total absorção dos recursos disponíveis e uma execução qualificada dos investimentos são responsabilidades que necessitam de resposta ainda em 2013, e que depende de muitos.

No ON.2, darei prioridade a uma monitorização cuidada e a uma gestão fina das disponibilidades, contando com o saber e a experiência dos meus colegas da Comissão Diretiva do Programa.

Contaremos nessa tarefa, e no objetivo de uma transição inteligente entre os dois ciclos de financiamento, com a solidariedade dos principais atores regionais, a começar pelos municípios.

**O relançamento de uma cooperação estratégica com as vizinhas regiões da Galiza e de Castela e Leão** é também parte integrante da missão que hoje recebo do Governo e da Região.

A euro-região Galiza/Norte de Portugal é hoje, apesar da crise, uma realidade pujante e consolidada. Somos uma economia integrada e com trocas intensas. Partilhamos infra-estruturas e redes de conhecimento. As populações de fronteira interagem de forma solidária, regular e natural. E dispomos de instrumentos institucionais, como o “Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial”.

Revisitar os termos e os objetivos da cooperação do noroeste peninsular, num contexto de revitalização económica, é uma prioridade do meu mandato.

**Quero terminar com duas referências que me são particularmente caras.** Aos colaboradores desta nobre instituição e ao Conselho Regional, enquanto seu órgão político.

Boa parte da minha experiência académica e profissional foi dedicada a criar, gerir e mobilizar equipas e vontades colectivas. Sei da importância decisiva de criar sentidos de pertença, laços de confiança e motivação em torno de objectivos comuns.

Aos quadros desta instituição quero garantir a minha genuína disposição em renovar os vínculos de identidade e o sentido orgulho de trabalhar nesta casa e em prol de uma Região tão relevante como o Norte de Portugal.

**Ajudar a reabilitar a dignidade da política regional e honrar a melhor tradição de excelência técnica desta casa é também a missão do seu Presidente, e encaro-a com sentido de prioridade e responsabilidade.**

**Finalmente, quero afirmar o meu compromisso numa cooperação estratégica com o Conselho Regional da CCDR-N.**

A participação dos atores regionais é uma condição indispensável para criarmos um racional e uma voz que junte forças e anime vontades, numa rede mais inteligente e mais solidária de interesses, objectivos e projetos.

Se o diálogo regional tem que ter uma base, esta instituição é o seu centro natural.

É este trabalho que desejo fazer com a Região: com os municípios, os centros de conhecimento, o tecido económico e empresarial, e com a solidariedade do Governo.

Não são tempos fáceis nem desafios simples, mas é também isto que faz deles desafios e tempos tão interessantes e tão importantes.

Muito obrigado.

## **INTERVENÇÃO NO ATO DE POSSE, 9 DE AGOSTO 2013**

Emídio Gomes

Presidente da CCDR-N

---

Começo por **saudar muito especialmente os Senhores Ministros** e o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

A vossa presença constitui uma honra e um estímulo aos níveis pessoal e institucional. Mas é felizmente muito mais do que isso.

A vossa presença é também, e sobretudo, um **sinal inequívoco da importância que o Governo reconhece, no actual contexto,** à política de desenvolvimento regional em Portugal e a esta instituição, em particular.

O Norte não é uma região qualquer e a CCDR-N não é só, nem nunca quis ser só, uma simples direcção-geral da Administração do Estado.

Agradeço, pois, a confiança que em mim é depositada, mas saúdo também a estabilidade que é conferida à liderança desta “instituição-chave” no Norte e no país.

Quero também **saudar e agradecer a presença da minha família, de muitas personalidades e amigos,** que se juntam neste momento que é simbólico, e que marca o meu início público de funções como presidente da CCDR-N.

Não sou indiferente à presença de alguns dos **antigos e históricos presidentes** desta casa. O Professor Valente de Oliveira, o Eng.º Luís Braga da Cruz e o Dr. Carlos Lage. O significado da sua presença é-me particularmente honroso e grato.



Quero ainda de forma simbólica **saudar todos os senhores autarcas**, na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, a quem me ligam laços de profunda amizade, que remontam à minha infância.

De forma ainda simbólica, **na cidade de Vila Real e na freguesia de Soutelo do Douro, São João da Pesqueira, saúdo toda a região.**

Aos vice-presidentes da CCDR-N, quero agradecer a forma muito dedicada como asseguraram este período de transição. Sei que deram o seu melhor.

Agradeço também as inúmeras mensagens que recebi de pessoas que se encontram longe e em férias.

Procurarei transformar todo o capital de confiança e estima que recebo numa “**energia positiva**”, como agora se diz, para toda a equipa da CCDR-N e para a Região Norte.

O medo e o pessimismo são sempre improdutivos. A confiança e a esperança são, em contrapartida, mobilizadores e transformadores.

**Nasci e cresci no Porto.** Guardo, aliás, da minha infância, uma memória longínqua mas quase intacta desta casa e da sua propriedade, de cariz quase rural, que se estendia pela atual Faculdade de Letras, e ocupava ainda a parte a norte, onde são hoje edifícios de escritórios e clínicas médicas.

Mas todos os que me conhecem sabem que **sinto como meu cada pedaço da minha região** e do meu país.

Tenho um enorme orgulho nas minhas raízes profundas ligadas ao Norte. Os meus filhos têm sangue transmontano e sou do Douro por adoção.

**Estou aqui porque quis e quero estar.** E porque tenho a ambição de poder ajudar o meu país e a minha região. O projeto mais importante da minha vida é sempre o que vivo em cada momento.

Sou profissional da Universidade do Porto, mas colaborei com honra e orgulho com a Universidade Católica durante os últimos dois anos. Presidi ao Conselho Geral da UTAD, pertenci ao Conselho Estratégico da Universidade do Minho e colaboro em projetos da Universidade de Aveiro, e dos Institutos Politécnicos do Porto e de Bragança.

Não tenho a presunção de dizer que sou um “cidadão do mundo”, mas terei pelo menos o à vontade de dizer que sou **“um cidadão do Norte”**.

Devo e quero, aliás, agradecer ao atual e aos anteriores reitores da Universidade do Porto o apoio que sempre me têm dado, nas iniciativas que abraço em prol da região. A liberdade de pensamento e ação na Universidade do Porto é também aquilo que fez o que ela é hoje na região, em Portugal e no espaço europeu.

Não sou também um estranho aos senhores presidentes dos municípios da Região. Sou conhecido, na minha forma de ser e de estar. E os senhores autarcas sabem que, para mim, cada projeto é sempre o mais importante – seja no Porto, Gaia, Matosinhos, São João da Madeira, Guimarães, Vila Real ou Bragança.

**Assumo funções num tempo especialmente exigente.**

O Norte é a melhor região do país, mas é também aquela que enfrenta desafios mais difíceis, e onde os impactos da crise económica e social se fazem sentir de forma mais intensa.

Curiosa e paradoxalmente, as grandes questões nacionais concentram-se, em larga medida, aqui.

**O Norte é a região-motora das exportações nacionais e o pulmão industrial do país.**

A região representa 38% das exportações nacionais, apresenta um *superavit* de 5 mil milhões de euros na sua balança comercial e é uma economia integrada no espaço ibérico, e com vocação europeia e transatlântica.

Em bom rigor, as respostas aos grandes desafios nacionais passam pela Região Norte e pela sua força humana e produtiva.

Reptos como o aumento das nossas exportações, a inovação e internacionalização das PME, a qualificação das pessoas ou a valorização sustentável dos recursos do território, falharão no país senão tiverem uma resposta suficiente no Norte.

**Uma visão niilista da economia nacional seria, por isso, trágica.**

A conversão do nosso modelo competitivo terá de ter no Norte uma expressão nuclear. Aqui há *know-how* industrial, experiência internacional e qualificações.

Temos aqui o que há de melhor na universidade portuguesa, na capacidade de empreender desafios e de encarar a inovação como o caminho certo para o futuro.

**Também em sectores como o turismo**, onde a Região não tinha quase expressão há duas décadas, **o Norte soube**, contra a corrente, **construir uma oferta qualificada e plural**, feita de autenticidade.

Uma oferta que vai da cidade do Porto ao Vale do Douro Vinhateiro Património da Humanidade; do coração verde do Alto Minho às culturas de sequeiro de Trás-os-Montes; das milenares e vivas cidades de Braga e Guimarães aos fascinantes santuários paleolíticos do Vale do Côa.

**Uma oferta que tem hoje um papel fundamental na economia regional, no emprego e na coesão do nosso território.**

Potenciar os valores de que dispomos e dar-lhes dimensão internacional é um objetivo que não podemos perder de vista.

Apesar do que significa para o país, **o Norte persiste como a região mais pobre de Portugal.** O seu PIB “per capita” situa-se a cerca de 20 p.p. da média nacional, a quase 38 p.p. da média comunitária e a 42 p.p. de Lisboa.

Esta imagem não corresponde ao ADN do Norte e ao potencial da Região, mas o Norte não tem conseguido alcançar uma rota de convergência em relação ao país e à Europa, apesar da melhoria relativa dos últimos anos.

O processo de ajustamento económico tem sido particularmente exigente para a Região, altamente exposta às crises europeias e aos impactos do alargamento, da União Monetária e da abertura aos mercados asiáticos.

Também por isso o **Norte enfrenta um dramático problema de desemprego**, registando taxas superiores à média nacional.

Os dados divulgados esta semana são um sinal positivo de estancamento da hemorragia do desemprego, mas há um longo percurso pela frente.

**A recuperação e a qualificação do emprego são o maior dos desafios que temos que superar.** Todos em conjunto, com confiança e determinação.

O nível territorial deve assumir um papel na promoção do emprego qualificado e de emprego local que, em Portugal, nunca foi concretizado.

A prioridade económica e social anunciada para o futuro QREN deverá ter, por isso, um justo reflexo no próximo Programa Operacional Regional.

Não é razoável que se anunciem sempre as macropolíticas de forma correta, sem que *à posteriori* haja a correspondente aplicação nos diferentes territórios e a sua dotação nos programas operacionais regionais.

A Região Norte regista também níveis salariais inferiores à média nacional, em aproximadamente 7 p.p.. A qualificação dos recursos humanos e a aposta num modelo regional de competitividade baseado no conhecimento são fundamentais para corrigir esta assimetria de riqueza e de oportunidades de vida.

É preciso uma orientação territorial das políticas económicas e sociais mais forte, mais clara, mais consequente.

**A Política de Coesão Europeia pode ter aplicações diversas, mas um único desígnio final:** assegurar a convergência real das regiões mais pobres relativamente à média comunitária. Nenhum interesse se pode colocar acima da letra e do espírito deste princípio.

Os instrumentos da Política de Coesão na Região Norte devem eleger como prioridade uma “agenda da competitividade” e uma “agenda social e de emprego”.

Estamos perto do fim do quarto QCA. E o que a sua avaliação nos revela é que, para alcançarmos crescimento e convergência real, não basta nem uma excelente estratégia, nem um programa operacional regional. Para esse objetivo é também fundamental uma organização territorial dos instrumentos de política e uma descentralização da sua gestão.

Decisões longínquas são, frequentemente, decisões cegas.

Os próximos tempos serão decisivos na definição do modelo de organização do próximo ciclo de fundos comunitários, para 2014-2020.

As opções de política irão condicionar o futuro coletivo do país e da Região do Norte. Existe pois, hoje, uma janela de oportunidade, irrepetível nos próximos sete anos, para se mudar a tradicional forma centralizada de programação, organização e gestão da Política de Coesão em Portugal.

Sádam-se os sinais que o Governo tem publicamente assumido, recusando a tendência para modelos de programação de base vertical e sectorial, que nada dizem aos territórios e às economias regionais.

As forças políticas representadas na Assembleia da República deram também um sinal de amplo consenso sobre esta matéria, em Julho passado.

De forma unânime, os Partidos reconheceram *“que as regiões portuguesas apresentam uma significativa diversidade de problemas”* e que há *“a necessidade de diferenciar, na aplicação dos fundos comunitários, os objetivos a prosseguir”*, tendo afirmado também ser *“importante que estes meios sejam efetivamente aplicados nas correspondentes regiões, essencialmente através de Programas Operacionais Regionais fortemente consolidados”*.

**A Região Norte pode, por isso, aspirar a ter uma voz e uma parte correspondente ao seu peso social e económico nos futuros instrumentos do “Novo QREN”. Na promoção da competitividade, no emprego e inclusão social, e na valorização e sustentabilidade dos recursos e do território.**

Uma visão territorial do Novo QREN é, neste contexto, fundamental.

A Região aspira a ter um papel no desenho destes instrumentos e na sua gestão. Quer no plano do futuro Programa Operacional Regional, quer no dos Programas Operacionais Temáticos Nacionais.

**Atrevo-me, por isso, a deixar aqui um desafio ao Governo de Portugal.**

Após o sinal encorajador anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro de sediar no Norte a nova instituição financeira de apoio ao desenvolvimento, ousa sugerir hoje ao Governo que **fixe também na região a estrutura de gestão do futuro programa operacional de apoio à competitividade.**

A ser tomada, esta será uma **decisão lógica, consequente e de inteira justiça para com a região.**

Se houver a coragem de tomar esta opção, como sinceramente acalento, o Governo dará **um dos maiores sinais de mudança das últimas décadas em Portugal.** E, devo dizer, com muito mais eficácia do que as **simbólicas sedes vazias de alguns organismos da administração central.**

**Os territórios devem ser atores de uma “agenda da competitividade”.**

O futuro Programa Operacional Regional deve dispor, por isso, de um **volante económico forte**, e não ser reduzido a funções clássicas de apoio a equipamentos ou infra-estruturas, nomeadamente das que dependem de políticas nacionais.

A escala regional deve estar munida de instrumentos para as PME, para uma **“estratégia de especialização inteligente”**, para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, e para a valorização dos recursos territoriais, que no Norte são tão expressivos e singulares: no Mar e no Ambiente, no Turismo, na Cultura, nas Industrias Criativas, para citar apenas alguns.

As atribuições de Ambiente e Ordenamento do Território da CCDR-N devem também interagir numa acção de desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, só se pode esperar que o futuro Programa Operacional Regional seja económica e socialmente relevante, financeiramente robusto e territorialmente inclusivo.

As novas figuras das “Intervenções Territoriais Integradas” e das “Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano” colocam novas oportunidades num racional territorial de desenvolvimento. O papel das Comunidades Intermunicipais e da Área Metropolitana do Porto deve ganhar aqui todo o relevo.

**Não iludo e não esqueço, porém, o muito que está por fazer no atual QREN,** ainda muito longe do termo da sua execução.

Garantir a total absorção dos recursos disponíveis e uma execução qualificada dos investimentos são responsabilidades que necessitam de resposta ainda em 2013, e que depende de muitos.



No ON.2, darei prioridade a uma monitorização cuidada e a uma gestão fina das disponibilidades, contando com o saber e a experiência dos meus colegas da Comissão Diretiva do Programa.

Contaremos nessa tarefa, e no objetivo de uma transição inteligente entre os dois ciclos de financiamento, com a solidariedade dos principais atores regionais, a começar pelos municípios.

**O relançamento de uma cooperação estratégica com as vizinhas regiões da Galiza e de Castela e Leão** é também parte integrante da missão que hoje recebo do Governo e da Região.

A euro-região Galiza/Norte de Portugal é hoje, apesar da crise, uma realidade pujante e consolidada. Somos uma economia integrada e com trocas intensas. Partilhamos infra-estruturas e redes de conhecimento. As populações de fronteira interagem de forma solidária, regular e natural. E dispomos de instrumentos institucionais, como o “Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial”.

Revisitar os termos e os objetivos da cooperação do noroeste peninsular, num contexto de revitalização económica, é uma prioridade do meu mandato.

**Quero terminar com duas referências que me são particularmente caras.** Aos colaboradores desta nobre instituição e ao Conselho Regional, enquanto seu órgão político.

Boa parte da minha experiência académica e profissional foi dedicada a criar, gerir e mobilizar equipas e vontades colectivas. Sei da importância decisiva de criar sentidos de pertença, laços de confiança e motivação em torno de objectivos comuns.

Aos quadros desta instituição quero garantir a minha genuína disposição em renovar os vínculos de identidade e o sentido orgulho de trabalhar nesta casa e em prol de uma Região tão relevante como o Norte de Portugal.

**Ajudar a reabilitar a dignidade da política regional e honrar a melhor tradição de excelência técnica desta casa é também a missão do seu Presidente, e encaro-a com sentido de prioridade e responsabilidade.**

**Finalmente, quero afirmar o meu compromisso numa cooperação estratégica com o Conselho Regional da CCDR-N.**

A participação dos atores regionais é uma condição indispensável para criarmos um racional e uma voz que junte forças e anime vontades, numa rede mais inteligente e mais solidária de interesses, objectivos e projetos.

Se o diálogo regional tem que ter uma base, esta instituição é o seu centro natural.

É este trabalho que desejo fazer com a Região: com os municípios, os centros de conhecimento, o tecido económico e empresarial, e com a solidariedade do Governo.

Não são tempos fáceis nem desafios simples, mas é também isto que faz deles desafios e tempos tão interessantes e tão importantes.

Muito obrigado.

## **INTERVENÇÃO NO ATO DE POSSE, 9 DE AGOSTO 2013**

Emídio Gomes

Presidente da CCDR-N

---

Começo por **saudar muito especialmente os Senhores Ministros** e o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

A vossa presença constitui uma honra e um estímulo aos níveis pessoal e institucional. Mas é felizmente muito mais do que isso.

A vossa presença é também, e sobretudo, um **sinal inequívoco da importância que o Governo reconhece, no actual contexto,** à política de desenvolvimento regional em Portugal e a esta instituição, em particular.

O Norte não é uma região qualquer e a CCDR-N não é só, nem nunca quis ser só, uma simples direcção-geral da Administração do Estado.

Agradeço, pois, a confiança que em mim é depositada, mas saúdo também a estabilidade que é conferida à liderança desta “instituição-chave” no Norte e no país.

Quero também **saudar e agradecer a presença da minha família, de muitas personalidades e amigos,** que se juntam neste momento que é simbólico, e que marca o meu início público de funções como presidente da CCDR-N.

Não sou indiferente à presença de alguns dos **antigos e históricos presidentes** desta casa. O Professor Valente de Oliveira, o Eng.º Luís Braga da Cruz e o Dr. Carlos Lage. O significado da sua presença é-me particularmente honroso e grato.

Quero ainda de forma simbólica **saudar todos os senhores autarcas**, na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, a quem me ligam laços de profunda amizade, que remontam à minha infância.

De forma ainda simbólica, **na cidade de Vila Real e na freguesia de Soutelo do Douro, São João da Pesqueira, saúdo toda a região.**

Aos vice-presidentes da CCDR-N, quero agradecer a forma muito dedicada como asseguraram este período de transição. Sei que deram o seu melhor.

Agradeço também as inúmeras mensagens que recebi de pessoas que se encontram longe e em férias.

Procurarei transformar todo o capital de confiança e estima que recebo numa “**energia positiva**”, como agora se diz, para toda a equipa da CCDR-N e para a Região Norte.

O medo e o pessimismo são sempre improdutivos. A confiança e a esperança são, em contrapartida, mobilizadores e transformadores.

**Nasci e cresci no Porto.** Guardo, aliás, da minha infância, uma memória longínqua mas quase intacta desta casa e da sua propriedade, de cariz quase rural, que se estendia pela atual Faculdade de Letras, e ocupava ainda a parte a norte, onde são hoje edifícios de escritórios e clínicas médicas.

Mas todos os que me conhecem sabem que **sinto como meu cada pedaço da minha região** e do meu país.

Tenho um enorme orgulho nas minhas raízes profundas ligadas ao Norte. Os meus filhos têm sangue transmontano e sou do Douro por adoção.

**Estou aqui porque quis e quero estar.** E porque tenho a ambição de poder ajudar o meu país e a minha região. O projeto mais importante da minha vida é sempre o que vivo em cada momento.

Sou profissional da Universidade do Porto, mas colaborei com honra e orgulho com a Universidade Católica durante os últimos dois anos. Presidi ao Conselho Geral da UTAD, pertenci ao Conselho Estratégico da Universidade do Minho e colaboro em projetos da Universidade de Aveiro, e dos Institutos Politécnicos do Porto e de Bragança.

Não tenho a presunção de dizer que sou um “cidadão do mundo”, mas terei pelo menos o à vontade de dizer que sou **“um cidadão do Norte”**.

Devo e quero, aliás, agradecer ao atual e aos anteriores reitores da Universidade do Porto o apoio que sempre me têm dado, nas iniciativas que abraço em prol da região. A liberdade de pensamento e ação na Universidade do Porto é também aquilo que fez o que ela é hoje na região, em Portugal e no espaço europeu.

Não sou também um estranho aos senhores presidentes dos municípios da Região. Sou conhecido, na minha forma de ser e de estar. E os senhores autarcas sabem que, para mim, cada projeto é sempre o mais importante – seja no Porto, Gaia, Matosinhos, São João da Madeira, Guimarães, Vila Real ou Bragança.

**Assumo funções num tempo especialmente exigente.**

O Norte é a melhor região do país, mas é também aquela que enfrenta desafios mais difíceis, e onde os impactos da crise económica e social se fazem sentir de forma mais intensa.

Curiosa e paradoxalmente, as grandes questões nacionais concentram-se, em larga medida, aqui.

**O Norte é a região-motora das exportações nacionais e o pulmão industrial do país.**

A região representa 38% das exportações nacionais, apresenta um *superavit* de 5 mil milhões de euros na sua balança comercial e é uma economia integrada no espaço ibérico, e com vocação europeia e transatlântica.

Em bom rigor, as respostas aos grandes desafios nacionais passam pela Região Norte e pela sua força humana e produtiva.

Reptos como o aumento das nossas exportações, a inovação e internacionalização das PME, a qualificação das pessoas ou a valorização sustentável dos recursos do território, falharão no país senão tiverem uma resposta suficiente no Norte.

**Uma visão niilista da economia nacional seria, por isso, trágica.**

A conversão do nosso modelo competitivo terá de ter no Norte uma expressão nuclear. Aqui há *know-how* industrial, experiência internacional e qualificações.

Temos aqui o que há de melhor na universidade portuguesa, na capacidade de empreender desafios e de encarar a inovação como o caminho certo para o futuro.

**Também em sectores como o turismo**, onde a Região não tinha quase expressão há duas décadas, **o Norte soube**, contra a corrente, **construir uma oferta qualificada e plural**, feita de autenticidade.

Uma oferta que vai da cidade do Porto ao Vale do Douro Vinhateiro Património da Humanidade; do coração verde do Alto Minho às culturas de sequeiro de Trás-os-Montes; das milenares e vivas cidades de Braga e Guimarães aos fascinantes santuários paleolíticos do Vale do Côa.

**Uma oferta que tem hoje um papel fundamental na economia regional, no emprego e na coesão do nosso território.**

Potenciar os valores de que dispomos e dar-lhes dimensão internacional é um objetivo que não podemos perder de vista.

Apesar do que significa para o país, **o Norte persiste como a região mais pobre de Portugal.** O seu PIB “per capita” situa-se a cerca de 20 p.p. da média nacional, a quase 38 p.p. da média comunitária e a 42 p.p. de Lisboa.

Esta imagem não corresponde ao ADN do Norte e ao potencial da Região, mas o Norte não tem conseguido alcançar uma rota de convergência em relação ao país e à Europa, apesar da melhoria relativa dos últimos anos.

O processo de ajustamento económico tem sido particularmente exigente para a Região, altamente exposta às crises europeias e aos impactos do alargamento, da União Monetária e da abertura aos mercados asiáticos.

Também por isso o **Norte enfrenta um dramático problema de desemprego**, registando taxas superiores à média nacional.

Os dados divulgados esta semana são um sinal positivo de estancamento da hemorragia do desemprego, mas há um longo percurso pela frente.

**A recuperação e a qualificação do emprego são o maior dos desafios que temos que superar.** Todos em conjunto, com confiança e determinação.

O nível territorial deve assumir um papel na promoção do emprego qualificado e de emprego local que, em Portugal, nunca foi concretizado.

A prioridade económica e social anunciada para o futuro QREN deverá ter, por isso, um justo reflexo no próximo Programa Operacional Regional.

Não é razoável que se anunciem sempre as macropolíticas de forma correta, sem que *à posteriori* haja a correspondente aplicação nos diferentes territórios e a sua dotação nos programas operacionais regionais.

A Região Norte regista também níveis salariais inferiores à média nacional, em aproximadamente 7 p.p.. A qualificação dos recursos humanos e a aposta num modelo regional de competitividade baseado no conhecimento são fundamentais para corrigir esta assimetria de riqueza e de oportunidades de vida.

É preciso uma orientação territorial das políticas económicas e sociais mais forte, mais clara, mais consequente.

**A Política de Coesão Europeia pode ter aplicações diversas, mas um único desígnio final:** assegurar a convergência real das regiões mais pobres relativamente à média comunitária. Nenhum interesse se pode colocar acima da letra e do espírito deste princípio.

Os instrumentos da Política de Coesão na Região Norte devem eleger como prioridade uma “agenda da competitividade” e uma “agenda social e de emprego”.



Estamos perto do fim do quarto QCA. E o que a sua avaliação nos revela é que, para alcançarmos crescimento e convergência real, não basta nem uma excelente estratégia, nem um programa operacional regional. Para esse objetivo é também fundamental uma organização territorial dos instrumentos de política e uma descentralização da sua gestão.

Decisões longínquas são, frequentemente, decisões cegas.

Os próximos tempos serão decisivos na definição do modelo de organização do próximo ciclo de fundos comunitários, para 2014-2020.

As opções de política irão condicionar o futuro coletivo do país e da Região do Norte. Existe pois, hoje, uma janela de oportunidade, irrepetível nos próximos sete anos, para se mudar a tradicional forma centralizada de programação, organização e gestão da Política de Coesão em Portugal.

Sádam-se os sinais que o Governo tem publicamente assumido, recusando a tendência para modelos de programação de base vertical e sectorial, que nada dizem aos territórios e às economias regionais.

As forças políticas representadas na Assembleia da República deram também um sinal de amplo consenso sobre esta matéria, em Julho passado.

De forma unânime, os Partidos reconheceram *“que as regiões portuguesas apresentam uma significativa diversidade de problemas”* e que há *“a necessidade de diferenciar, na aplicação dos fundos comunitários, os objetivos a prosseguir”*, tendo afirmado também ser *“importante que estes meios sejam efetivamente aplicados nas correspondentes regiões, essencialmente através de Programas Operacionais Regionais fortemente consolidados”*.

**A Região Norte pode, por isso, aspirar a ter uma voz e uma parte correspondente ao seu peso social e económico nos futuros instrumentos do “Novo QREN”. Na promoção da competitividade, no emprego e inclusão social, e na valorização e sustentabilidade dos recursos e do território.**

Uma visão territorial do Novo QREN é, neste contexto, fundamental.

A Região aspira a ter um papel no desenho destes instrumentos e na sua gestão. Quer no plano do futuro Programa Operacional Regional, quer no dos Programas Operacionais Temáticos Nacionais.

**Atrevo-me, por isso, a deixar aqui um desafio ao Governo de Portugal.**

Após o sinal encorajador anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro de sediar no Norte a nova instituição financeira de apoio ao desenvolvimento, ousou sugerir hoje ao Governo que **fixe também na região a estrutura de gestão do futuro programa operacional de apoio à competitividade.**

A ser tomada, esta será uma **decisão lógica, consequente e de inteira justiça para com a região.**

Se houver a coragem de tomar esta opção, como sinceramente acalento, o Governo dará **um dos maiores sinais de mudança das últimas décadas em Portugal.** E, devo dizer, com muito mais eficácia do que as **simbólicas sedes vazias de alguns organismos da administração central.**

**Os territórios devem ser atores de uma “agenda da competitividade”.**

O futuro Programa Operacional Regional deve dispor, por isso, de um **volante económico forte**, e não ser reduzido a funções clássicas de apoio a equipamentos ou infra-estruturas, nomeadamente das que dependem de políticas nacionais.

A escala regional deve estar munida de instrumentos para as PME, para uma **“estratégia de especialização inteligente”**, para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, e para a valorização dos recursos territoriais, que no Norte são tão expressivos e singulares: no Mar e no Ambiente, no Turismo, na Cultura, nas Industrias Criativas, para citar apenas alguns.

As atribuições de Ambiente e Ordenamento do Território da CCDR-N devem também interagir numa acção de desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, só se pode esperar que o futuro Programa Operacional Regional seja económica e socialmente relevante, financeiramente robusto e territorialmente inclusivo.

As novas figuras das “Intervenções Territoriais Integradas” e das “Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano” colocam novas oportunidades num racional territorial de desenvolvimento. O papel das Comunidades Intermunicipais e da Área Metropolitana do Porto deve ganhar aqui todo o relevo.

**Não iludo e não esqueço, porém, o muito que está por fazer no atual QREN,** ainda muito longe do termo da sua execução.

Garantir a total absorção dos recursos disponíveis e uma execução qualificada dos investimentos são responsabilidades que necessitam de resposta ainda em 2013, e que depende de muitos.

No ON.2, darei prioridade a uma monitorização cuidada e a uma gestão fina das disponibilidades, contando com o saber e a experiência dos meus colegas da Comissão Diretiva do Programa.

Contaremos nessa tarefa, e no objetivo de uma transição inteligente entre os dois ciclos de financiamento, com a solidariedade dos principais atores regionais, a começar pelos municípios.

**O relançamento de uma cooperação estratégica com as vizinhas regiões da Galiza e de Castela e Leão** é também parte integrante da missão que hoje recebo do Governo e da Região.

A euro-região Galiza/Norte de Portugal é hoje, apesar da crise, uma realidade pujante e consolidada. Somos uma economia integrada e com trocas intensas. Partilhamos infra-estruturas e redes de conhecimento. As populações de fronteira interagem de forma solidária, regular e natural. E dispomos de instrumentos institucionais, como o “Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial”.

Revisitar os termos e os objetivos da cooperação do noroeste peninsular, num contexto de revitalização económica, é uma prioridade do meu mandato.

**Quero terminar com duas referências que me são particularmente caras.** Aos colaboradores desta nobre instituição e ao Conselho Regional, enquanto seu órgão político.

Boa parte da minha experiência académica e profissional foi dedicada a criar, gerir e mobilizar equipas e vontades colectivas. Sei da importância decisiva de criar sentidos de pertença, laços de confiança e motivação em torno de objectivos comuns.

Aos quadros desta instituição quero garantir a minha genuína disposição em renovar os vínculos de identidade e o sentido orgulho de trabalhar nesta casa e em prol de uma Região tão relevante como o Norte de Portugal.

**Ajudar a reabilitar a dignidade da política regional e honrar a melhor tradição de excelência técnica desta casa é também a missão do seu Presidente, e encaro-a com sentido de prioridade e responsabilidade.**

**Finalmente, quero afirmar o meu compromisso numa cooperação estratégica com o Conselho Regional da CCDR-N.**

A participação dos atores regionais é uma condição indispensável para criarmos um racional e uma voz que junte forças e anime vontades, numa rede mais inteligente e mais solidária de interesses, objectivos e projetos.

Se o diálogo regional tem que ter uma base, esta instituição é o seu centro natural.

É este trabalho que desejo fazer com a Região: com os municípios, os centros de conhecimento, o tecido económico e empresarial, e com a solidariedade do Governo.

Não são tempos fáceis nem desafios simples, mas é também isto que faz deles desafios e tempos tão interessantes e tão importantes.

Muito obrigado.

## **INTERVENÇÃO NO ATO DE POSSE, 9 DE AGOSTO 2013**

Emídio Gomes

Presidente da CCDR-N

---

Começo por **saudar muito especialmente os Senhores Ministros** e o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

A vossa presença constitui uma honra e um estímulo aos níveis pessoal e institucional. Mas é felizmente muito mais do que isso.

A vossa presença é também, e sobretudo, um **sinal inequívoco da importância que o Governo reconhece, no actual contexto**, à política de desenvolvimento regional em Portugal e a esta instituição, em particular.

O Norte não é uma região qualquer e a CCDR-N não é só, nem nunca quis ser só, uma simples direcção-geral da Administração do Estado.

Agradeço, pois, a confiança que em mim é depositada, mas saúdo também a estabilidade que é conferida à liderança desta “instituição-chave” no Norte e no país.

Quero também **saudar e agradecer a presença da minha família, de muitas personalidades e amigos**, que se juntam neste momento que é simbólico, e que marca o meu início público de funções como presidente da CCDR-N.

Não sou indiferente à presença de alguns dos **antigos e históricos presidentes** desta casa. O Professor Valente de Oliveira, o Eng.º Luís Braga da Cruz e o Dr. Carlos Lage. O significado da sua presença é-me particularmente honroso e grato.

Quero ainda de forma simbólica **saudar todos os senhores autarcas**, na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, a quem me ligam laços de profunda amizade, que remontam à minha infância.

De forma ainda simbólica, **na cidade de Vila Real e na freguesia de Soutelo do Douro, São João da Pesqueira, saúdo toda a região.**

Aos vice-presidentes da CCDR-N, quero agradecer a forma muito dedicada como asseguraram este período de transição. Sei que deram o seu melhor.

Agradeço também as inúmeras mensagens que recebi de pessoas que se encontram longe e em férias.

Procurarei transformar todo o capital de confiança e estima que recebo numa “**energia positiva**”, como agora se diz, para toda a equipa da CCDR-N e para a Região Norte.

O medo e o pessimismo são sempre improdutivos. A confiança e a esperança são, em contrapartida, mobilizadores e transformadores.

**Nasci e cresci no Porto.** Guardo, aliás, da minha infância, uma memória longínqua mas quase intacta desta casa e da sua propriedade, de cariz quase rural, que se estendia pela atual Faculdade de Letras, e ocupava ainda a parte a norte, onde são hoje edifícios de escritórios e clínicas médicas.

Mas todos os que me conhecem sabem que **sinto como meu cada pedaço da minha região** e do meu país.

Tenho um enorme orgulho nas minhas raízes profundas ligadas ao Norte. Os meus filhos têm sangue transmontano e sou do Douro por adoção.

**Estou aqui porque quis e quero estar.** E porque tenho a ambição de poder ajudar o meu país e a minha região. O projeto mais importante da minha vida é sempre o que vivo em cada momento.

Sou profissional da Universidade do Porto, mas colaborei com honra e orgulho com a Universidade Católica durante os últimos dois anos. Presidi ao Conselho Geral da UTAD, pertenci ao Conselho Estratégico da Universidade do Minho e colaboro em projetos da Universidade de Aveiro, e dos Institutos Politécnicos do Porto e de Bragança.

Não tenho a presunção de dizer que sou um “cidadão do mundo”, mas terei pelo menos o à vontade de dizer que sou **“um cidadão do Norte”**.

Devo e quero, aliás, agradecer ao atual e aos anteriores reitores da Universidade do Porto o apoio que sempre me têm dado, nas iniciativas que abraço em prol da região. A liberdade de pensamento e ação na Universidade do Porto é também aquilo que fez o que ela é hoje na região, em Portugal e no espaço europeu.

Não sou também um estranho aos senhores presidentes dos municípios da Região. Sou conhecido, na minha forma de ser e de estar. E os senhores autarcas sabem que, para mim, cada projeto é sempre o mais importante – seja no Porto, Gaia, Matosinhos, São João da Madeira, Guimarães, Vila Real ou Bragança.

**Assumo funções num tempo especialmente exigente.**

O Norte é a melhor região do país, mas é também aquela que enfrenta desafios mais difíceis, e onde os impactos da crise económica e social se fazem sentir de forma mais intensa.



Curiosa e paradoxalmente, as grandes questões nacionais concentram-se, em larga medida, aqui.

**O Norte é a região-motora das exportações nacionais e o pulmão industrial do país.**

A região representa 38% das exportações nacionais, apresenta um *superavit* de 5 mil milhões de euros na sua balança comercial e é uma economia integrada no espaço ibérico, e com vocação europeia e transatlântica.

Em bom rigor, as respostas aos grandes desafios nacionais passam pela Região Norte e pela sua força humana e produtiva.

Reptos como o aumento das nossas exportações, a inovação e internacionalização das PME, a qualificação das pessoas ou a valorização sustentável dos recursos do território, falharão no país senão tiverem uma resposta suficiente no Norte.

**Uma visão niilista da economia nacional seria, por isso, trágica.**

A conversão do nosso modelo competitivo terá de ter no Norte uma expressão nuclear. Aqui há *know-how* industrial, experiência internacional e qualificações.

Temos aqui o que há de melhor na universidade portuguesa, na capacidade de empreender desafios e de encarar a inovação como o caminho certo para o futuro.

**Também em sectores como o turismo**, onde a Região não tinha quase expressão há duas décadas, **o Norte soube**, contra a corrente, **construir uma oferta qualificada e plural**, feita de autenticidade.

Uma oferta que vai da cidade do Porto ao Vale do Douro Vinhateiro Património da Humanidade; do coração verde do Alto Minho às culturas de sequeiro de Trás-os-Montes; das milenares e vivas cidades de Braga e Guimarães aos fascinantes santuários paleolíticos do Vale do Côa.

**Uma oferta que tem hoje um papel fundamental na economia regional, no emprego e na coesão do nosso território.**

Potenciar os valores de que dispomos e dar-lhes dimensão internacional é um objetivo que não podemos perder de vista.

Apesar do que significa para o país, **o Norte persiste como a região mais pobre de Portugal.** O seu PIB “per capita” situa-se a cerca de 20 p.p. da média nacional, a quase 38 p.p. da média comunitária e a 42 p.p. de Lisboa.

Esta imagem não corresponde ao ADN do Norte e ao potencial da Região, mas o Norte não tem conseguido alcançar uma rota de convergência em relação ao país e à Europa, apesar da melhoria relativa dos últimos anos.

O processo de ajustamento económico tem sido particularmente exigente para a Região, altamente exposta às crises europeias e aos impactos do alargamento, da União Monetária e da abertura aos mercados asiáticos.

Também por isso o **Norte enfrenta um dramático problema de desemprego**, registando taxas superiores à média nacional.

Os dados divulgados esta semana são um sinal positivo de estancamento da hemorragia do desemprego, mas há um longo percurso pela frente.

**A recuperação e a qualificação do emprego são o maior dos desafios que temos que superar.** Todos em conjunto, com confiança e determinação.

O nível territorial deve assumir um papel na promoção do emprego qualificado e de emprego local que, em Portugal, nunca foi concretizado.

A prioridade económica e social anunciada para o futuro QREN deverá ter, por isso, um justo reflexo no próximo Programa Operacional Regional.

Não é razoável que se anunciem sempre as macropolíticas de forma correta, sem que *à posteriori* haja a correspondente aplicação nos diferentes territórios e a sua dotação nos programas operacionais regionais.

A Região Norte regista também níveis salariais inferiores à média nacional, em aproximadamente 7 p.p.. A qualificação dos recursos humanos e a aposta num modelo regional de competitividade baseado no conhecimento são fundamentais para corrigir esta assimetria de riqueza e de oportunidades de vida.

É preciso uma orientação territorial das políticas económicas e sociais mais forte, mais clara, mais consequente.

**A Política de Coesão Europeia pode ter aplicações diversas, mas um único desígnio final:** assegurar a convergência real das regiões mais pobres relativamente à média comunitária. Nenhum interesse se pode colocar acima da letra e do espírito deste princípio.

Os instrumentos da Política de Coesão na Região Norte devem eleger como prioridade uma “agenda da competitividade” e uma “agenda social e de emprego”.

Estamos perto do fim do quarto QCA. E o que a sua avaliação nos revela é que, para alcançarmos crescimento e convergência real, não basta nem uma excelente estratégia, nem um programa operacional regional. Para esse objetivo é também fundamental uma organização territorial dos instrumentos de política e uma descentralização da sua gestão.

Decisões longínquas são, frequentemente, decisões cegas.

Os próximos tempos serão decisivos na definição do modelo de organização do próximo ciclo de fundos comunitários, para 2014-2020.

As opções de política irão condicionar o futuro coletivo do país e da Região do Norte. Existe pois, hoje, uma janela de oportunidade, irrepetível nos próximos sete anos, para se mudar a tradicional forma centralizada de programação, organização e gestão da Política de Coesão em Portugal.

Sádam-se os sinais que o Governo tem publicamente assumido, recusando a tendência para modelos de programação de base vertical e sectorial, que nada dizem aos territórios e às economias regionais.

As forças políticas representadas na Assembleia da República deram também um sinal de amplo consenso sobre esta matéria, em Julho passado.

De forma unânime, os Partidos reconheceram *“que as regiões portuguesas apresentam uma significativa diversidade de problemas”* e que há *“a necessidade de diferenciar, na aplicação dos fundos comunitários, os objetivos a prosseguir”*, tendo afirmado também ser *“importante que estes meios sejam efetivamente aplicados nas correspondentes regiões, essencialmente através de Programas Operacionais Regionais fortemente consolidados”*.

**A Região Norte pode, por isso, aspirar a ter uma voz e uma parte correspondente ao seu peso social e económico nos futuros instrumentos do “Novo QREN”. Na promoção da competitividade, no emprego e inclusão social, e na valorização e sustentabilidade dos recursos e do território.**

Uma visão territorial do Novo QREN é, neste contexto, fundamental.

A Região aspira a ter um papel no desenho destes instrumentos e na sua gestão. Quer no plano do futuro Programa Operacional Regional, quer no dos Programas Operacionais Temáticos Nacionais.

**Atrevo-me, por isso, a deixar aqui um desafio ao Governo de Portugal.**

Após o sinal encorajador anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro de sediar no Norte a nova instituição financeira de apoio ao desenvolvimento, ousou sugerir hoje ao Governo que **fixe também na região a estrutura de gestão do futuro programa operacional de apoio à competitividade.**

A ser tomada, esta será uma **decisão lógica, consequente e de inteira justiça para com a região.**

Se houver a coragem de tomar esta opção, como sinceramente acalento, o Governo dará **um dos maiores sinais de mudança das últimas décadas em Portugal.** E, devo dizer, com muito mais eficácia do que as **simbólicas sedes vazias de alguns organismos da administração central.**

**Os territórios devem ser atores de uma “agenda da competitividade”.**

O futuro Programa Operacional Regional deve dispor, por isso, de um **volante económico forte**, e não ser reduzido a funções clássicas de apoio a equipamentos ou infra-estruturas, nomeadamente das que dependem de políticas nacionais.

A escala regional deve estar munida de instrumentos para as PME, para uma **“estratégia de especialização inteligente”**, para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, e para a valorização dos recursos territoriais, que no Norte são tão expressivos e singulares: no Mar e no Ambiente, no Turismo, na Cultura, nas Industrias Criativas, para citar apenas alguns.

As atribuições de Ambiente e Ordenamento do Território da CCDR-N devem também interagir numa acção de desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, só se pode esperar que o futuro Programa Operacional Regional seja económica e socialmente relevante, financeiramente robusto e territorialmente inclusivo.

As novas figuras das “Intervenções Territoriais Integradas” e das “Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano” colocam novas oportunidades num racional territorial de desenvolvimento. O papel das Comunidades Intermunicipais e da Área Metropolitana do Porto deve ganhar aqui todo o relevo.

**Não iludo e não esqueço, porém, o muito que está por fazer no atual QREN,** ainda muito longe do termo da sua execução.

Garantir a total absorção dos recursos disponíveis e uma execução qualificada dos investimentos são responsabilidades que necessitam de resposta ainda em 2013, e que depende de muitos.

No ON.2, darei prioridade a uma monitorização cuidada e a uma gestão fina das disponibilidades, contando com o saber e a experiência dos meus colegas da Comissão Diretiva do Programa.

Contaremos nessa tarefa, e no objetivo de uma transição inteligente entre os dois ciclos de financiamento, com a solidariedade dos principais atores regionais, a começar pelos municípios.

**O relançamento de uma cooperação estratégica com as vizinhas regiões da Galiza e de Castela e Leão** é também parte integrante da missão que hoje recebo do Governo e da Região.

A euro-região Galiza/Norte de Portugal é hoje, apesar da crise, uma realidade pujante e consolidada. Somos uma economia integrada e com trocas intensas. Partilhamos infra-estruturas e redes de conhecimento. As populações de fronteira interagem de forma solidária, regular e natural. E dispomos de instrumentos institucionais, como o “Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial”.

Revisitar os termos e os objetivos da cooperação do noroeste peninsular, num contexto de revitalização económica, é uma prioridade do meu mandato.

**Quero terminar com duas referências que me são particularmente caras.** Aos colaboradores desta nobre instituição e ao Conselho Regional, enquanto seu órgão político.

Boa parte da minha experiência académica e profissional foi dedicada a criar, gerir e mobilizar equipas e vontades colectivas. Sei da importância decisiva de criar sentidos de pertença, laços de confiança e motivação em torno de objectivos comuns.

Aos quadros desta instituição quero garantir a minha genuína disposição em renovar os vínculos de identidade e o sentido orgulho de trabalhar nesta casa e em prol de uma Região tão relevante como o Norte de Portugal.

**Ajudar a reabilitar a dignidade da política regional e honrar a melhor tradição de excelência técnica desta casa é também a missão do seu Presidente, e encaro-a com sentido de prioridade e responsabilidade.**

**Finalmente, quero afirmar o meu compromisso numa cooperação estratégica com o Conselho Regional da CCDR-N.**

A participação dos atores regionais é uma condição indispensável para criarmos um racional e uma voz que junte forças e anime vontades, numa rede mais inteligente e mais solidária de interesses, objectivos e projetos.

Se o diálogo regional tem que ter uma base, esta instituição é o seu centro natural.

É este trabalho que desejo fazer com a Região: com os municípios, os centros de conhecimento, o tecido económico e empresarial, e com a solidariedade do Governo.

Não são tempos fáceis nem desafios simples, mas é também isto que faz deles desafios e tempos tão interessantes e tão importantes.

Muito obrigado.



## **INTERVENÇÃO NO ATO DE POSSE, 9 DE AGOSTO 2013**

Emídio Gomes

Presidente da CCDR-N

---

Começo por **saudar muito especialmente os Senhores Ministros** e o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

A vossa presença constitui uma honra e um estímulo aos níveis pessoal e institucional. Mas é felizmente muito mais do que isso.

A vossa presença é também, e sobretudo, um **sinal inequívoco da importância que o Governo reconhece, no actual contexto**, à política de desenvolvimento regional em Portugal e a esta instituição, em particular.

O Norte não é uma região qualquer e a CCDR-N não é só, nem nunca quis ser só, uma simples direcção-geral da Administração do Estado.

Agradeço, pois, a confiança que em mim é depositada, mas saúdo também a estabilidade que é conferida à liderança desta “instituição-chave” no Norte e no país.

Quero também **saudar e agradecer a presença da minha família, de muitas personalidades e amigos**, que se juntam neste momento que é simbólico, e que marca o meu início público de funções como presidente da CCDR-N.

Não sou indiferente à presença de alguns dos **antigos e históricos presidentes** desta casa. O Professor Valente de Oliveira, o Eng.º Luís Braga da Cruz e o Dr. Carlos Lage. O significado da sua presença é-me particularmente honroso e grato.

Quero ainda de forma simbólica **saudar todos os senhores autarcas**, na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, a quem me ligam laços de profunda amizade, que remontam à minha infância.

De forma ainda simbólica, **na cidade de Vila Real e na freguesia de Soutelo do Douro, São João da Pesqueira, saúdo toda a região.**

Aos vice-presidentes da CCDR-N, quero agradecer a forma muito dedicada como asseguraram este período de transição. Sei que deram o seu melhor.

Agradeço também as inúmeras mensagens que recebi de pessoas que se encontram longe e em férias.

Procurarei transformar todo o capital de confiança e estima que recebo numa “**energia positiva**”, como agora se diz, para toda a equipa da CCDR-N e para a Região Norte.

O medo e o pessimismo são sempre improdutivos. A confiança e a esperança são, em contrapartida, mobilizadores e transformadores.

**Nasci e cresci no Porto.** Guardo, aliás, da minha infância, uma memória longínqua mas quase intacta desta casa e da sua propriedade, de cariz quase rural, que se estendia pela atual Faculdade de Letras, e ocupava ainda a parte a norte, onde são hoje edifícios de escritórios e clínicas médicas.

Mas todos os que me conhecem sabem que **sinto como meu cada pedaço da minha região** e do meu país.

Tenho um enorme orgulho nas minhas raízes profundas ligadas ao Norte. Os meus filhos têm sangue transmontano e sou do Douro por adoção.

**Estou aqui porque quis e quero estar.** E porque tenho a ambição de poder ajudar o meu país e a minha região. O projeto mais importante da minha vida é sempre o que vivo em cada momento.

Sou profissional da Universidade do Porto, mas colaborei com honra e orgulho com a Universidade Católica durante os últimos dois anos. Presidi ao Conselho Geral da UTAD, pertenci ao Conselho Estratégico da Universidade do Minho e colaboro em projetos da Universidade de Aveiro, e dos Institutos Politécnicos do Porto e de Bragança.

Não tenho a presunção de dizer que sou um “cidadão do mundo”, mas terei pelo menos o à vontade de dizer que sou **“um cidadão do Norte”**.

Devo e quero, aliás, agradecer ao atual e aos anteriores reitores da Universidade do Porto o apoio que sempre me têm dado, nas iniciativas que abraço em prol da região. A liberdade de pensamento e ação na Universidade do Porto é também aquilo que fez o que ela é hoje na região, em Portugal e no espaço europeu.

Não sou também um estranho aos senhores presidentes dos municípios da Região. Sou conhecido, na minha forma de ser e de estar. E os senhores autarcas sabem que, para mim, cada projeto é sempre o mais importante – seja no Porto, Gaia, Matosinhos, São João da Madeira, Guimarães, Vila Real ou Bragança.

**Assumo funções num tempo especialmente exigente.**

O Norte é a melhor região do país, mas é também aquela que enfrenta desafios mais difíceis, e onde os impactos da crise económica e social se fazem sentir de forma mais intensa.

Curiosa e paradoxalmente, as grandes questões nacionais concentram-se, em larga medida, aqui.

**O Norte é a região-motora das exportações nacionais e o pulmão industrial do país.**

A região representa 38% das exportações nacionais, apresenta um *superavit* de 5 mil milhões de euros na sua balança comercial e é uma economia integrada no espaço ibérico, e com vocação europeia e transatlântica.

Em bom rigor, as respostas aos grandes desafios nacionais passam pela Região Norte e pela sua força humana e produtiva.

Reptos como o aumento das nossas exportações, a inovação e internacionalização das PME, a qualificação das pessoas ou a valorização sustentável dos recursos do território, falharão no país senão tiverem uma resposta suficiente no Norte.

**Uma visão niilista da economia nacional seria, por isso, trágica.**

A conversão do nosso modelo competitivo terá de ter no Norte uma expressão nuclear. Aqui há *know-how* industrial, experiência internacional e qualificações.

Temos aqui o que há de melhor na universidade portuguesa, na capacidade de empreender desafios e de encarar a inovação como o caminho certo para o futuro.

**Também em sectores como o turismo**, onde a Região não tinha quase expressão há duas décadas, **o Norte soube**, contra a corrente, **construir uma oferta qualificada e plural**, feita de autenticidade.

Uma oferta que vai da cidade do Porto ao Vale do Douro Vinhateiro Património da Humanidade; do coração verde do Alto Minho às culturas de sequeiro de Trás-os-Montes; das milenares e vivas cidades de Braga e Guimarães aos fascinantes santuários paleolíticos do Vale do Côa.

**Uma oferta que tem hoje um papel fundamental na economia regional, no emprego e na coesão do nosso território.**

Potenciar os valores de que dispomos e dar-lhes dimensão internacional é um objetivo que não podemos perder de vista.

Apesar do que significa para o país, **o Norte persiste como a região mais pobre de Portugal.** O seu PIB “per capita” situa-se a cerca de 20 p.p. da média nacional, a quase 38 p.p. da média comunitária e a 42 p.p. de Lisboa.

Esta imagem não corresponde ao ADN do Norte e ao potencial da Região, mas o Norte não tem conseguido alcançar uma rota de convergência em relação ao país e à Europa, apesar da melhoria relativa dos últimos anos.

O processo de ajustamento económico tem sido particularmente exigente para a Região, altamente exposta às crises europeias e aos impactos do alargamento, da União Monetária e da abertura aos mercados asiáticos.

Também por isso o **Norte enfrenta um dramático problema de desemprego**, registando taxas superiores à média nacional.

Os dados divulgados esta semana são um sinal positivo de estancamento da hemorragia do desemprego, mas há um longo percurso pela frente.

**A recuperação e a qualificação do emprego são o maior dos desafios que temos que superar.** Todos em conjunto, com confiança e determinação.

O nível territorial deve assumir um papel na promoção do emprego qualificado e de emprego local que, em Portugal, nunca foi concretizado.

A prioridade económica e social anunciada para o futuro QREN deverá ter, por isso, um justo reflexo no próximo Programa Operacional Regional.

Não é razoável que se anunciem sempre as macropolíticas de forma correta, sem que *à posteriori* haja a correspondente aplicação nos diferentes territórios e a sua dotação nos programas operacionais regionais.

A Região Norte regista também níveis salariais inferiores à média nacional, em aproximadamente 7 p.p.. A qualificação dos recursos humanos e a aposta num modelo regional de competitividade baseado no conhecimento são fundamentais para corrigir esta assimetria de riqueza e de oportunidades de vida.

É preciso uma orientação territorial das políticas económicas e sociais mais forte, mais clara, mais consequente.

**A Política de Coesão Europeia pode ter aplicações diversas, mas um único desígnio final:** assegurar a convergência real das regiões mais pobres relativamente à média comunitária. Nenhum interesse se pode colocar acima da letra e do espírito deste princípio.

Os instrumentos da Política de Coesão na Região Norte devem eleger como prioridade uma “agenda da competitividade” e uma “agenda social e de emprego”.

Estamos perto do fim do quarto QCA. E o que a sua avaliação nos revela é que, para alcançarmos crescimento e convergência real, não basta nem uma excelente estratégia, nem um programa operacional regional. Para esse objetivo é também fundamental uma organização territorial dos instrumentos de política e uma descentralização da sua gestão.

Decisões longínquas são, frequentemente, decisões cegas.

Os próximos tempos serão decisivos na definição do modelo de organização do próximo ciclo de fundos comunitários, para 2014-2020.

As opções de política irão condicionar o futuro coletivo do país e da Região do Norte. Existe pois, hoje, uma janela de oportunidade, irrepetível nos próximos sete anos, para se mudar a tradicional forma centralizada de programação, organização e gestão da Política de Coesão em Portugal.

Sádam-se os sinais que o Governo tem publicamente assumido, recusando a tendência para modelos de programação de base vertical e sectorial, que nada dizem aos territórios e às economias regionais.

As forças políticas representadas na Assembleia da República deram também um sinal de amplo consenso sobre esta matéria, em Julho passado.

De forma unânime, os Partidos reconheceram *“que as regiões portuguesas apresentam uma significativa diversidade de problemas”* e que há *“a necessidade de diferenciar, na aplicação dos fundos comunitários, os objetivos a prosseguir”*, tendo afirmado também ser *“importante que estes meios sejam efetivamente aplicados nas correspondentes regiões, essencialmente através de Programas Operacionais Regionais fortemente consolidados”*.

**A Região Norte pode, por isso, aspirar a ter uma voz e uma parte correspondente ao seu peso social e económico nos futuros instrumentos do “Novo QREN”. Na promoção da competitividade, no emprego e inclusão social, e na valorização e sustentabilidade dos recursos e do território.**

Uma visão territorial do Novo QREN é, neste contexto, fundamental.

A Região aspira a ter um papel no desenho destes instrumentos e na sua gestão. Quer no plano do futuro Programa Operacional Regional, quer no dos Programas Operacionais Temáticos Nacionais.

**Atrevo-me, por isso, a deixar aqui um desafio ao Governo de Portugal.**

Após o sinal encorajador anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro de sediar no Norte a nova instituição financeira de apoio ao desenvolvimento, ousa sugerir hoje ao Governo que **fixe também na região a estrutura de gestão do futuro programa operacional de apoio à competitividade.**

A ser tomada, esta será uma **decisão lógica, consequente e de inteira justiça para com a região.**

Se houver a coragem de tomar esta opção, como sinceramente acalento, o Governo dará **um dos maiores sinais de mudança das últimas décadas em Portugal.** E, devo dizer, com muito mais eficácia do que as **simbólicas sedes vazias de alguns organismos da administração central.**

**Os territórios devem ser atores de uma “agenda da competitividade”.**



O futuro Programa Operacional Regional deve dispor, por isso, de um **volante económico forte**, e não ser reduzido a funções clássicas de apoio a equipamentos ou infra-estruturas, nomeadamente das que dependem de políticas nacionais.

A escala regional deve estar munida de instrumentos para as PME, para uma **“estratégia de especialização inteligente”**, para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, e para a valorização dos recursos territoriais, que no Norte são tão expressivos e singulares: no Mar e no Ambiente, no Turismo, na Cultura, nas Industrias Criativas, para citar apenas alguns.

As atribuições de Ambiente e Ordenamento do Território da CCDR-N devem também interagir numa acção de desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, só se pode esperar que o futuro Programa Operacional Regional seja económica e socialmente relevante, financeiramente robusto e territorialmente inclusivo.

As novas figuras das “Intervenções Territoriais Integradas” e das “Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano” colocam novas oportunidades num racional territorial de desenvolvimento. O papel das Comunidades Intermunicipais e da Área Metropolitana do Porto deve ganhar aqui todo o relevo.

**Não iludo e não esqueço, porém, o muito que está por fazer no atual QREN,** ainda muito longe do termo da sua execução.

Garantir a total absorção dos recursos disponíveis e uma execução qualificada dos investimentos são responsabilidades que necessitam de resposta ainda em 2013, e que depende de muitos.

No ON.2, darei prioridade a uma monitorização cuidada e a uma gestão fina das disponibilidades, contando com o saber e a experiência dos meus colegas da Comissão Diretiva do Programa.

Contaremos nessa tarefa, e no objetivo de uma transição inteligente entre os dois ciclos de financiamento, com a solidariedade dos principais atores regionais, a começar pelos municípios.

**O relançamento de uma cooperação estratégica com as vizinhas regiões da Galiza e de Castela e Leão** é também parte integrante da missão que hoje recebo do Governo e da Região.

A euro-região Galiza/Norte de Portugal é hoje, apesar da crise, uma realidade pujante e consolidada. Somos uma economia integrada e com trocas intensas. Partilhamos infra-estruturas e redes de conhecimento. As populações de fronteira interagem de forma solidária, regular e natural. E dispomos de instrumentos institucionais, como o “Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial”.

Revisitar os termos e os objetivos da cooperação do noroeste peninsular, num contexto de revitalização económica, é uma prioridade do meu mandato.

**Quero terminar com duas referências que me são particularmente caras.** Aos colaboradores desta nobre instituição e ao Conselho Regional, enquanto seu órgão político.

Boa parte da minha experiência académica e profissional foi dedicada a criar, gerir e mobilizar equipas e vontades colectivas. Sei da importância decisiva de criar sentidos de pertença, laços de confiança e motivação em torno de objectivos comuns.

Aos quadros desta instituição quero garantir a minha genuína disposição em renovar os vínculos de identidade e o sentido orgulho de trabalhar nesta casa e em prol de uma Região tão relevante como o Norte de Portugal.

**Ajudar a reabilitar a dignidade da política regional e honrar a melhor tradição de excelência técnica desta casa é também a missão do seu Presidente, e encaro-a com sentido de prioridade e responsabilidade.**

**Finalmente, quero afirmar o meu compromisso numa cooperação estratégica com o Conselho Regional da CCDR-N.**

A participação dos atores regionais é uma condição indispensável para criarmos um racional e uma voz que junte forças e anime vontades, numa rede mais inteligente e mais solidária de interesses, objectivos e projetos.

Se o diálogo regional tem que ter uma base, esta instituição é o seu centro natural.

É este trabalho que desejo fazer com a Região: com os municípios, os centros de conhecimento, o tecido económico e empresarial, e com a solidariedade do Governo.

Não são tempos fáceis nem desafios simples, mas é também isto que faz deles desafios e tempos tão interessantes e tão importantes.

Muito obrigado.

## **INTERVENÇÃO NO ATO DE POSSE, 9 DE AGOSTO 2013**

Emídio Gomes

Presidente da CCDR-N

---

Começo por **saudar muito especialmente os Senhores Ministros** e o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

A vossa presença constitui uma honra e um estímulo aos níveis pessoal e institucional. Mas é felizmente muito mais do que isso.

A vossa presença é também, e sobretudo, um **sinal inequívoco da importância que o Governo reconhece, no actual contexto**, à política de desenvolvimento regional em Portugal e a esta instituição, em particular.

O Norte não é uma região qualquer e a CCDR-N não é só, nem nunca quis ser só, uma simples direcção-geral da Administração do Estado.

Agradeço, pois, a confiança que em mim é depositada, mas saúdo também a estabilidade que é conferida à liderança desta “instituição-chave” no Norte e no país.

Quero também **saudar e agradecer a presença da minha família, de muitas personalidades e amigos**, que se juntam neste momento que é simbólico, e que marca o meu início público de funções como presidente da CCDR-N.

Não sou indiferente à presença de alguns dos **antigos e históricos presidentes** desta casa. O Professor Valente de Oliveira, o Eng.º Luís Braga da Cruz e o Dr. Carlos Lage. O significado da sua presença é-me particularmente honroso e grato.

Quero ainda de forma simbólica **saudar todos os senhores autarcas**, na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, a quem me ligam laços de profunda amizade, que remontam à minha infância.

De forma ainda simbólica, **na cidade de Vila Real e na freguesia de Soutelo do Douro, São João da Pesqueira, saúdo toda a região.**

Aos vice-presidentes da CCDR-N, quero agradecer a forma muito dedicada como asseguraram este período de transição. Sei que deram o seu melhor.

Agradeço também as inúmeras mensagens que recebi de pessoas que se encontram longe e em férias.

Procurarei transformar todo o capital de confiança e estima que recebo numa “**energia positiva**”, como agora se diz, para toda a equipa da CCDR-N e para a Região Norte.

O medo e o pessimismo são sempre improdutivos. A confiança e a esperança são, em contrapartida, mobilizadores e transformadores.

**Nasci e cresci no Porto.** Guardo, aliás, da minha infância, uma memória longínqua mas quase intacta desta casa e da sua propriedade, de cariz quase rural, que se estendia pela atual Faculdade de Letras, e ocupava ainda a parte a norte, onde são hoje edifícios de escritórios e clínicas médicas.

Mas todos os que me conhecem sabem que **sinto como meu cada pedaço da minha região** e do meu país.

Tenho um enorme orgulho nas minhas raízes profundas ligadas ao Norte. Os meus filhos têm sangue transmontano e sou do Douro por adoção.

**Estou aqui porque quis e quero estar.** E porque tenho a ambição de poder ajudar o meu país e a minha região. O projeto mais importante da minha vida é sempre o que vivo em cada momento.

Sou profissional da Universidade do Porto, mas colaborei com honra e orgulho com a Universidade Católica durante os últimos dois anos. Presidi ao Conselho Geral da UTAD, pertenci ao Conselho Estratégico da Universidade do Minho e colaboro em projetos da Universidade de Aveiro, e dos Institutos Politécnicos do Porto e de Bragança.

Não tenho a presunção de dizer que sou um “cidadão do mundo”, mas terei pelo menos o à vontade de dizer que sou **“um cidadão do Norte”**.

Devo e quero, aliás, agradecer ao atual e aos anteriores reitores da Universidade do Porto o apoio que sempre me têm dado, nas iniciativas que abraço em prol da região. A liberdade de pensamento e ação na Universidade do Porto é também aquilo que fez o que ela é hoje na região, em Portugal e no espaço europeu.

Não sou também um estranho aos senhores presidentes dos municípios da Região. Sou conhecido, na minha forma de ser e de estar. E os senhores autarcas sabem que, para mim, cada projeto é sempre o mais importante – seja no Porto, Gaia, Matosinhos, São João da Madeira, Guimarães, Vila Real ou Bragança.

**Assumo funções num tempo especialmente exigente.**

O Norte é a melhor região do país, mas é também aquela que enfrenta desafios mais difíceis, e onde os impactos da crise económica e social se fazem sentir de forma mais intensa.

Curiosa e paradoxalmente, as grandes questões nacionais concentram-se, em larga medida, aqui.

**O Norte é a região-motora das exportações nacionais e o pulmão industrial do país.**

A região representa 38% das exportações nacionais, apresenta um *superavit* de 5 mil milhões de euros na sua balança comercial e é uma economia integrada no espaço ibérico, e com vocação europeia e transatlântica.

Em bom rigor, as respostas aos grandes desafios nacionais passam pela Região Norte e pela sua força humana e produtiva.

Reptos como o aumento das nossas exportações, a inovação e internacionalização das PME, a qualificação das pessoas ou a valorização sustentável dos recursos do território, falharão no país senão tiverem uma resposta suficiente no Norte.

**Uma visão niilista da economia nacional seria, por isso, trágica.**

A conversão do nosso modelo competitivo terá de ter no Norte uma expressão nuclear. Aqui há *know-how* industrial, experiência internacional e qualificações.

Temos aqui o que há de melhor na universidade portuguesa, na capacidade de empreender desafios e de encarar a inovação como o caminho certo para o futuro.

**Também em sectores como o turismo**, onde a Região não tinha quase expressão há duas décadas, **o Norte soube**, contra a corrente, **construir uma oferta qualificada e plural**, feita de autenticidade.

Uma oferta que vai da cidade do Porto ao Vale do Douro Vinhateiro Património da Humanidade; do coração verde do Alto Minho às culturas de sequeiro de Trás-os-Montes; das milenares e vivas cidades de Braga e Guimarães aos fascinantes santuários paleolíticos do Vale do Côa.

**Uma oferta que tem hoje um papel fundamental na economia regional, no emprego e na coesão do nosso território.**

Potenciar os valores de que dispomos e dar-lhes dimensão internacional é um objetivo que não podemos perder de vista.

Apesar do que significa para o país, **o Norte persiste como a região mais pobre de Portugal.** O seu PIB “per capita” situa-se a cerca de 20 p.p. da média nacional, a quase 38 p.p. da média comunitária e a 42 p.p. de Lisboa.

Esta imagem não corresponde ao ADN do Norte e ao potencial da Região, mas o Norte não tem conseguido alcançar uma rota de convergência em relação ao país e à Europa, apesar da melhoria relativa dos últimos anos.

O processo de ajustamento económico tem sido particularmente exigente para a Região, altamente exposta às crises europeias e aos impactos do alargamento, da União Monetária e da abertura aos mercados asiáticos.

Também por isso o **Norte enfrenta um dramático problema de desemprego**, registando taxas superiores à média nacional.

Os dados divulgados esta semana são um sinal positivo de estancamento da hemorragia do desemprego, mas há um longo percurso pela frente.



**A recuperação e a qualificação do emprego são o maior dos desafios que temos que superar.** Todos em conjunto, com confiança e determinação.

O nível territorial deve assumir um papel na promoção do emprego qualificado e de emprego local que, em Portugal, nunca foi concretizado.

A prioridade económica e social anunciada para o futuro QREN deverá ter, por isso, um justo reflexo no próximo Programa Operacional Regional.

Não é razoável que se anunciem sempre as macropolíticas de forma correta, sem que *à posteriori* haja a correspondente aplicação nos diferentes territórios e a sua dotação nos programas operacionais regionais.

A Região Norte regista também níveis salariais inferiores à média nacional, em aproximadamente 7 p.p.. A qualificação dos recursos humanos e a aposta num modelo regional de competitividade baseado no conhecimento são fundamentais para corrigir esta assimetria de riqueza e de oportunidades de vida.

É preciso uma orientação territorial das políticas económicas e sociais mais forte, mais clara, mais consequente.

**A Política de Coesão Europeia pode ter aplicações diversas, mas um único desígnio final:** assegurar a convergência real das regiões mais pobres relativamente à média comunitária. Nenhum interesse se pode colocar acima da letra e do espírito deste princípio.

Os instrumentos da Política de Coesão na Região Norte devem eleger como prioridade uma “agenda da competitividade” e uma “agenda social e de emprego”.

Estamos perto do fim do quarto QCA. E o que a sua avaliação nos revela é que, para alcançarmos crescimento e convergência real, não basta nem uma excelente estratégia, nem um programa operacional regional. Para esse objetivo é também fundamental uma organização territorial dos instrumentos de política e uma descentralização da sua gestão.

Decisões longínquas são, frequentemente, decisões cegas.

Os próximos tempos serão decisivos na definição do modelo de organização do próximo ciclo de fundos comunitários, para 2014-2020.

As opções de política irão condicionar o futuro coletivo do país e da Região do Norte. Existe pois, hoje, uma janela de oportunidade, irrepetível nos próximos sete anos, para se mudar a tradicional forma centralizada de programação, organização e gestão da Política de Coesão em Portugal.

Sádam-se os sinais que o Governo tem publicamente assumido, recusando a tendência para modelos de programação de base vertical e sectorial, que nada dizem aos territórios e às economias regionais.

As forças políticas representadas na Assembleia da República deram também um sinal de amplo consenso sobre esta matéria, em Julho passado.

De forma unânime, os Partidos reconheceram *“que as regiões portuguesas apresentam uma significativa diversidade de problemas”* e que há *“a necessidade de diferenciar, na aplicação dos fundos comunitários, os objetivos a prosseguir”*, tendo afirmado também ser *“importante que estes meios sejam efetivamente aplicados nas correspondentes regiões, essencialmente através de Programas Operacionais Regionais fortemente consolidados”*.

**A Região Norte pode, por isso, aspirar a ter uma voz e uma parte correspondente ao seu peso social e económico nos futuros instrumentos do “Novo QREN”. Na promoção da competitividade, no emprego e inclusão social, e na valorização e sustentabilidade dos recursos e do território.**

Uma visão territorial do Novo QREN é, neste contexto, fundamental.

A Região aspira a ter um papel no desenho destes instrumentos e na sua gestão. Quer no plano do futuro Programa Operacional Regional, quer no dos Programas Operacionais Temáticos Nacionais.

**Atrevo-me, por isso, a deixar aqui um desafio ao Governo de Portugal.**

Após o sinal encorajador anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro de sediar no Norte a nova instituição financeira de apoio ao desenvolvimento, ousou sugerir hoje ao Governo que **fixe também na região a estrutura de gestão do futuro programa operacional de apoio à competitividade.**

A ser tomada, esta será uma **decisão lógica, consequente e de inteira justiça para com a região.**

Se houver a coragem de tomar esta opção, como sinceramente acalento, o Governo dará **um dos maiores sinais de mudança das últimas décadas em Portugal.** E, devo dizer, com muito mais eficácia do que as **simbólicas sedes vazias de alguns organismos da administração central.**

**Os territórios devem ser atores de uma “agenda da competitividade”.**

O futuro Programa Operacional Regional deve dispor, por isso, de um **volante económico forte**, e não ser reduzido a funções clássicas de apoio a equipamentos ou infra-estruturas, nomeadamente das que dependem de políticas nacionais.

A escala regional deve estar munida de instrumentos para as PME, para uma **“estratégia de especialização inteligente”**, para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, e para a valorização dos recursos territoriais, que no Norte são tão expressivos e singulares: no Mar e no Ambiente, no Turismo, na Cultura, nas Industrias Criativas, para citar apenas alguns.

As atribuições de Ambiente e Ordenamento do Território da CCDR-N devem também interagir numa acção de desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, só se pode esperar que o futuro Programa Operacional Regional seja económica e socialmente relevante, financeiramente robusto e territorialmente inclusivo.

As novas figuras das “Intervenções Territoriais Integradas” e das “Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano” colocam novas oportunidades num racional territorial de desenvolvimento. O papel das Comunidades Intermunicipais e da Área Metropolitana do Porto deve ganhar aqui todo o relevo.

**Não iludo e não esqueço, porém, o muito que está por fazer no atual QREN,** ainda muito longe do termo da sua execução.

Garantir a total absorção dos recursos disponíveis e uma execução qualificada dos investimentos são responsabilidades que necessitam de resposta ainda em 2013, e que depende de muitos.

No ON.2, darei prioridade a uma monitorização cuidada e a uma gestão fina das disponibilidades, contando com o saber e a experiência dos meus colegas da Comissão Diretiva do Programa.

Contaremos nessa tarefa, e no objetivo de uma transição inteligente entre os dois ciclos de financiamento, com a solidariedade dos principais atores regionais, a começar pelos municípios.

**O relançamento de uma cooperação estratégica com as vizinhas regiões da Galiza e de Castela e Leão** é também parte integrante da missão que hoje recebo do Governo e da Região.

A euro-região Galiza/Norte de Portugal é hoje, apesar da crise, uma realidade pujante e consolidada. Somos uma economia integrada e com trocas intensas. Partilhamos infra-estruturas e redes de conhecimento. As populações de fronteira interagem de forma solidária, regular e natural. E dispomos de instrumentos institucionais, como o “Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial”.

Revisitar os termos e os objetivos da cooperação do noroeste peninsular, num contexto de revitalização económica, é uma prioridade do meu mandato.

**Quero terminar com duas referências que me são particularmente caras.** Aos colaboradores desta nobre instituição e ao Conselho Regional, enquanto seu órgão político.

Boa parte da minha experiência académica e profissional foi dedicada a criar, gerir e mobilizar equipas e vontades colectivas. Sei da importância decisiva de criar sentidos de pertença, laços de confiança e motivação em torno de objectivos comuns.

Aos quadros desta instituição quero garantir a minha genuína disposição em renovar os vínculos de identidade e o sentido orgulho de trabalhar nesta casa e em prol de uma Região tão relevante como o Norte de Portugal.

**Ajudar a reabilitar a dignidade da política regional e honrar a melhor tradição de excelência técnica desta casa é também a missão do seu Presidente, e encaro-a com sentido de prioridade e responsabilidade.**

**Finalmente, quero afirmar o meu compromisso numa cooperação estratégica com o Conselho Regional da CCDR-N.**

A participação dos atores regionais é uma condição indispensável para criarmos um racional e uma voz que junte forças e anime vontades, numa rede mais inteligente e mais solidária de interesses, objectivos e projetos.

Se o diálogo regional tem que ter uma base, esta instituição é o seu centro natural.

É este trabalho que desejo fazer com a Região: com os municípios, os centros de conhecimento, o tecido económico e empresarial, e com a solidariedade do Governo.

Não são tempos fáceis nem desafios simples, mas é também isto que faz deles desafios e tempos tão interessantes e tão importantes.

Muito obrigado.

## **INTERVENÇÃO NO ATO DE POSSE, 9 DE AGOSTO 2013**

Emídio Gomes

Presidente da CCDR-N

---

Começo por **saudar muito especialmente os Senhores Ministros** e o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

A vossa presença constitui uma honra e um estímulo aos níveis pessoal e institucional. Mas é felizmente muito mais do que isso.

A vossa presença é também, e sobretudo, um **sinal inequívoco da importância que o Governo reconhece, no actual contexto**, à política de desenvolvimento regional em Portugal e a esta instituição, em particular.

O Norte não é uma região qualquer e a CCDR-N não é só, nem nunca quis ser só, uma simples direcção-geral da Administração do Estado.

Agradeço, pois, a confiança que em mim é depositada, mas saúdo também a estabilidade que é conferida à liderança desta “instituição-chave” no Norte e no país.

Quero também **saudar e agradecer a presença da minha família, de muitas personalidades e amigos**, que se juntam neste momento que é simbólico, e que marca o meu início público de funções como presidente da CCDR-N.

Não sou indiferente à presença de alguns dos **antigos e históricos presidentes** desta casa. O Professor Valente de Oliveira, o Eng.º Luís Braga da Cruz e o Dr. Carlos Lage. O significado da sua presença é-me particularmente honroso e grato.

Quero ainda de forma simbólica **saudar todos os senhores autarcas**, na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, a quem me ligam laços de profunda amizade, que remontam à minha infância.

De forma ainda simbólica, **na cidade de Vila Real e na freguesia de Soutelo do Douro, São João da Pesqueira, saúdo toda a região.**

Aos vice-presidentes da CCDR-N, quero agradecer a forma muito dedicada como asseguraram este período de transição. Sei que deram o seu melhor.

Agradeço também as inúmeras mensagens que recebi de pessoas que se encontram longe e em férias.

Procurarei transformar todo o capital de confiança e estima que recebo numa “**energia positiva**”, como agora se diz, para toda a equipa da CCDR-N e para a Região Norte.

O medo e o pessimismo são sempre improdutivos. A confiança e a esperança são, em contrapartida, mobilizadores e transformadores.

**Nasci e cresci no Porto.** Guardo, aliás, da minha infância, uma memória longínqua mas quase intacta desta casa e da sua propriedade, de cariz quase rural, que se estendia pela atual Faculdade de Letras, e ocupava ainda a parte a norte, onde são hoje edifícios de escritórios e clínicas médicas.

Mas todos os que me conhecem sabem que **sinto como meu cada pedaço da minha região** e do meu país.

Tenho um enorme orgulho nas minhas raízes profundas ligadas ao Norte. Os meus filhos têm sangue transmontano e sou do Douro por adoção.



**Estou aqui porque quis e quero estar.** E porque tenho a ambição de poder ajudar o meu país e a minha região. O projeto mais importante da minha vida é sempre o que vivo em cada momento.

Sou profissional da Universidade do Porto, mas colaborei com honra e orgulho com a Universidade Católica durante os últimos dois anos. Presidi ao Conselho Geral da UTAD, pertenci ao Conselho Estratégico da Universidade do Minho e colaboro em projetos da Universidade de Aveiro, e dos Institutos Politécnicos do Porto e de Bragança.

Não tenho a presunção de dizer que sou um “cidadão do mundo”, mas terei pelo menos o à vontade de dizer que sou **“um cidadão do Norte”**.

Devo e quero, aliás, agradecer ao atual e aos anteriores reitores da Universidade do Porto o apoio que sempre me têm dado, nas iniciativas que abraço em prol da região. A liberdade de pensamento e ação na Universidade do Porto é também aquilo que fez o que ela é hoje na região, em Portugal e no espaço europeu.

Não sou também um estranho aos senhores presidentes dos municípios da Região. Sou conhecido, na minha forma de ser e de estar. E os senhores autarcas sabem que, para mim, cada projeto é sempre o mais importante – seja no Porto, Gaia, Matosinhos, São João da Madeira, Guimarães, Vila Real ou Bragança.

**Assumo funções num tempo especialmente exigente.**

O Norte é a melhor região do país, mas é também aquela que enfrenta desafios mais difíceis, e onde os impactos da crise económica e social se fazem sentir de forma mais intensa.

Curiosa e paradoxalmente, as grandes questões nacionais concentram-se, em larga medida, aqui.

**O Norte é a região-motora das exportações nacionais e o pulmão industrial do país.**

A região representa 38% das exportações nacionais, apresenta um *superavit* de 5 mil milhões de euros na sua balança comercial e é uma economia integrada no espaço ibérico, e com vocação europeia e transatlântica.

Em bom rigor, as respostas aos grandes desafios nacionais passam pela Região Norte e pela sua força humana e produtiva.

Reptos como o aumento das nossas exportações, a inovação e internacionalização das PME, a qualificação das pessoas ou a valorização sustentável dos recursos do território, falharão no país senão tiverem uma resposta suficiente no Norte.

**Uma visão niilista da economia nacional seria, por isso, trágica.**

A conversão do nosso modelo competitivo terá de ter no Norte uma expressão nuclear. Aqui há *know-how* industrial, experiência internacional e qualificações.

Temos aqui o que há de melhor na universidade portuguesa, na capacidade de empreender desafios e de encarar a inovação como o caminho certo para o futuro.

**Também em sectores como o turismo**, onde a Região não tinha quase expressão há duas décadas, **o Norte soube**, contra a corrente, **construir uma oferta qualificada e plural**, feita de autenticidade.

Uma oferta que vai da cidade do Porto ao Vale do Douro Vinhateiro Património da Humanidade; do coração verde do Alto Minho às culturas de sequeiro de Trás-os-Montes; das milenares e vivas cidades de Braga e Guimarães aos fascinantes santuários paleolíticos do Vale do Côa.

**Uma oferta que tem hoje um papel fundamental na economia regional, no emprego e na coesão do nosso território.**

Potenciar os valores de que dispomos e dar-lhes dimensão internacional é um objetivo que não podemos perder de vista.

Apesar do que significa para o país, **o Norte persiste como a região mais pobre de Portugal.** O seu PIB “per capita” situa-se a cerca de 20 p.p. da média nacional, a quase 38 p.p. da média comunitária e a 42 p.p. de Lisboa.

Esta imagem não corresponde ao ADN do Norte e ao potencial da Região, mas o Norte não tem conseguido alcançar uma rota de convergência em relação ao país e à Europa, apesar da melhoria relativa dos últimos anos.

O processo de ajustamento económico tem sido particularmente exigente para a Região, altamente exposta às crises europeias e aos impactos do alargamento, da União Monetária e da abertura aos mercados asiáticos.

Também por isso o **Norte enfrenta um dramático problema de desemprego**, registando taxas superiores à média nacional.

Os dados divulgados esta semana são um sinal positivo de estancamento da hemorragia do desemprego, mas há um longo percurso pela frente.

**A recuperação e a qualificação do emprego são o maior dos desafios que temos que superar.** Todos em conjunto, com confiança e determinação.

O nível territorial deve assumir um papel na promoção do emprego qualificado e de emprego local que, em Portugal, nunca foi concretizado.

A prioridade económica e social anunciada para o futuro QREN deverá ter, por isso, um justo reflexo no próximo Programa Operacional Regional.

Não é razoável que se anunciem sempre as macropolíticas de forma correta, sem que *à posteriori* haja a correspondente aplicação nos diferentes territórios e a sua dotação nos programas operacionais regionais.

A Região Norte regista também níveis salariais inferiores à média nacional, em aproximadamente 7 p.p.. A qualificação dos recursos humanos e a aposta num modelo regional de competitividade baseado no conhecimento são fundamentais para corrigir esta assimetria de riqueza e de oportunidades de vida.

É preciso uma orientação territorial das políticas económicas e sociais mais forte, mais clara, mais consequente.

**A Política de Coesão Europeia pode ter aplicações diversas, mas um único desígnio final:** assegurar a convergência real das regiões mais pobres relativamente à média comunitária. Nenhum interesse se pode colocar acima da letra e do espírito deste princípio.

Os instrumentos da Política de Coesão na Região Norte devem eleger como prioridade uma “agenda da competitividade” e uma “agenda social e de emprego”.

Estamos perto do fim do quarto QCA. E o que a sua avaliação nos revela é que, para alcançarmos crescimento e convergência real, não basta nem uma excelente estratégia, nem um programa operacional regional. Para esse objetivo é também fundamental uma organização territorial dos instrumentos de política e uma descentralização da sua gestão.

Decisões longínquas são, frequentemente, decisões cegas.

Os próximos tempos serão decisivos na definição do modelo de organização do próximo ciclo de fundos comunitários, para 2014-2020.

As opções de política irão condicionar o futuro coletivo do país e da Região do Norte. Existe pois, hoje, uma janela de oportunidade, irrepetível nos próximos sete anos, para se mudar a tradicional forma centralizada de programação, organização e gestão da Política de Coesão em Portugal.

Sádam-se os sinais que o Governo tem publicamente assumido, recusando a tendência para modelos de programação de base vertical e sectorial, que nada dizem aos territórios e às economias regionais.

As forças políticas representadas na Assembleia da República deram também um sinal de amplo consenso sobre esta matéria, em Julho passado.

De forma unânime, os Partidos reconheceram *“que as regiões portuguesas apresentam uma significativa diversidade de problemas”* e que há *“a necessidade de diferenciar, na aplicação dos fundos comunitários, os objetivos a prosseguir”*, tendo afirmado também ser *“importante que estes meios sejam efetivamente aplicados nas correspondentes regiões, essencialmente através de Programas Operacionais Regionais fortemente consolidados”*.

**A Região Norte pode, por isso, aspirar a ter uma voz e uma parte correspondente ao seu peso social e económico nos futuros instrumentos do “Novo QREN”. Na promoção da competitividade, no emprego e inclusão social, e na valorização e sustentabilidade dos recursos e do território.**

Uma visão territorial do Novo QREN é, neste contexto, fundamental.

A Região aspira a ter um papel no desenho destes instrumentos e na sua gestão. Quer no plano do futuro Programa Operacional Regional, quer no dos Programas Operacionais Temáticos Nacionais.

**Atrevo-me, por isso, a deixar aqui um desafio ao Governo de Portugal.**

Após o sinal encorajador anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro de sediar no Norte a nova instituição financeira de apoio ao desenvolvimento, ousou sugerir hoje ao Governo que **fixe também na região a estrutura de gestão do futuro programa operacional de apoio à competitividade.**

A ser tomada, esta será uma **decisão lógica, consequente e de inteira justiça para com a região.**

Se houver a coragem de tomar esta opção, como sinceramente acalento, o Governo dará **um dos maiores sinais de mudança das últimas décadas em Portugal.** E, devo dizer, com muito mais eficácia do que as **simbólicas sedes vazias de alguns organismos da administração central.**

**Os territórios devem ser atores de uma “agenda da competitividade”.**

O futuro Programa Operacional Regional deve dispor, por isso, de um **volante económico forte**, e não ser reduzido a funções clássicas de apoio a equipamentos ou infra-estruturas, nomeadamente das que dependem de políticas nacionais.

A escala regional deve estar munida de instrumentos para as PME, para uma **“estratégia de especialização inteligente”**, para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, e para a valorização dos recursos territoriais, que no Norte são tão expressivos e singulares: no Mar e no Ambiente, no Turismo, na Cultura, nas Industrias Criativas, para citar apenas alguns.

As atribuições de Ambiente e Ordenamento do Território da CCDR-N devem também interagir numa acção de desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, só se pode esperar que o futuro Programa Operacional Regional seja económica e socialmente relevante, financeiramente robusto e territorialmente inclusivo.

As novas figuras das “Intervenções Territoriais Integradas” e das “Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano” colocam novas oportunidades num racional territorial de desenvolvimento. O papel das Comunidades Intermunicipais e da Área Metropolitana do Porto deve ganhar aqui todo o relevo.

**Não iludo e não esqueço, porém, o muito que está por fazer no atual QREN**, ainda muito longe do termo da sua execução.

Garantir a total absorção dos recursos disponíveis e uma execução qualificada dos investimentos são responsabilidades que necessitam de resposta ainda em 2013, e que depende de muitos.

No ON.2, darei prioridade a uma monitorização cuidada e a uma gestão fina das disponibilidades, contando com o saber e a experiência dos meus colegas da Comissão Diretiva do Programa.

Contaremos nessa tarefa, e no objetivo de uma transição inteligente entre os dois ciclos de financiamento, com a solidariedade dos principais atores regionais, a começar pelos municípios.

**O relançamento de uma cooperação estratégica com as vizinhas regiões da Galiza e de Castela e Leão** é também parte integrante da missão que hoje recebo do Governo e da Região.

A euro-região Galiza/Norte de Portugal é hoje, apesar da crise, uma realidade pujante e consolidada. Somos uma economia integrada e com trocas intensas. Partilhamos infra-estruturas e redes de conhecimento. As populações de fronteira interagem de forma solidária, regular e natural. E dispomos de instrumentos institucionais, como o “Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial”.

Revisitar os termos e os objetivos da cooperação do noroeste peninsular, num contexto de revitalização económica, é uma prioridade do meu mandato.

**Quero terminar com duas referências que me são particularmente caras.** Aos colaboradores desta nobre instituição e ao Conselho Regional, enquanto seu órgão político.

Boa parte da minha experiência académica e profissional foi dedicada a criar, gerir e mobilizar equipas e vontades colectivas. Sei da importância decisiva de criar sentidos de pertença, laços de confiança e motivação em torno de objectivos comuns.



Aos quadros desta instituição quero garantir a minha genuína disposição em renovar os vínculos de identidade e o sentido orgulho de trabalhar nesta casa e em prol de uma Região tão relevante como o Norte de Portugal.

**Ajudar a reabilitar a dignidade da política regional e honrar a melhor tradição de excelência técnica desta casa é também a missão do seu Presidente, e encaro-a com sentido de prioridade e responsabilidade.**

**Finalmente, quero afirmar o meu compromisso numa cooperação estratégica com o Conselho Regional da CCDR-N.**

A participação dos atores regionais é uma condição indispensável para criarmos um racional e uma voz que junte forças e anime vontades, numa rede mais inteligente e mais solidária de interesses, objectivos e projetos.

Se o diálogo regional tem que ter uma base, esta instituição é o seu centro natural.

É este trabalho que desejo fazer com a Região: com os municípios, os centros de conhecimento, o tecido económico e empresarial, e com a solidariedade do Governo.

Não são tempos fáceis nem desafios simples, mas é também isto que faz deles desafios e tempos tão interessantes e tão importantes.

Muito obrigado.

## **INTERVENÇÃO NO ATO DE POSSE, 9 DE AGOSTO 2013**

Emídio Gomes

Presidente da CCDR-N

---

Começo por **saudar muito especialmente os Senhores Ministros** e o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

A vossa presença constitui uma honra e um estímulo aos níveis pessoal e institucional. Mas é felizmente muito mais do que isso.

A vossa presença é também, e sobretudo, um **sinal inequívoco da importância que o Governo reconhece, no actual contexto**, à política de desenvolvimento regional em Portugal e a esta instituição, em particular.

O Norte não é uma região qualquer e a CCDR-N não é só, nem nunca quis ser só, uma simples direcção-geral da Administração do Estado.

Agradeço, pois, a confiança que em mim é depositada, mas saúdo também a estabilidade que é conferida à liderança desta “instituição-chave” no Norte e no país.

Quero também **saudar e agradecer a presença da minha família, de muitas personalidades e amigos**, que se juntam neste momento que é simbólico, e que marca o meu início público de funções como presidente da CCDR-N.

Não sou indiferente à presença de alguns dos **antigos e históricos presidentes** desta casa. O Professor Valente de Oliveira, o Eng.º Luís Braga da Cruz e o Dr. Carlos Lage. O significado da sua presença é-me particularmente honroso e grato.

Quero ainda de forma simbólica **saudar todos os senhores autarcas**, na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, a quem me ligam laços de profunda amizade, que remontam à minha infância.

De forma ainda simbólica, **na cidade de Vila Real e na freguesia de Soutelo do Douro, São João da Pesqueira, saúdo toda a região.**

Aos vice-presidentes da CCDR-N, quero agradecer a forma muito dedicada como asseguraram este período de transição. Sei que deram o seu melhor.

Agradeço também as inúmeras mensagens que recebi de pessoas que se encontram longe e em férias.

Procurarei transformar todo o capital de confiança e estima que recebo numa “**energia positiva**”, como agora se diz, para toda a equipa da CCDR-N e para a Região Norte.

O medo e o pessimismo são sempre improdutivos. A confiança e a esperança são, em contrapartida, mobilizadores e transformadores.

**Nasci e cresci no Porto.** Guardo, aliás, da minha infância, uma memória longínqua mas quase intacta desta casa e da sua propriedade, de cariz quase rural, que se estendia pela atual Faculdade de Letras, e ocupava ainda a parte a norte, onde são hoje edifícios de escritórios e clínicas médicas.

Mas todos os que me conhecem sabem que **sinto como meu cada pedaço da minha região** e do meu país.

Tenho um enorme orgulho nas minhas raízes profundas ligadas ao Norte. Os meus filhos têm sangue transmontano e sou do Douro por adoção.

**Estou aqui porque quis e quero estar.** E porque tenho a ambição de poder ajudar o meu país e a minha região. O projeto mais importante da minha vida é sempre o que vivo em cada momento.

Sou profissional da Universidade do Porto, mas colaborei com honra e orgulho com a Universidade Católica durante os últimos dois anos. Presidi ao Conselho Geral da UTAD, pertenci ao Conselho Estratégico da Universidade do Minho e colaboro em projetos da Universidade de Aveiro, e dos Institutos Politécnicos do Porto e de Bragança.

Não tenho a presunção de dizer que sou um “cidadão do mundo”, mas terei pelo menos o à vontade de dizer que sou **“um cidadão do Norte”**.

Devo e quero, aliás, agradecer ao atual e aos anteriores reitores da Universidade do Porto o apoio que sempre me têm dado, nas iniciativas que abraço em prol da região. A liberdade de pensamento e ação na Universidade do Porto é também aquilo que fez o que ela é hoje na região, em Portugal e no espaço europeu.

Não sou também um estranho aos senhores presidentes dos municípios da Região. Sou conhecido, na minha forma de ser e de estar. E os senhores autarcas sabem que, para mim, cada projeto é sempre o mais importante – seja no Porto, Gaia, Matosinhos, São João da Madeira, Guimarães, Vila Real ou Bragança.

**Assumo funções num tempo especialmente exigente.**

O Norte é a melhor região do país, mas é também aquela que enfrenta desafios mais difíceis, e onde os impactos da crise económica e social se fazem sentir de forma mais intensa.

Curiosa e paradoxalmente, as grandes questões nacionais concentram-se, em larga medida, aqui.

**O Norte é a região-motora das exportações nacionais e o pulmão industrial do país.**

A região representa 38% das exportações nacionais, apresenta um *superavit* de 5 mil milhões de euros na sua balança comercial e é uma economia integrada no espaço ibérico, e com vocação europeia e transatlântica.

Em bom rigor, as respostas aos grandes desafios nacionais passam pela Região Norte e pela sua força humana e produtiva.

Reptos como o aumento das nossas exportações, a inovação e internacionalização das PME, a qualificação das pessoas ou a valorização sustentável dos recursos do território, falharão no país senão tiverem uma resposta suficiente no Norte.

**Uma visão niilista da economia nacional seria, por isso, trágica.**

A conversão do nosso modelo competitivo terá de ter no Norte uma expressão nuclear. Aqui há *know-how* industrial, experiência internacional e qualificações.

Temos aqui o que há de melhor na universidade portuguesa, na capacidade de empreender desafios e de encarar a inovação como o caminho certo para o futuro.

**Também em sectores como o turismo**, onde a Região não tinha quase expressão há duas décadas, **o Norte soube**, contra a corrente, **construir uma oferta qualificada e plural**, feita de autenticidade.

Uma oferta que vai da cidade do Porto ao Vale do Douro Vinhateiro Património da Humanidade; do coração verde do Alto Minho às culturas de sequeiro de Trás-os-Montes; das milenares e vivas cidades de Braga e Guimarães aos fascinantes santuários paleolíticos do Vale do Côa.

**Uma oferta que tem hoje um papel fundamental na economia regional, no emprego e na coesão do nosso território.**

Potenciar os valores de que dispomos e dar-lhes dimensão internacional é um objetivo que não podemos perder de vista.

Apesar do que significa para o país, **o Norte persiste como a região mais pobre de Portugal.** O seu PIB “per capita” situa-se a cerca de 20 p.p. da média nacional, a quase 38 p.p. da média comunitária e a 42 p.p. de Lisboa.

Esta imagem não corresponde ao ADN do Norte e ao potencial da Região, mas o Norte não tem conseguido alcançar uma rota de convergência em relação ao país e à Europa, apesar da melhoria relativa dos últimos anos.

O processo de ajustamento económico tem sido particularmente exigente para a Região, altamente exposta às crises europeias e aos impactos do alargamento, da União Monetária e da abertura aos mercados asiáticos.

Também por isso o **Norte enfrenta um dramático problema de desemprego**, registando taxas superiores à média nacional.

Os dados divulgados esta semana são um sinal positivo de estancamento da hemorragia do desemprego, mas há um longo percurso pela frente.

**A recuperação e a qualificação do emprego são o maior dos desafios que temos que superar.** Todos em conjunto, com confiança e determinação.

O nível territorial deve assumir um papel na promoção do emprego qualificado e de emprego local que, em Portugal, nunca foi concretizado.

A prioridade económica e social anunciada para o futuro QREN deverá ter, por isso, um justo reflexo no próximo Programa Operacional Regional.

Não é razoável que se anunciem sempre as macropolíticas de forma correta, sem que *à posteriori* haja a correspondente aplicação nos diferentes territórios e a sua dotação nos programas operacionais regionais.

A Região Norte regista também níveis salariais inferiores à média nacional, em aproximadamente 7 p.p.. A qualificação dos recursos humanos e a aposta num modelo regional de competitividade baseado no conhecimento são fundamentais para corrigir esta assimetria de riqueza e de oportunidades de vida.

É preciso uma orientação territorial das políticas económicas e sociais mais forte, mais clara, mais consequente.

**A Política de Coesão Europeia pode ter aplicações diversas, mas um único desígnio final:** assegurar a convergência real das regiões mais pobres relativamente à média comunitária. Nenhum interesse se pode colocar acima da letra e do espírito deste princípio.

Os instrumentos da Política de Coesão na Região Norte devem eleger como prioridade uma “agenda da competitividade” e uma “agenda social e de emprego”.

Estamos perto do fim do quarto QCA. E o que a sua avaliação nos revela é que, para alcançarmos crescimento e convergência real, não basta nem uma excelente estratégia, nem um programa operacional regional. Para esse objetivo é também fundamental uma organização territorial dos instrumentos de política e uma descentralização da sua gestão.

Decisões longínquas são, frequentemente, decisões cegas.

Os próximos tempos serão decisivos na definição do modelo de organização do próximo ciclo de fundos comunitários, para 2014-2020.

As opções de política irão condicionar o futuro coletivo do país e da Região do Norte. Existe pois, hoje, uma janela de oportunidade, irrepetível nos próximos sete anos, para se mudar a tradicional forma centralizada de programação, organização e gestão da Política de Coesão em Portugal.

Sádam-se os sinais que o Governo tem publicamente assumido, recusando a tendência para modelos de programação de base vertical e sectorial, que nada dizem aos territórios e às economias regionais.

As forças políticas representadas na Assembleia da República deram também um sinal de amplo consenso sobre esta matéria, em Julho passado.

De forma unânime, os Partidos reconheceram *“que as regiões portuguesas apresentam uma significativa diversidade de problemas”* e que há *“a necessidade de diferenciar, na aplicação dos fundos comunitários, os objetivos a prosseguir”*, tendo afirmado também ser *“importante que estes meios sejam efetivamente aplicados nas correspondentes regiões, essencialmente através de Programas Operacionais Regionais fortemente consolidados”*.



**A Região Norte pode, por isso, aspirar a ter uma voz e uma parte correspondente ao seu peso social e económico nos futuros instrumentos do “Novo QREN”. Na promoção da competitividade, no emprego e inclusão social, e na valorização e sustentabilidade dos recursos e do território.**

Uma visão territorial do Novo QREN é, neste contexto, fundamental.

A Região aspira a ter um papel no desenho destes instrumentos e na sua gestão. Quer no plano do futuro Programa Operacional Regional, quer no dos Programas Operacionais Temáticos Nacionais.

**Atrevo-me, por isso, a deixar aqui um desafio ao Governo de Portugal.**

Após o sinal encorajador anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro de sediar no Norte a nova instituição financeira de apoio ao desenvolvimento, ousou sugerir hoje ao Governo que **fixe também na região a estrutura de gestão do futuro programa operacional de apoio à competitividade.**

A ser tomada, esta será uma **decisão lógica, consequente e de inteira justiça para com a região.**

Se houver a coragem de tomar esta opção, como sinceramente acalento, o Governo dará **um dos maiores sinais de mudança das últimas décadas em Portugal.** E, devo dizer, com muito mais eficácia do que as **simbólicas sedes vazias de alguns organismos da administração central.**

**Os territórios devem ser atores de uma “agenda da competitividade”.**

O futuro Programa Operacional Regional deve dispor, por isso, de um **volante económico forte**, e não ser reduzido a funções clássicas de apoio a equipamentos ou infra-estruturas, nomeadamente das que dependem de políticas nacionais.

A escala regional deve estar munida de instrumentos para as PME, para uma **“estratégia de especialização inteligente”**, para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, e para a valorização dos recursos territoriais, que no Norte são tão expressivos e singulares: no Mar e no Ambiente, no Turismo, na Cultura, nas Industrias Criativas, para citar apenas alguns.

As atribuições de Ambiente e Ordenamento do Território da CCDR-N devem também interagir numa acção de desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, só se pode esperar que o futuro Programa Operacional Regional seja económica e socialmente relevante, financeiramente robusto e territorialmente inclusivo.

As novas figuras das “Intervenções Territoriais Integradas” e das “Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano” colocam novas oportunidades num racional territorial de desenvolvimento. O papel das Comunidades Intermunicipais e da Área Metropolitana do Porto deve ganhar aqui todo o relevo.

**Não iludo e não esqueço, porém, o muito que está por fazer no atual QREN,** ainda muito longe do termo da sua execução.

Garantir a total absorção dos recursos disponíveis e uma execução qualificada dos investimentos são responsabilidades que necessitam de resposta ainda em 2013, e que depende de muitos.

No ON.2, darei prioridade a uma monitorização cuidada e a uma gestão fina das disponibilidades, contando com o saber e a experiência dos meus colegas da Comissão Diretiva do Programa.

Contaremos nessa tarefa, e no objetivo de uma transição inteligente entre os dois ciclos de financiamento, com a solidariedade dos principais atores regionais, a começar pelos municípios.

**O relançamento de uma cooperação estratégica com as vizinhas regiões da Galiza e de Castela e Leão** é também parte integrante da missão que hoje recebo do Governo e da Região.

A euro-região Galiza/Norte de Portugal é hoje, apesar da crise, uma realidade pujante e consolidada. Somos uma economia integrada e com trocas intensas. Partilhamos infra-estruturas e redes de conhecimento. As populações de fronteira interagem de forma solidária, regular e natural. E dispomos de instrumentos institucionais, como o “Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial”.

Revisitar os termos e os objetivos da cooperação do noroeste peninsular, num contexto de revitalização económica, é uma prioridade do meu mandato.

**Quero terminar com duas referências que me são particularmente caras.** Aos colaboradores desta nobre instituição e ao Conselho Regional, enquanto seu órgão político.

Boa parte da minha experiência académica e profissional foi dedicada a criar, gerir e mobilizar equipas e vontades colectivas. Sei da importância decisiva de criar sentidos de pertença, laços de confiança e motivação em torno de objectivos comuns.

Aos quadros desta instituição quero garantir a minha genuína disposição em renovar os vínculos de identidade e o sentido orgulho de trabalhar nesta casa e em prol de uma Região tão relevante como o Norte de Portugal.

**Ajudar a reabilitar a dignidade da política regional e honrar a melhor tradição de excelência técnica desta casa é também a missão do seu Presidente, e encaro-a com sentido de prioridade e responsabilidade.**

**Finalmente, quero afirmar o meu compromisso numa cooperação estratégica com o Conselho Regional da CCDR-N.**

A participação dos atores regionais é uma condição indispensável para criarmos um racional e uma voz que junte forças e anime vontades, numa rede mais inteligente e mais solidária de interesses, objectivos e projetos.

Se o diálogo regional tem que ter uma base, esta instituição é o seu centro natural.

É este trabalho que desejo fazer com a Região: com os municípios, os centros de conhecimento, o tecido económico e empresarial, e com a solidariedade do Governo.

Não são tempos fáceis nem desafios simples, mas é também isto que faz deles desafios e tempos tão interessantes e tão importantes.

Muito obrigado.

## **INTERVENÇÃO NO ATO DE POSSE, 9 DE AGOSTO 2013**

Emídio Gomes

Presidente da CCDR-N

---

Começo por **saudar muito especialmente os Senhores Ministros** e o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

A vossa presença constitui uma honra e um estímulo aos níveis pessoal e institucional. Mas é felizmente muito mais do que isso.

A vossa presença é também, e sobretudo, um **sinal inequívoco da importância que o Governo reconhece, no actual contexto,** à política de desenvolvimento regional em Portugal e a esta instituição, em particular.

O Norte não é uma região qualquer e a CCDR-N não é só, nem nunca quis ser só, uma simples direcção-geral da Administração do Estado.

Agradeço, pois, a confiança que em mim é depositada, mas saúdo também a estabilidade que é conferida à liderança desta “instituição-chave” no Norte e no país.

Quero também **saudar e agradecer a presença da minha família, de muitas personalidades e amigos,** que se juntam neste momento que é simbólico, e que marca o meu início público de funções como presidente da CCDR-N.

Não sou indiferente à presença de alguns dos **antigos e históricos presidentes** desta casa. O Professor Valente de Oliveira, o Eng.º Luís Braga da Cruz e o Dr. Carlos Lage. O significado da sua presença é-me particularmente honroso e grato.

Quero ainda de forma simbólica **saudar todos os senhores autarcas**, na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, a quem me ligam laços de profunda amizade, que remontam à minha infância.

De forma ainda simbólica, **na cidade de Vila Real e na freguesia de Soutelo do Douro, São João da Pesqueira, saúdo toda a região.**

Aos vice-presidentes da CCDR-N, quero agradecer a forma muito dedicada como asseguraram este período de transição. Sei que deram o seu melhor.

Agradeço também as inúmeras mensagens que recebi de pessoas que se encontram longe e em férias.

Procurarei transformar todo o capital de confiança e estima que recebo numa “**energia positiva**”, como agora se diz, para toda a equipa da CCDR-N e para a Região Norte.

O medo e o pessimismo são sempre improdutivos. A confiança e a esperança são, em contrapartida, mobilizadores e transformadores.

**Nasci e cresci no Porto.** Guardo, aliás, da minha infância, uma memória longínqua mas quase intacta desta casa e da sua propriedade, de cariz quase rural, que se estendia pela atual Faculdade de Letras, e ocupava ainda a parte a norte, onde são hoje edifícios de escritórios e clínicas médicas.

Mas todos os que me conhecem sabem que **sinto como meu cada pedaço da minha região** e do meu país.

Tenho um enorme orgulho nas minhas raízes profundas ligadas ao Norte. Os meus filhos têm sangue transmontano e sou do Douro por adoção.

**Estou aqui porque quis e quero estar.** E porque tenho a ambição de poder ajudar o meu país e a minha região. O projeto mais importante da minha vida é sempre o que vivo em cada momento.

Sou profissional da Universidade do Porto, mas colaborei com honra e orgulho com a Universidade Católica durante os últimos dois anos. Presidi ao Conselho Geral da UTAD, pertenci ao Conselho Estratégico da Universidade do Minho e colaboro em projetos da Universidade de Aveiro, e dos Institutos Politécnicos do Porto e de Bragança.

Não tenho a presunção de dizer que sou um “cidadão do mundo”, mas terei pelo menos o à vontade de dizer que sou **“um cidadão do Norte”**.

Devo e quero, aliás, agradecer ao atual e aos anteriores reitores da Universidade do Porto o apoio que sempre me têm dado, nas iniciativas que abraço em prol da região. A liberdade de pensamento e ação na Universidade do Porto é também aquilo que fez o que ela é hoje na região, em Portugal e no espaço europeu.

Não sou também um estranho aos senhores presidentes dos municípios da Região. Sou conhecido, na minha forma de ser e de estar. E os senhores autarcas sabem que, para mim, cada projeto é sempre o mais importante – seja no Porto, Gaia, Matosinhos, São João da Madeira, Guimarães, Vila Real ou Bragança.

**Assumo funções num tempo especialmente exigente.**

O Norte é a melhor região do país, mas é também aquela que enfrenta desafios mais difíceis, e onde os impactos da crise económica e social se fazem sentir de forma mais intensa.

Curiosa e paradoxalmente, as grandes questões nacionais concentram-se, em larga medida, aqui.

**O Norte é a região-motora das exportações nacionais e o pulmão industrial do país.**

A região representa 38% das exportações nacionais, apresenta um *superavit* de 5 mil milhões de euros na sua balança comercial e é uma economia integrada no espaço ibérico, e com vocação europeia e transatlântica.

Em bom rigor, as respostas aos grandes desafios nacionais passam pela Região Norte e pela sua força humana e produtiva.

Reptos como o aumento das nossas exportações, a inovação e internacionalização das PME, a qualificação das pessoas ou a valorização sustentável dos recursos do território, falharão no país senão tiverem uma resposta suficiente no Norte.

**Uma visão niilista da economia nacional seria, por isso, trágica.**

A conversão do nosso modelo competitivo terá de ter no Norte uma expressão nuclear. Aqui há *know-how* industrial, experiência internacional e qualificações.

Temos aqui o que há de melhor na universidade portuguesa, na capacidade de empreender desafios e de encarar a inovação como o caminho certo para o futuro.

**Também em sectores como o turismo**, onde a Região não tinha quase expressão há duas décadas, **o Norte soube**, contra a corrente, **construir uma oferta qualificada e plural**, feita de autenticidade.



Uma oferta que vai da cidade do Porto ao Vale do Douro Vinhateiro Património da Humanidade; do coração verde do Alto Minho às culturas de sequeiro de Trás-os-Montes; das milenares e vivas cidades de Braga e Guimarães aos fascinantes santuários paleolíticos do Vale do Côa.

**Uma oferta que tem hoje um papel fundamental na economia regional, no emprego e na coesão do nosso território.**

Potenciar os valores de que dispomos e dar-lhes dimensão internacional é um objetivo que não podemos perder de vista.

Apesar do que significa para o país, **o Norte persiste como a região mais pobre de Portugal.** O seu PIB “per capita” situa-se a cerca de 20 p.p. da média nacional, a quase 38 p.p. da média comunitária e a 42 p.p. de Lisboa.

Esta imagem não corresponde ao ADN do Norte e ao potencial da Região, mas o Norte não tem conseguido alcançar uma rota de convergência em relação ao país e à Europa, apesar da melhoria relativa dos últimos anos.

O processo de ajustamento económico tem sido particularmente exigente para a Região, altamente exposta às crises europeias e aos impactos do alargamento, da União Monetária e da abertura aos mercados asiáticos.

Também por isso o **Norte enfrenta um dramático problema de desemprego**, registando taxas superiores à média nacional.

Os dados divulgados esta semana são um sinal positivo de estancamento da hemorragia do desemprego, mas há um longo percurso pela frente.

**A recuperação e a qualificação do emprego são o maior dos desafios que temos que superar.** Todos em conjunto, com confiança e determinação.

O nível territorial deve assumir um papel na promoção do emprego qualificado e de emprego local que, em Portugal, nunca foi concretizado.

A prioridade económica e social anunciada para o futuro QREN deverá ter, por isso, um justo reflexo no próximo Programa Operacional Regional.

Não é razoável que se anunciem sempre as macropolíticas de forma correta, sem que *à posteriori* haja a correspondente aplicação nos diferentes territórios e a sua dotação nos programas operacionais regionais.

A Região Norte regista também níveis salariais inferiores à média nacional, em aproximadamente 7 p.p.. A qualificação dos recursos humanos e a aposta num modelo regional de competitividade baseado no conhecimento são fundamentais para corrigir esta assimetria de riqueza e de oportunidades de vida.

É preciso uma orientação territorial das políticas económicas e sociais mais forte, mais clara, mais consequente.

**A Política de Coesão Europeia pode ter aplicações diversas, mas um único desígnio final:** assegurar a convergência real das regiões mais pobres relativamente à média comunitária. Nenhum interesse se pode colocar acima da letra e do espírito deste princípio.

Os instrumentos da Política de Coesão na Região Norte devem eleger como prioridade uma “agenda da competitividade” e uma “agenda social e de emprego”.

Estamos perto do fim do quarto QCA. E o que a sua avaliação nos revela é que, para alcançarmos crescimento e convergência real, não basta nem uma excelente estratégia, nem um programa operacional regional. Para esse objetivo é também fundamental uma organização territorial dos instrumentos de política e uma descentralização da sua gestão.

Decisões longínquas são, frequentemente, decisões cegas.

Os próximos tempos serão decisivos na definição do modelo de organização do próximo ciclo de fundos comunitários, para 2014-2020.

As opções de política irão condicionar o futuro coletivo do país e da Região do Norte. Existe pois, hoje, uma janela de oportunidade, irrepetível nos próximos sete anos, para se mudar a tradicional forma centralizada de programação, organização e gestão da Política de Coesão em Portugal.

Sádam-se os sinais que o Governo tem publicamente assumido, recusando a tendência para modelos de programação de base vertical e sectorial, que nada dizem aos territórios e às economias regionais.

As forças políticas representadas na Assembleia da República deram também um sinal de amplo consenso sobre esta matéria, em Julho passado.

De forma unânime, os Partidos reconheceram *“que as regiões portuguesas apresentam uma significativa diversidade de problemas”* e que há *“a necessidade de diferenciar, na aplicação dos fundos comunitários, os objetivos a prosseguir”*, tendo afirmado também ser *“importante que estes meios sejam efetivamente aplicados nas correspondentes regiões, essencialmente através de Programas Operacionais Regionais fortemente consolidados”*.

**A Região Norte pode, por isso, aspirar a ter uma voz e uma parte correspondente ao seu peso social e económico nos futuros instrumentos do “Novo QREN”. Na promoção da competitividade, no emprego e inclusão social, e na valorização e sustentabilidade dos recursos e do território.**

Uma visão territorial do Novo QREN é, neste contexto, fundamental.

A Região aspira a ter um papel no desenho destes instrumentos e na sua gestão. Quer no plano do futuro Programa Operacional Regional, quer no dos Programas Operacionais Temáticos Nacionais.

**Atrevo-me, por isso, a deixar aqui um desafio ao Governo de Portugal.**

Após o sinal encorajador anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro de sediar no Norte a nova instituição financeira de apoio ao desenvolvimento, ousar sugerir hoje ao Governo que **fixe também na região a estrutura de gestão do futuro programa operacional de apoio à competitividade.**

A ser tomada, esta será uma **decisão lógica, consequente e de inteira justiça para com a região.**

Se houver a coragem de tomar esta opção, como sinceramente acalento, o Governo dará **um dos maiores sinais de mudança das últimas décadas em Portugal.** E, devo dizer, com muito mais eficácia do que as **simbólicas sedes vazias de alguns organismos da administração central.**

**Os territórios devem ser atores de uma “agenda da competitividade”.**

O futuro Programa Operacional Regional deve dispor, por isso, de um **volante económico forte**, e não ser reduzido a funções clássicas de apoio a equipamentos ou infra-estruturas, nomeadamente das que dependem de políticas nacionais.

A escala regional deve estar munida de instrumentos para as PME, para uma **“estratégia de especialização inteligente”**, para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, e para a valorização dos recursos territoriais, que no Norte são tão expressivos e singulares: no Mar e no Ambiente, no Turismo, na Cultura, nas Industrias Criativas, para citar apenas alguns.

As atribuições de Ambiente e Ordenamento do Território da CCDR-N devem também interagir numa acção de desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, só se pode esperar que o futuro Programa Operacional Regional seja económica e socialmente relevante, financeiramente robusto e territorialmente inclusivo.

As novas figuras das “Intervenções Territoriais Integradas” e das “Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano” colocam novas oportunidades num racional territorial de desenvolvimento. O papel das Comunidades Intermunicipais e da Área Metropolitana do Porto deve ganhar aqui todo o relevo.

**Não iludo e não esqueço, porém, o muito que está por fazer no atual QREN,** ainda muito longe do termo da sua execução.

Garantir a total absorção dos recursos disponíveis e uma execução qualificada dos investimentos são responsabilidades que necessitam de resposta ainda em 2013, e que depende de muitos.

No ON.2, darei prioridade a uma monitorização cuidada e a uma gestão fina das disponibilidades, contando com o saber e a experiência dos meus colegas da Comissão Diretiva do Programa.

Contaremos nessa tarefa, e no objetivo de uma transição inteligente entre os dois ciclos de financiamento, com a solidariedade dos principais atores regionais, a começar pelos municípios.

**O relançamento de uma cooperação estratégica com as vizinhas regiões da Galiza e de Castela e Leão** é também parte integrante da missão que hoje recebo do Governo e da Região.

A euro-região Galiza/Norte de Portugal é hoje, apesar da crise, uma realidade pujante e consolidada. Somos uma economia integrada e com trocas intensas. Partilhamos infra-estruturas e redes de conhecimento. As populações de fronteira interagem de forma solidária, regular e natural. E dispomos de instrumentos institucionais, como o “Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial”.

Revisitar os termos e os objetivos da cooperação do noroeste peninsular, num contexto de revitalização económica, é uma prioridade do meu mandato.

**Quero terminar com duas referências que me são particularmente caras.** Aos colaboradores desta nobre instituição e ao Conselho Regional, enquanto seu órgão político.

Boa parte da minha experiência académica e profissional foi dedicada a criar, gerir e mobilizar equipas e vontades colectivas. Sei da importância decisiva de criar sentidos de pertença, laços de confiança e motivação em torno de objectivos comuns.

Aos quadros desta instituição quero garantir a minha genuína disposição em renovar os vínculos de identidade e o sentido orgulho de trabalhar nesta casa e em prol de uma Região tão relevante como o Norte de Portugal.

**Ajudar a reabilitar a dignidade da política regional e honrar a melhor tradição de excelência técnica desta casa é também a missão do seu Presidente, e encaro-a com sentido de prioridade e responsabilidade.**

**Finalmente, quero afirmar o meu compromisso numa cooperação estratégica com o Conselho Regional da CCDR-N.**

A participação dos atores regionais é uma condição indispensável para criarmos um racional e uma voz que junte forças e anime vontades, numa rede mais inteligente e mais solidária de interesses, objectivos e projetos.

Se o diálogo regional tem que ter uma base, esta instituição é o seu centro natural.

É este trabalho que desejo fazer com a Região: com os municípios, os centros de conhecimento, o tecido económico e empresarial, e com a solidariedade do Governo.

Não são tempos fáceis nem desafios simples, mas é também isto que faz deles desafios e tempos tão interessantes e tão importantes.

Muito obrigado.

## **INTERVENÇÃO NO ATO DE POSSE, 9 DE AGOSTO 2013**

Emídio Gomes

Presidente da CCDR-N

---

Começo por **saudar muito especialmente os Senhores Ministros** e o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

A vossa presença constitui uma honra e um estímulo aos níveis pessoal e institucional. Mas é felizmente muito mais do que isso.

A vossa presença é também, e sobretudo, um **sinal inequívoco da importância que o Governo reconhece, no actual contexto**, à política de desenvolvimento regional em Portugal e a esta instituição, em particular.

O Norte não é uma região qualquer e a CCDR-N não é só, nem nunca quis ser só, uma simples direcção-geral da Administração do Estado.

Agradeço, pois, a confiança que em mim é depositada, mas saúdo também a estabilidade que é conferida à liderança desta “instituição-chave” no Norte e no país.

Quero também **saudar e agradecer a presença da minha família, de muitas personalidades e amigos**, que se juntam neste momento que é simbólico, e que marca o meu início público de funções como presidente da CCDR-N.

Não sou indiferente à presença de alguns dos **antigos e históricos presidentes** desta casa. O Professor Valente de Oliveira, o Eng.º Luís Braga da Cruz e o Dr. Carlos Lage. O significado da sua presença é-me particularmente honroso e grato.



Quero ainda de forma simbólica **saudar todos os senhores autarcas**, na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, a quem me ligam laços de profunda amizade, que remontam à minha infância.

De forma ainda simbólica, **na cidade de Vila Real e na freguesia de Soutelo do Douro, São João da Pesqueira, saúdo toda a região.**

Aos vice-presidentes da CCDR-N, quero agradecer a forma muito dedicada como asseguraram este período de transição. Sei que deram o seu melhor.

Agradeço também as inúmeras mensagens que recebi de pessoas que se encontram longe e em férias.

Procurarei transformar todo o capital de confiança e estima que recebo numa “**energia positiva**”, como agora se diz, para toda a equipa da CCDR-N e para a Região Norte.

O medo e o pessimismo são sempre improdutivos. A confiança e a esperança são, em contrapartida, mobilizadores e transformadores.

**Nasci e cresci no Porto.** Guardo, aliás, da minha infância, uma memória longínqua mas quase intacta desta casa e da sua propriedade, de cariz quase rural, que se estendia pela atual Faculdade de Letras, e ocupava ainda a parte a norte, onde são hoje edifícios de escritórios e clínicas médicas.

Mas todos os que me conhecem sabem que **sinto como meu cada pedaço da minha região** e do meu país.

Tenho um enorme orgulho nas minhas raízes profundas ligadas ao Norte. Os meus filhos têm sangue transmontano e sou do Douro por adoção.

**Estou aqui porque quis e quero estar.** E porque tenho a ambição de poder ajudar o meu país e a minha região. O projeto mais importante da minha vida é sempre o que vivo em cada momento.

Sou profissional da Universidade do Porto, mas colaborei com honra e orgulho com a Universidade Católica durante os últimos dois anos. Presidi ao Conselho Geral da UTAD, pertenci ao Conselho Estratégico da Universidade do Minho e colaboro em projetos da Universidade de Aveiro, e dos Institutos Politécnicos do Porto e de Bragança.

Não tenho a presunção de dizer que sou um “cidadão do mundo”, mas terei pelo menos o à vontade de dizer que sou **“um cidadão do Norte”**.

Devo e quero, aliás, agradecer ao atual e aos anteriores reitores da Universidade do Porto o apoio que sempre me têm dado, nas iniciativas que abraço em prol da região. A liberdade de pensamento e ação na Universidade do Porto é também aquilo que fez o que ela é hoje na região, em Portugal e no espaço europeu.

Não sou também um estranho aos senhores presidentes dos municípios da Região. Sou conhecido, na minha forma de ser e de estar. E os senhores autarcas sabem que, para mim, cada projeto é sempre o mais importante – seja no Porto, Gaia, Matosinhos, São João da Madeira, Guimarães, Vila Real ou Bragança.

**Assumo funções num tempo especialmente exigente.**

O Norte é a melhor região do país, mas é também aquela que enfrenta desafios mais difíceis, e onde os impactos da crise económica e social se fazem sentir de forma mais intensa.

Curiosa e paradoxalmente, as grandes questões nacionais concentram-se, em larga medida, aqui.

**O Norte é a região-motora das exportações nacionais e o pulmão industrial do país.**

A região representa 38% das exportações nacionais, apresenta um *superavit* de 5 mil milhões de euros na sua balança comercial e é uma economia integrada no espaço ibérico, e com vocação europeia e transatlântica.

Em bom rigor, as respostas aos grandes desafios nacionais passam pela Região Norte e pela sua força humana e produtiva.

Reptos como o aumento das nossas exportações, a inovação e internacionalização das PME, a qualificação das pessoas ou a valorização sustentável dos recursos do território, falharão no país senão tiverem uma resposta suficiente no Norte.

**Uma visão niilista da economia nacional seria, por isso, trágica.**

A conversão do nosso modelo competitivo terá de ter no Norte uma expressão nuclear. Aqui há *know-how* industrial, experiência internacional e qualificações.

Temos aqui o que há de melhor na universidade portuguesa, na capacidade de empreender desafios e de encarar a inovação como o caminho certo para o futuro.

**Também em sectores como o turismo**, onde a Região não tinha quase expressão há duas décadas, **o Norte soube**, contra a corrente, **construir uma oferta qualificada e plural**, feita de autenticidade.

Uma oferta que vai da cidade do Porto ao Vale do Douro Vinhateiro Património da Humanidade; do coração verde do Alto Minho às culturas de sequeiro de Trás-os-Montes; das milenares e vivas cidades de Braga e Guimarães aos fascinantes santuários paleolíticos do Vale do Côa.

**Uma oferta que tem hoje um papel fundamental na economia regional, no emprego e na coesão do nosso território.**

Potenciar os valores de que dispomos e dar-lhes dimensão internacional é um objetivo que não podemos perder de vista.

Apesar do que significa para o país, **o Norte persiste como a região mais pobre de Portugal.** O seu PIB “per capita” situa-se a cerca de 20 p.p. da média nacional, a quase 38 p.p. da média comunitária e a 42 p.p. de Lisboa.

Esta imagem não corresponde ao ADN do Norte e ao potencial da Região, mas o Norte não tem conseguido alcançar uma rota de convergência em relação ao país e à Europa, apesar da melhoria relativa dos últimos anos.

O processo de ajustamento económico tem sido particularmente exigente para a Região, altamente exposta às crises europeias e aos impactos do alargamento, da União Monetária e da abertura aos mercados asiáticos.

Também por isso o **Norte enfrenta um dramático problema de desemprego**, registando taxas superiores à média nacional.

Os dados divulgados esta semana são um sinal positivo de estancamento da hemorragia do desemprego, mas há um longo percurso pela frente.

**A recuperação e a qualificação do emprego são o maior dos desafios que temos que superar.** Todos em conjunto, com confiança e determinação.

O nível territorial deve assumir um papel na promoção do emprego qualificado e de emprego local que, em Portugal, nunca foi concretizado.

A prioridade económica e social anunciada para o futuro QREN deverá ter, por isso, um justo reflexo no próximo Programa Operacional Regional.

Não é razoável que se anunciem sempre as macropolíticas de forma correta, sem que *à posteriori* haja a correspondente aplicação nos diferentes territórios e a sua dotação nos programas operacionais regionais.

A Região Norte regista também níveis salariais inferiores à média nacional, em aproximadamente 7 p.p.. A qualificação dos recursos humanos e a aposta num modelo regional de competitividade baseado no conhecimento são fundamentais para corrigir esta assimetria de riqueza e de oportunidades de vida.

É preciso uma orientação territorial das políticas económicas e sociais mais forte, mais clara, mais consequente.

**A Política de Coesão Europeia pode ter aplicações diversas, mas um único desígnio final:** assegurar a convergência real das regiões mais pobres relativamente à média comunitária. Nenhum interesse se pode colocar acima da letra e do espírito deste princípio.

Os instrumentos da Política de Coesão na Região Norte devem eleger como prioridade uma “agenda da competitividade” e uma “agenda social e de emprego”.

Estamos perto do fim do quarto QCA. E o que a sua avaliação nos revela é que, para alcançarmos crescimento e convergência real, não basta nem uma excelente estratégia, nem um programa operacional regional. Para esse objetivo é também fundamental uma organização territorial dos instrumentos de política e uma descentralização da sua gestão.

Decisões longínquas são, frequentemente, decisões cegas.

Os próximos tempos serão decisivos na definição do modelo de organização do próximo ciclo de fundos comunitários, para 2014-2020.

As opções de política irão condicionar o futuro coletivo do país e da Região do Norte. Existe pois, hoje, uma janela de oportunidade, irrepetível nos próximos sete anos, para se mudar a tradicional forma centralizada de programação, organização e gestão da Política de Coesão em Portugal.

Sádam-se os sinais que o Governo tem publicamente assumido, recusando a tendência para modelos de programação de base vertical e sectorial, que nada dizem aos territórios e às economias regionais.

As forças políticas representadas na Assembleia da República deram também um sinal de amplo consenso sobre esta matéria, em Julho passado.

De forma unânime, os Partidos reconheceram *“que as regiões portuguesas apresentam uma significativa diversidade de problemas”* e que há *“a necessidade de diferenciar, na aplicação dos fundos comunitários, os objetivos a prosseguir”*, tendo afirmado também ser *“importante que estes meios sejam efetivamente aplicados nas correspondentes regiões, essencialmente através de Programas Operacionais Regionais fortemente consolidados”*.

**A Região Norte pode, por isso, aspirar a ter uma voz e uma parte correspondente ao seu peso social e económico nos futuros instrumentos do “Novo QREN”. Na promoção da competitividade, no emprego e inclusão social, e na valorização e sustentabilidade dos recursos e do território.**

Uma visão territorial do Novo QREN é, neste contexto, fundamental.

A Região aspira a ter um papel no desenho destes instrumentos e na sua gestão. Quer no plano do futuro Programa Operacional Regional, quer no dos Programas Operacionais Temáticos Nacionais.

**Atrevo-me, por isso, a deixar aqui um desafio ao Governo de Portugal.**

Após o sinal encorajador anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro de sediar no Norte a nova instituição financeira de apoio ao desenvolvimento, ousa sugerir hoje ao Governo que **fixe também na região a estrutura de gestão do futuro programa operacional de apoio à competitividade.**

A ser tomada, esta será uma **decisão lógica, consequente e de inteira justiça para com a região.**

Se houver a coragem de tomar esta opção, como sinceramente acalento, o Governo dará **um dos maiores sinais de mudança das últimas décadas em Portugal.** E, devo dizer, com muito mais eficácia do que as **simbólicas sedes vazias de alguns organismos da administração central.**

**Os territórios devem ser atores de uma “agenda da competitividade”.**

O futuro Programa Operacional Regional deve dispor, por isso, de um **volante económico forte**, e não ser reduzido a funções clássicas de apoio a equipamentos ou infra-estruturas, nomeadamente das que dependem de políticas nacionais.

A escala regional deve estar munida de instrumentos para as PME, para uma **“estratégia de especialização inteligente”**, para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, e para a valorização dos recursos territoriais, que no Norte são tão expressivos e singulares: no Mar e no Ambiente, no Turismo, na Cultura, nas Industrias Criativas, para citar apenas alguns.

As atribuições de Ambiente e Ordenamento do Território da CCDR-N devem também interagir numa acção de desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, só se pode esperar que o futuro Programa Operacional Regional seja económica e socialmente relevante, financeiramente robusto e territorialmente inclusivo.

As novas figuras das “Intervenções Territoriais Integradas” e das “Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano” colocam novas oportunidades num racional territorial de desenvolvimento. O papel das Comunidades Intermunicipais e da Área Metropolitana do Porto deve ganhar aqui todo o relevo.

**Não iludo e não esqueço, porém, o muito que está por fazer no atual QREN,** ainda muito longe do termo da sua execução.

Garantir a total absorção dos recursos disponíveis e uma execução qualificada dos investimentos são responsabilidades que necessitam de resposta ainda em 2013, e que depende de muitos.



No ON.2, darei prioridade a uma monitorização cuidada e a uma gestão fina das disponibilidades, contando com o saber e a experiência dos meus colegas da Comissão Diretiva do Programa.

Contaremos nessa tarefa, e no objetivo de uma transição inteligente entre os dois ciclos de financiamento, com a solidariedade dos principais atores regionais, a começar pelos municípios.

**O relançamento de uma cooperação estratégica com as vizinhas regiões da Galiza e de Castela e Leão** é também parte integrante da missão que hoje recebo do Governo e da Região.

A euro-região Galiza/Norte de Portugal é hoje, apesar da crise, uma realidade pujante e consolidada. Somos uma economia integrada e com trocas intensas. Partilhamos infra-estruturas e redes de conhecimento. As populações de fronteira interagem de forma solidária, regular e natural. E dispomos de instrumentos institucionais, como o “Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial”.

Revisitar os termos e os objetivos da cooperação do noroeste peninsular, num contexto de revitalização económica, é uma prioridade do meu mandato.

**Quero terminar com duas referências que me são particularmente caras.** Aos colaboradores desta nobre instituição e ao Conselho Regional, enquanto seu órgão político.

Boa parte da minha experiência académica e profissional foi dedicada a criar, gerir e mobilizar equipas e vontades colectivas. Sei da importância decisiva de criar sentidos de pertença, laços de confiança e motivação em torno de objectivos comuns.

Aos quadros desta instituição quero garantir a minha genuína disposição em renovar os vínculos de identidade e o sentido orgulho de trabalhar nesta casa e em prol de uma Região tão relevante como o Norte de Portugal.

**Ajudar a reabilitar a dignidade da política regional e honrar a melhor tradição de excelência técnica desta casa é também a missão do seu Presidente, e encaro-a com sentido de prioridade e responsabilidade.**

**Finalmente, quero afirmar o meu compromisso numa cooperação estratégica com o Conselho Regional da CCDR-N.**

A participação dos atores regionais é uma condição indispensável para criarmos um racional e uma voz que junte forças e anime vontades, numa rede mais inteligente e mais solidária de interesses, objectivos e projetos.

Se o diálogo regional tem que ter uma base, esta instituição é o seu centro natural.

É este trabalho que desejo fazer com a Região: com os municípios, os centros de conhecimento, o tecido económico e empresarial, e com a solidariedade do Governo.

Não são tempos fáceis nem desafios simples, mas é também isto que faz deles desafios e tempos tão interessantes e tão importantes.

Muito obrigado.

## **INTERVENÇÃO NO ATO DE POSSE, 9 DE AGOSTO 2013**

Emídio Gomes

Presidente da CCDR-N

---

Começo por **saudar muito especialmente os Senhores Ministros** e o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

A vossa presença constitui uma honra e um estímulo aos níveis pessoal e institucional. Mas é felizmente muito mais do que isso.

A vossa presença é também, e sobretudo, um **sinal inequívoco da importância que o Governo reconhece, no actual contexto**, à política de desenvolvimento regional em Portugal e a esta instituição, em particular.

O Norte não é uma região qualquer e a CCDR-N não é só, nem nunca quis ser só, uma simples direcção-geral da Administração do Estado.

Agradeço, pois, a confiança que em mim é depositada, mas saúdo também a estabilidade que é conferida à liderança desta “instituição-chave” no Norte e no país.

Quero também **saudar e agradecer a presença da minha família, de muitas personalidades e amigos**, que se juntam neste momento que é simbólico, e que marca o meu início público de funções como presidente da CCDR-N.

Não sou indiferente à presença de alguns dos **antigos e históricos presidentes** desta casa. O Professor Valente de Oliveira, o Eng.º Luís Braga da Cruz e o Dr. Carlos Lage. O significado da sua presença é-me particularmente honroso e grato.

Quero ainda de forma simbólica **saudar todos os senhores autarcas**, na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, a quem me ligam laços de profunda amizade, que remontam à minha infância.

De forma ainda simbólica, **na cidade de Vila Real e na freguesia de Soutelo do Douro, São João da Pesqueira, saúdo toda a região.**

Aos vice-presidentes da CCDR-N, quero agradecer a forma muito dedicada como asseguraram este período de transição. Sei que deram o seu melhor.

Agradeço também as inúmeras mensagens que recebi de pessoas que se encontram longe e em férias.

Procurarei transformar todo o capital de confiança e estima que recebo numa “**energia positiva**”, como agora se diz, para toda a equipa da CCDR-N e para a Região Norte.

O medo e o pessimismo são sempre improdutivos. A confiança e a esperança são, em contrapartida, mobilizadores e transformadores.

**Nasci e cresci no Porto.** Guardo, aliás, da minha infância, uma memória longínqua mas quase intacta desta casa e da sua propriedade, de cariz quase rural, que se estendia pela atual Faculdade de Letras, e ocupava ainda a parte a norte, onde são hoje edifícios de escritórios e clínicas médicas.

Mas todos os que me conhecem sabem que **sinto como meu cada pedaço da minha região** e do meu país.

Tenho um enorme orgulho nas minhas raízes profundas ligadas ao Norte. Os meus filhos têm sangue transmontano e sou do Douro por adoção.

**Estou aqui porque quis e quero estar.** E porque tenho a ambição de poder ajudar o meu país e a minha região. O projeto mais importante da minha vida é sempre o que vivo em cada momento.

Sou profissional da Universidade do Porto, mas colaborei com honra e orgulho com a Universidade Católica durante os últimos dois anos. Presidi ao Conselho Geral da UTAD, pertenci ao Conselho Estratégico da Universidade do Minho e colaboro em projetos da Universidade de Aveiro, e dos Institutos Politécnicos do Porto e de Bragança.

Não tenho a presunção de dizer que sou um “cidadão do mundo”, mas terei pelo menos o à vontade de dizer que sou **“um cidadão do Norte”**.

Devo e quero, aliás, agradecer ao atual e aos anteriores reitores da Universidade do Porto o apoio que sempre me têm dado, nas iniciativas que abraço em prol da região. A liberdade de pensamento e ação na Universidade do Porto é também aquilo que fez o que ela é hoje na região, em Portugal e no espaço europeu.

Não sou também um estranho aos senhores presidentes dos municípios da Região. Sou conhecido, na minha forma de ser e de estar. E os senhores autarcas sabem que, para mim, cada projeto é sempre o mais importante – seja no Porto, Gaia, Matosinhos, São João da Madeira, Guimarães, Vila Real ou Bragança.

**Assumo funções num tempo especialmente exigente.**

O Norte é a melhor região do país, mas é também aquela que enfrenta desafios mais difíceis, e onde os impactos da crise económica e social se fazem sentir de forma mais intensa.

Curiosa e paradoxalmente, as grandes questões nacionais concentram-se, em larga medida, aqui.

**O Norte é a região-motora das exportações nacionais e o pulmão industrial do país.**

A região representa 38% das exportações nacionais, apresenta um *superavit* de 5 mil milhões de euros na sua balança comercial e é uma economia integrada no espaço ibérico, e com vocação europeia e transatlântica.

Em bom rigor, as respostas aos grandes desafios nacionais passam pela Região Norte e pela sua força humana e produtiva.

Reptos como o aumento das nossas exportações, a inovação e internacionalização das PME, a qualificação das pessoas ou a valorização sustentável dos recursos do território, falharão no país senão tiverem uma resposta suficiente no Norte.

**Uma visão niilista da economia nacional seria, por isso, trágica.**

A conversão do nosso modelo competitivo terá de ter no Norte uma expressão nuclear. Aqui há *know-how* industrial, experiência internacional e qualificações.

Temos aqui o que há de melhor na universidade portuguesa, na capacidade de empreender desafios e de encarar a inovação como o caminho certo para o futuro.

**Também em sectores como o turismo**, onde a Região não tinha quase expressão há duas décadas, **o Norte soube**, contra a corrente, **construir uma oferta qualificada e plural**, feita de autenticidade.

Uma oferta que vai da cidade do Porto ao Vale do Douro Vinhateiro Património da Humanidade; do coração verde do Alto Minho às culturas de sequeiro de Trás-os-Montes; das milenares e vivas cidades de Braga e Guimarães aos fascinantes santuários paleolíticos do Vale do Côa.

**Uma oferta que tem hoje um papel fundamental na economia regional, no emprego e na coesão do nosso território.**

Potenciar os valores de que dispomos e dar-lhes dimensão internacional é um objetivo que não podemos perder de vista.

Apesar do que significa para o país, **o Norte persiste como a região mais pobre de Portugal.** O seu PIB “per capita” situa-se a cerca de 20 p.p. da média nacional, a quase 38 p.p. da média comunitária e a 42 p.p. de Lisboa.

Esta imagem não corresponde ao ADN do Norte e ao potencial da Região, mas o Norte não tem conseguido alcançar uma rota de convergência em relação ao país e à Europa, apesar da melhoria relativa dos últimos anos.

O processo de ajustamento económico tem sido particularmente exigente para a Região, altamente exposta às crises europeias e aos impactos do alargamento, da União Monetária e da abertura aos mercados asiáticos.

Também por isso o **Norte enfrenta um dramático problema de desemprego**, registando taxas superiores à média nacional.

Os dados divulgados esta semana são um sinal positivo de estancamento da hemorragia do desemprego, mas há um longo percurso pela frente.

**A recuperação e a qualificação do emprego são o maior dos desafios que temos que superar.** Todos em conjunto, com confiança e determinação.

O nível territorial deve assumir um papel na promoção do emprego qualificado e de emprego local que, em Portugal, nunca foi concretizado.

A prioridade económica e social anunciada para o futuro QREN deverá ter, por isso, um justo reflexo no próximo Programa Operacional Regional.

Não é razoável que se anunciem sempre as macropolíticas de forma correta, sem que *à posteriori* haja a correspondente aplicação nos diferentes territórios e a sua dotação nos programas operacionais regionais.

A Região Norte regista também níveis salariais inferiores à média nacional, em aproximadamente 7 p.p.. A qualificação dos recursos humanos e a aposta num modelo regional de competitividade baseado no conhecimento são fundamentais para corrigir esta assimetria de riqueza e de oportunidades de vida.

É preciso uma orientação territorial das políticas económicas e sociais mais forte, mais clara, mais consequente.

**A Política de Coesão Europeia pode ter aplicações diversas, mas um único desígnio final:** assegurar a convergência real das regiões mais pobres relativamente à média comunitária. Nenhum interesse se pode colocar acima da letra e do espírito deste princípio.

Os instrumentos da Política de Coesão na Região Norte devem eleger como prioridade uma “agenda da competitividade” e uma “agenda social e de emprego”.



Estamos perto do fim do quarto QCA. E o que a sua avaliação nos revela é que, para alcançarmos crescimento e convergência real, não basta nem uma excelente estratégia, nem um programa operacional regional. Para esse objetivo é também fundamental uma organização territorial dos instrumentos de política e uma descentralização da sua gestão.

Decisões longínquas são, frequentemente, decisões cegas.

Os próximos tempos serão decisivos na definição do modelo de organização do próximo ciclo de fundos comunitários, para 2014-2020.

As opções de política irão condicionar o futuro coletivo do país e da Região do Norte. Existe pois, hoje, uma janela de oportunidade, irrepetível nos próximos sete anos, para se mudar a tradicional forma centralizada de programação, organização e gestão da Política de Coesão em Portugal.

Sádam-se os sinais que o Governo tem publicamente assumido, recusando a tendência para modelos de programação de base vertical e sectorial, que nada dizem aos territórios e às economias regionais.

As forças políticas representadas na Assembleia da República deram também um sinal de amplo consenso sobre esta matéria, em Julho passado.

De forma unânime, os Partidos reconheceram *“que as regiões portuguesas apresentam uma significativa diversidade de problemas”* e que há *“a necessidade de diferenciar, na aplicação dos fundos comunitários, os objetivos a prosseguir”*, tendo afirmado também ser *“importante que estes meios sejam efetivamente aplicados nas correspondentes regiões, essencialmente através de Programas Operacionais Regionais fortemente consolidados”*.

**A Região Norte pode, por isso, aspirar a ter uma voz e uma parte correspondente ao seu peso social e económico nos futuros instrumentos do “Novo QREN”. Na promoção da competitividade, no emprego e inclusão social, e na valorização e sustentabilidade dos recursos e do território.**

Uma visão territorial do Novo QREN é, neste contexto, fundamental.

A Região aspira a ter um papel no desenho destes instrumentos e na sua gestão. Quer no plano do futuro Programa Operacional Regional, quer no dos Programas Operacionais Temáticos Nacionais.

**Atrevo-me, por isso, a deixar aqui um desafio ao Governo de Portugal.**

Após o sinal encorajador anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro de sediar no Norte a nova instituição financeira de apoio ao desenvolvimento, ousou sugerir hoje ao Governo que **fixe também na região a estrutura de gestão do futuro programa operacional de apoio à competitividade.**

A ser tomada, esta será uma **decisão lógica, consequente e de inteira justiça para com a região.**

Se houver a coragem de tomar esta opção, como sinceramente acalento, o Governo dará **um dos maiores sinais de mudança das últimas décadas em Portugal.** E, devo dizer, com muito mais eficácia do que as **simbólicas sedes vazias de alguns organismos da administração central.**

**Os territórios devem ser atores de uma “agenda da competitividade”.**

O futuro Programa Operacional Regional deve dispor, por isso, de um **volante económico forte**, e não ser reduzido a funções clássicas de apoio a equipamentos ou infra-estruturas, nomeadamente das que dependem de políticas nacionais.

A escala regional deve estar munida de instrumentos para as PME, para uma **“estratégia de especialização inteligente”**, para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, e para a valorização dos recursos territoriais, que no Norte são tão expressivos e singulares: no Mar e no Ambiente, no Turismo, na Cultura, nas Industrias Criativas, para citar apenas alguns.

As atribuições de Ambiente e Ordenamento do Território da CCDR-N devem também interagir numa acção de desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, só se pode esperar que o futuro Programa Operacional Regional seja económica e socialmente relevante, financeiramente robusto e territorialmente inclusivo.

As novas figuras das “Intervenções Territoriais Integradas” e das “Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano” colocam novas oportunidades num racional territorial de desenvolvimento. O papel das Comunidades Intermunicipais e da Área Metropolitana do Porto deve ganhar aqui todo o relevo.

**Não iludo e não esqueço, porém, o muito que está por fazer no atual QREN,** ainda muito longe do termo da sua execução.

Garantir a total absorção dos recursos disponíveis e uma execução qualificada dos investimentos são responsabilidades que necessitam de resposta ainda em 2013, e que depende de muitos.

No ON.2, darei prioridade a uma monitorização cuidada e a uma gestão fina das disponibilidades, contando com o saber e a experiência dos meus colegas da Comissão Diretiva do Programa.

Contaremos nessa tarefa, e no objetivo de uma transição inteligente entre os dois ciclos de financiamento, com a solidariedade dos principais atores regionais, a começar pelos municípios.

**O relançamento de uma cooperação estratégica com as vizinhas regiões da Galiza e de Castela e Leão** é também parte integrante da missão que hoje recebo do Governo e da Região.

A euro-região Galiza/Norte de Portugal é hoje, apesar da crise, uma realidade pujante e consolidada. Somos uma economia integrada e com trocas intensas. Partilhamos infra-estruturas e redes de conhecimento. As populações de fronteira interagem de forma solidária, regular e natural. E dispomos de instrumentos institucionais, como o “Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial”.

Revisitar os termos e os objetivos da cooperação do noroeste peninsular, num contexto de revitalização económica, é uma prioridade do meu mandato.

**Quero terminar com duas referências que me são particularmente caras.** Aos colaboradores desta nobre instituição e ao Conselho Regional, enquanto seu órgão político.

Boa parte da minha experiência académica e profissional foi dedicada a criar, gerir e mobilizar equipas e vontades colectivas. Sei da importância decisiva de criar sentidos de pertença, laços de confiança e motivação em torno de objectivos comuns.

Aos quadros desta instituição quero garantir a minha genuína disposição em renovar os vínculos de identidade e o sentido orgulho de trabalhar nesta casa e em prol de uma Região tão relevante como o Norte de Portugal.

**Ajudar a reabilitar a dignidade da política regional e honrar a melhor tradição de excelência técnica desta casa é também a missão do seu Presidente, e encaro-a com sentido de prioridade e responsabilidade.**

**Finalmente, quero afirmar o meu compromisso numa cooperação estratégica com o Conselho Regional da CCDR-N.**

A participação dos atores regionais é uma condição indispensável para criarmos um racional e uma voz que junte forças e anime vontades, numa rede mais inteligente e mais solidária de interesses, objectivos e projetos.

Se o diálogo regional tem que ter uma base, esta instituição é o seu centro natural.

É este trabalho que desejo fazer com a Região: com os municípios, os centros de conhecimento, o tecido económico e empresarial, e com a solidariedade do Governo.

Não são tempos fáceis nem desafios simples, mas é também isto que faz deles desafios e tempos tão interessantes e tão importantes.

Muito obrigado.